

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

TRATORAÇÃO – O ALERTA DO CAMPO:

Um estudo sobre ações coletivas e patronato rural no Brasil

OLAVO BRANDÃO CARNEIRO

2008



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE**

TRATORAÇÃO – O ALERTA DO CAMPO:

Um estudo sobre ações coletivas e patronato rural no Brasil

OLAVO B. CARNEIRO

*Sob a orientação da Professora
Regina Angela Landim Bruno*

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre** de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ
Dezembro 2008

338.1
C289t
T

Carneiro, Olavo Brandão.

Tratoração – o alerta do campo: um estudo sobre ações coletivas e patronato rural no Brasil / Olavo Brandão Carneiro, 2008.

172 f.

Orientador: Regina Ângela Landim Bruno.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: pp. 150-152.

1. Patronato rural - Teses. 2. Agronegócio – Teses. 3. Ação coletiva – Teses. 4. Mobilização de rua - Teses. 5. Tratoração. – Teses. I. Bruno, Regina Angela Landim. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE

OLAVO B. CARNEIRO

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 19/12/2008

BANCA EXAMINADORA

Regina Angela Landim Bruno Dra. CPDA/UFRRJ
(orientadora)

Leonilde Sérvolo de Medeiros Dra. UFRRJ

Fernando Antonio Lourenço Dr. UNICAMP

Agradecimentos

A história desta dissertação possui um conjunto de pessoas e instituições que foram muito presentes e marcantes. Algumas estão desde a origem distante, quando no final dos anos 1990 a minha única certeza era de que um dia faria o mestrado no CPDA, outras são menos antigas, mas fundamentais para a concretização desse grande esforço de tentar melhor entender o mundo social em que vivemos. Dedicarei este espaço, em boa medida, à afetividade sem os rigores da academia, como o fazem outros pesquisadores.

Agradeço primeiro a minha esposa, amiga e conselheira, em suma minha grande companheira Elisa. Uma brilhante antropóloga que tive a enorme felicidade de conhecer, trabalhar junto, namorar, casar, ter um filho e construir uma vida a dois. A ela devo a volta da motivação pelo trabalho acadêmico e profissional que me levaram ao ambiente universitário. A ela também devo o meu primeiro contato com pesquisa social.

Como companheira foi fundamental no apoio e conforto nos vários momentos de crise existencial que cercam, imagino, qualquer trabalho intelectual. Assim como nos momentos em que eu fraquejava no cronograma de trabalho ou dispersava por alguma razão. Sua paciência com meu mau humor e as horas que ficou com nosso filho para que eu pudesse me dedicar ao trabalho são de uma importância inestimável. Por fim, ter a maravilhosa vida ao seu lado e ao lado do nosso pequeno foi a maior de todas as ajudas.

Não foram poucas as vezes que não pude ser o monstro que enfrentava o Homem Aranha, o Flash, o Lógas, o Ben 10 e vários outros super-heróis. Foram muitos os não posso e os depois a gente brinca, às vezes ouvidos com resignação, às vezes com rebeldia e às vezes com táticas para conseguir me tirar de qualquer maneira da frente do computador ou do telefone, nas conversas com orientadora e amigos envolvidos. Mas o sorriso e as brincadeiras do Olavinho eram um abrigo nos momentos de cansaço.

Essa dissertação não seria uma realidade sem Regina Bruno. Primeiro por me aceitar como assistente de pesquisa na época em que eu era um estudante da Rural no final do curso de veterinária. Ela não se preocupou com o meu currículo ou habilidades de pesquisa, mas se eu tinha interesse na pesquisa, disposição e disponibilidade.

Segundo porque Regina foi extremamente paciente com as minhas dificuldades metodológicas, teóricas e com a escrita. Paciente com meus textos sem pé nem cabeça, que começavam nos anos 1980 iam para o século XIX e voltavam para o século 21, como no filme

“De volta para futuro”. Fico imaginando a tortura que não deve ter sido a tentativa de ler algumas das coisas que eu chamava de textos.

Agradeço a Regina o exemplo de seriedade com o trabalho acadêmico e profissional, na verdade uma postura diante de todas as dimensões da vida, sem concessões para desvios éticos, “pequenos” ou “grandes”. Uma seriedade marcada pela alegria, descontração e confraternização nos almoços e jantares em seu apartamento, momentos singulares de reflexão e trocas. Em fim, para além de uma grande orientadora, tive o prazer de conhecer uma amiga.

Agradeço a minha mãe pela forma como me criou, me permitindo trilhar o caminho que me fez chegar aqui. Sua aceitação da minha recusa em buscar uma carreira nas forças armadas, seu sonho, me apresentar a Rural e bancar meus estudos no CTUR guardam uma grande relevância para os desdobramentos que me levaram a esta dissertação. Sua angústia e contrariedade, mas respeito a minha participação no movimento estudantil, merecem o meu reconhecimento.

Minha sogra Maria Lúcia e Paulo, depois de Elisa, Olavinho e Regina, talvez tenham sido as pessoas que mais acompanharam e ajudaram este trabalho. As noites e finais de semana com Olavinho, e os momentos de encontro sempre prazerosos, foram de fundamental ajuda e estímulo. Era em sua casa que eu buscava abrigo em muitas das viagens de sua filha. Os meus sinceros agradecimentos, que estendo para toda a família Guaraná, com quem tenho uma imensa alegria de conviver.

Esta dissertação também é devedora a Sueli Theodoro, responsável por muitas das minhas horas dedicadas ao estudo e pesquisa, pois tinha nela a confiança e tranquilidade nos cuidados com o Olavinho.

Vários familiares, amigas e amigos ajudaram a cuidar do pequeno no período da dissertação. Olavinho aguardava ansioso pelas suas amigas, as incansáveis Elizete e Maira. Também pude contar nas horas de sufoco com Eliana, Luis Fernando, Sandrinha; Sergio, Gláucia, Pedro; João; Bianca; Da Ros; Renam; Iris, Erimar, Isadora; Lygia e Mariana.

Agradeço a Cláudio Severino, Renam e Cloviomar pelos levantamentos de dados. Ao Cloviomar agradeço ainda a minha indicação como assistente para Regina. Ao Da Ros a permanente troca de reflexões e disponibilização de textos. Ao Victor que não me faltou nos finais.

Minha banca de defesa do projeto, Sonia Mendonça, John Comerford e Cesar Da Ros trouxeram contribuições valorosas que busquei incorporar no trabalho.

As discussões com Janaina, Carol, Maira e Silvia durante a disciplina de Metodologia II, marcaram minha experiência no mestrado e muito influenciaram na dissertação. Do mesmo que as atividades do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Agronegócio, Ruralismo e Relações de Poder (NARUP), inicialmente composto por Regina, Claudio, Janaina e eu.

À Diva, Sonia, Teresa, Carol, Aline, Henrique e Zé Carlos sou grato pelas informações, recomendações, atendimento, convívio e almoços no CPDA.

Zé Ricardo, Débora e Edson Pistori foram grandes anfitriões nas minhas estadias em Brasília.

Ao CNPq, ao NEAD, nas figuras de Caio França e Adriana Lopes, e à ActionAid agradeço os financiamentos para pesquisas e estudos.

Ter feito o mestrado no CPDA, um sonho de longa data, foi uma enorme satisfação, pelo seu *ethos* comunidade que permite uma maior aproximação entre estudantes e professores no contexto de uma pós-graduação. Agradeço pela oportunidade de formação e amadurecimento.

Agradeço Leonilde Medeiros por sua paciência e atenção como professora e coordenadora.

Eu não poderia deixar de agradecer ao CTUR e a Rural, por tudo o que me proporcionaram vivenciar, são duas instituições que carrego no fundo do meu coração. Entre essas experiências destaco a militância no movimento estudantil, minha passagem pelo DCE-Rural, pela Executiva Nacional dos Estudantes de Veterinária (Enev) e pela UNE tiveram sua parcela de influência na escolha do tema desta dissertação. Da mesma forma que a minha atuação junto ao MST, momento de importante contribuição na formação de minha firmeza ideológica.

Resumo

CARNEIRO, Olavo. **TRATORAÇÃO – O ALERTA DO CAMPO: Um estudo sobre ações coletivas e patronato rural no Brasil**. 2008. 172f. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2008.

Este trabalho procura melhor compreender as formas e mecanismos de organização social e política das classes e grupos dominantes no campo brasileiro, a partir da observação das tensões, conflitos, e ordenações de identidades presentes na manifestação “Tratoração - O Alerta do Campo”. Organizado pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) em junho de 2005, o Tratoração mobilizou agricultores de grãos (soja, milho e arroz) e algodão, especialmente das regiões Centro-Oeste e Sul do país. Sua principal reivindicação foi a “renegociação” de dívidas agrícolas, mas também demandavam questões relativas a políticas agrícolas, comércio exterior e mais espaço nas instâncias de Estado. A observação participante da mobilização e as notícias veiculadas pelo *site* da CNA constituíram as principais fontes da nossa investigação, complementadas por entrevistas com lideranças e porta-vozes patronais rurais e agroindustriais e levantamentos na mídia comercial. Nossa reflexão permitiu identificar a manifestação de rua como uma ação política recorrente dos empresários rurais e grandes proprietários de terra, construtora e expressão de conflitos, tensões, alianças e acordos intraclasse e entre classes sociais. O estudo permitiu a observação da construção e representação de interesses do patronato rural brasileiro como parte de um fazer-se classe, processo no qual manifestações locais das bases, reuniões de dirigentes de entidades de representação, e iniciativas dos parlamentares ruralistas se articulam progressivamente para interpelar o Estado.

Palavras-chave: patronato rural, agronegócio, ação coletiva, mobilização de rua, tratoração

Abstract

The purpose of this paper is to gain further understanding of the ways and mechanisms of social and political association that relate to dominant classes and groups in Brazil's countryside by looking at the strains, conflicts, and categories of the identities present at the gathering "Tratoração - O Alerta do Campo". Organized by the Brazilian Confederation of Agriculture and Livestock (CNA) in June 2005. The Tratoração mobilized large grain (soybean, corn and rice) and cotton farmers, especially in the Midwest and South areas of the country. Their main claim was to "renegotiate" agricultural debts, but they also demanded issues related to agripolitics, foreign trade and more room in State proceedings. A participative observation in the gathering together with the news broadcasted by CAN's Website comprised the main sources of our investigation, supplemented by interviews with rural and agro-industry business leaders and spokespeople, and surveys in the commercial media. The analysis allowed us to identify the street gathering as a recurrent political action of large rural entrepreneurs and large land owners, which expresses conflicts, strains, coalitions and intraclass and interclass agreements. It also allowed for the observation of how Brazil's rural patronage interests are built and represented as part of a class development process in which local bases' manifestations, meetings of leaders from representative entities, and the initiatives of rural congressmen articulate progressively toward approaching the State.

Key-words: rural patronage, agribusiness, collective action, street mobilization, tractor protest.

Siglário

ABAG - Associação Brasileira de Agribusiness
ABECITRUS - Associação Brasileira dos Exportadores de Cítricos
ABIMAQ - Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos
ACRIMAT - Associação dos Criadores de Mato Grosso
ACRISSUL - Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul
AMPA - Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão
ANDA - Associação Nacional de Difusão de Adubos
ANFAVEA - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
APR-MT - Associação dos Produtores Rurais de Mato Grosso
APROSOJA - Associação dos Produtores de Soja do Estado do Mato Grosso
ASA - American Soybean Association
CAPADR – Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
CNA – Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária
FAEG - Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás
FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná
FAESC - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina
FAET - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins
FAMASUL - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso do Sul
FAMATO - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso
FARSUL - Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
FEDERARROZ - Federação dos Arrozeiros do Rio Grande do Sul
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FRESCOOP - Frente Parlamentar de Apoio ao Cooperativismo
IRGA - Instituto Riograndense do Arroz
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MNP - Movimento Nacional dos Produtores
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras
PESA - Programa Especial de Saneamento de Ativos.
RECOOP - Programa de Recuperação Financeira das Cooperativas.
SINDIRAÇÕES - Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação
SRB - Sociedade Rural Brasileira
UDR - União Democrática Ruralista
ÚNICA - União da Agroindústria Canavieira de São Paulo

Índice de Tabelas

| | |
|--|----|
| Tabela 1 Redução do faturamento bruto..... | 93 |
|--|----|

Índice de Quadros

| | |
|---|----|
| Quadro 1: Mobilizações de rua promovidas por entidades patronais rurais..... | 4 |
| Quadro 2 : SOS Rural e as manifestações | 58 |
| Quadro 3: Argumentos sobre “motivos que levaram à crise na agropecuária”..... | 64 |
| Quadro 4: As medidas emergenciais a serem adotadas pelo governo..... | 66 |
| Quadro 5 : Participantes da reunião com presidente Lula no dia 08/06/05..... | 67 |
| Quadro 6: Razões que causaram a atual crise no campo..... | 91 |
| Quadro 7: Pontos de Pauta de reivindicações no Tratoração | 96 |

Índice de Fotos

| | |
|--|-----|
| Foto 1: Tenda Central: centro das atividades do acampamento. | 86 |
| Foto 2 : Tenda Central | 86 |
| Foto 3 : Acampamento na Esplanada dos Ministérios | 87 |
| Foto 4: Acampamento no Tratoração, presença de muitas pickups. | 98 |
| Foto 5: Pronunciamento das Lideranças..... | 114 |
| Foto 6: Tratores e mulheres “puxando” a passeata até o Palácio do Planalto | 117 |
| Foto 7: Trio elétrico com dirigentes do sistema CNA e narrador de rodeio | 118 |
| Foto 8: Protesto na frente do Palácio do Planalto..... | 119 |
| Foto 9: Panelão Gaucho..... | 120 |
| Foto 10 : Assembléia na tenda central..... | 129 |
| Foto 11: Banner da ABRAPA com apoio ao Roberto Rodrigues. | 158 |
| Foto 12: Agricultores começam a andar espontaneamente de mãos dadas no canteiro central da Esplanada durante a passeata do dia 29/06/05..... | 158 |
| Foto 13: Ataque ao Partido dos Trabalhadores (PT) | 159 |
| Foto 14: Encerramento do Tratoração com cantos e declamações contra o presidente Lula..... | 160 |

Índice de Mapas

| | |
|---|-----|
| Mapa 1: Mapa de apoio às caravanas integrantes do Tratoração | 85 |
| Mapa 2: SOS Rural – estados mobilizados, número de manifestantes e “problemas” de cada estado. | 154 |
| Mapa 3: Tratoração – expectativa da CNA quanto ao número de manifestantes por estados e número de máquinas mobilizados; e os “problemas” de cada estado. | 155 |
| Mapa 4: Cidades mobilizadas no SOS Rural..... | 156 |

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO..... | 1 |
| CAPÍTULO I..... | 23 |
| A panela de pressão..... | 23 |
| 1.1 A intensificação das movimentações e as primeiras tensões..... | 24 |
| 1.2 Mobilizações, Audiências e a Incômoda questão agrária..... | 34 |
| 1.3 A panela de pressão esquentada: influência política e disposição de agir..... | 43 |
| CAPÍTULO II..... | 52 |
| O rufo dos tambores..... | 52 |
| 2.1. SOS Rural: a ante-sala do Tratoração..... | 52 |
| 2.2 Queremos boas notícias ou vamos à Brasília..... | 62 |
| 2.3 “Se não gritar não será ouvido”..... | 68 |
| CAPÍTULO III..... | 81 |
| Sensibilizar a sociedade e a classe política: O tempo de Brasília..... | 81 |
| 3.1 A última cartada..... | 82 |
| <i>A ocupação da Esplanada</i> | 83 |
| <i>A coordenação do Tratoração</i> | 87 |
| 3.2 O argumento da crise da agropecuária..... | 90 |
| 3.3 Interesses que unificam e interesses que mobilizam..... | 95 |
| <i>Reivindicações que mobilizam</i> | 100 |
| <i>Perfil das Dívidas</i> | 101 |
| 3.4 As primeiras iniciativas..... | 103 |
| <i>Apresentação para a mídia e as críticas dos opositores</i> | 103 |
| <i>O lugar das bases e das lideranças: a rua e os corredores do “poder”</i> | 106 |
| 3.5 O grande dia..... | 110 |
| <i>Manifesto e Panfletagem das Produtoras</i> | 111 |
| <i>Pronunciamento das Lideranças</i> | 112 |
| <i>A passeata</i> | 116 |
| <i>Panelão Gaúcho</i> | 119 |
| <i>Audiência com o presidente da República</i> | 121 |
| <i>Radicalização</i> | 123 |
| <i>Fora de Brasília</i> | 126 |
| 3.6 Começar um movimento é fácil, difícil é terminar..... | 126 |
| <i>Retomando o controle</i> | 126 |
| CONCLUSÃO..... | 137 |
| BIBLIOGRAFIA..... | 150 |
| ANEXOS..... | 153 |

INTRODUÇÃO

Entre os dias 27 e 30 de junho de 2005 a Esplanada dos Ministérios em Brasília/Distrito Federal foi palco de uma mobilização, denominada “Tratoração - O Alerta do Campo”¹, promovida pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), instância de representação sindical patronal no campo brasileiro.

O Tratoração foi uma manifestação de rua de agricultores de grãos (soja, milho e arroz) e algodão. Os produtores de grãos compuseram a maior parte dos manifestantes, e entre estes o maior número era de sojicultores, contudo, em nosso país, é comum que o sojicultor também plante outros grãos, como milho.

Importante salientar que em 2003 e 2004 o Brasil foi o maior exportador mundial de soja e que em 2005 e 2006 ocupou a posição de segundo maior produtor, atrás apenas dos Estados Unidos da América (EUA). Em 2005 as exportações de grão, farelo e óleo de soja – principais produtos do complexo – corresponderam a oito por cento das exportações brasileiras e representaram também cerca de um terço (1/3) de toda a soja comercializada no mercado internacional (SCHLESINGER e NORONHA 2006).

Também participaram do Tratoração proprietários de terras, especialmente por meio das presenças de representantes de entidades como o presidente do Movimento Nacional dos Produtores (MNP), João Bosco Leal. Apesar de não ver o presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luis Antonio Nabhan, nos dias em que acompanhei a manifestação, segundo informações da imprensa este não só estava em Brasília como tentou participar das audiências com os representantes do governo.

Deste modo o Tratoração foi um movimento do patronato rural brasileiro, este entendido nos termos de José Vicente Tavares dos Santos sobre “burguesia agrária”:

“[...] uma fração das classes dominantes cuja especificidade é dada pela apropriação da terra (por propriedade, arrendamento ou ocupação) e pela inversão de capital no processo de trabalho agropecuário; de modo que a origem do excedente econômico de que ela se apropria – a renda capitalista da terra combinada com a mais valia do empreendimento – reside na exploração do sobretrabalho dos camponeses e/ou na mais valia dos trabalhadores assalariados. A burguesia agrária reúne distintas frações, tais como proprietários de terra (os chamados ‘latifundiários’) e os empresários rurais, com diferentes perfis tecnológicos, atuando em diversos ramos produtivos.” (SANTOS *in* RAMOS 1995).

¹ Passarei a chamar apenas de Tratoração.

O patronato rural mobilizado no Tratoração reivindicava principalmente a “renegociação” de dívidas agrícolas “antigas” e “novas”, mas também apresentava demandas sobre o seguro rural, o crédito rural para a safra 2005/2006, o preço da saca do arroz, importação de agrotóxicos, mais espaço nas instâncias do Estado, dentre outras.

As dívidas antigas dizem respeito aos empréstimos rurais obtidos por este segmento junto aos bancos oficiais (especialmente o Banco do Brasil) e renegociados na segunda metade dos anos 1990, após duas manifestações em Brasília conhecidas como *Caminhonaço*. As dívidas novas se referem aos empréstimos tomados nas duas últimas safras (2003/2004 e 2004/2005) junto aos bancos e, principalmente, aos fornecedores de insumos agrícolas.

Este trabalho procura melhor compreender as formas e mecanismos de organização social e política das classes e grupos dominantes no campo brasileiro, a partir da observação das tensões, conflitos, e ordenações de identidades presentes no “Tratoração - O Alerta do Campo”.

Quais as formas acionadas por grandes proprietários de terra, empresários rurais e agroindustriais para interpelar as instâncias e órgãos do Estado com vistas a defender seus interesses? A manifestação de rua faz parte da prática social destes agentes sociais, ou é uma ação episódica? Como, por que e quando estes grupos sociais decidem por uma manifestação em Brasília? Há uma divisão de tarefas de representação entre as entidades do patronato rural brasileiro? Há relação entre as lutas empreendidas pelo patronato rural em torno de questões fundiárias e das políticas agrícolas? Essas são algumas questões orientadoras da investigação realizada.

Pretendo problematizar sobre quem organizou, participou, apoiou o Tratoração; e refletir sobre o que foi reivindicado; as bandeiras e palavras de ordem; os símbolos; e as atividades da manifestação. Considero que estudar essa situação particular da ação política do patronato rural seja um caminho profícuo para se pensar, dentre outros aspectos, os processos de construção da representação e identidade destes grupos sociais.

Fazem parte das preocupações deste estudo os embates e acordos em torno de uma manifestação de rua patronal rural; a imagem que se quer construir; os cuidados com a construção de legitimidade em relação às bases; e as estratégias de ação na relação com as instâncias e órgãos de Estado.

Tenho como suposto que a manifestação de rua faz parte da prática social das classes e grupos dominantes no campo brasileiro, e é uma ação acionada em situações em que os agentes estudados veem ameaçada a sua reprodução social (ver **quadro 1**, p.04). Esse sentimento de ameaça pode ser decorrente de inúmeras razões, mas neste trabalho identifiquei duas que, *a priori*, me parecem principais.

As manifestações são acionadas principalmente em torno de dois temas, a questão fundiária e a “renegociação” de dívidas agrícolas. Assim as mobilizações de rua patronais no campo ocorrem, geralmente, em torno de uma *agenda fundiária* ou uma *agenda da renegociação*.

A idéia de *agenda* não se refere a uma ação previamente planejada ou instituída, mas sim a uma recorrência de manifestações em torno destes temas. Essas manifestações podem conter reivindicações e interesses que dizem respeito aos dois temas; contudo, em dada conjuntura, é a defesa do monopólio fundiário ou a “renegociação” das dívidas que constitui o elemento gerador da “disposição de agir” das bases.

Propostas e iniciativas de uma distribuição de terras no Brasil, sem dúvida, figuram como um importante fator de reação e mobilização das classes dominantes agrárias em nosso país, por verem sua posição social seriamente ameaçada. Como um exemplo emblemático, temos as manifestações contra o I Plano Nacional de Reforma Agrária na Nova República, e as manifestações em torno da Constituinte de 1988, onde a União Democrática Ruralista (UDR) se notabilizou (BRUNO 1997 e 2002; MENDONÇA 2006; RAMOS 1995).

Na *agenda fundiária* os grupos dominantes procuram se unificar na defesa absoluta da propriedade privada da terra, como bem demonstrou Bruno (1997), ao mesmo tempo em que exigem do Estado um posicionamento em favor de seus interesses e a sua proteção, seja jurídica, política ou repressiva. Também estão unificados no reconhecimento do direito de defesa da propriedade por meio da violência, ainda que a sua efetivação como prática seja mais complexa².

São manifestações que trazem demandas como: (a) manutenção e ampliação da legislação em defesa do direito de propriedade, (b) repressão estatal aos movimentos de luta por terra, (c) cumprimento de reintegrações de posse, (d) políticas restritivas a uma reforma agrária, (e)

² Aparentemente não há maiores divergências sobre o uso da violência por parte do patronato rural. Mesmo que reivindiquem “paz no campo” em situações de conflito e condenem a prática da violência, costumam mudar de argumento. A declaração em 2003 do então ministro da Agricultura Roberto Rodrigues é célebre – “Quem não defende o que é seu não tem o direito de ter”. Porém, o trabalho “sujo” é deixado para organizações como a UDR.

medidas judiciais favoráveis aos grandes proprietários de terra. Geralmente são ações reativas às iniciativas dos movimentos pró-reforma agrária.

Quadro 1: Mobilizações de rua promovidas por entidades patronais rurais

| Mobilização | Data | Organizador/Propositor | Local |
|-------------------------------------|-------------|---|---|
| Marcha da Produção | 1957 | XX | “Concentrações” em SP e PR com destino ao RJ. |
| Nome desconhecido | 1985 | Associação Nac. dos Produtores de Soja | Brasília |
| Alerta do campo à nação | 12/2/1987 | UDR e FAAB | Brasília |
| Protesto Nacional da Agricultura | 10/3/1987 | OCB, SRB, UDR, Assoc. Comercial de SP | Várias cidades do país |
| Marcha Cívico-Democrática | 11/7/1987 | FAAB e UDR | Brasília |
| Caminhonaço | 1995 | Agricultores gaúchos | Brasília |
| tratoração | 1999 | Produtores de cana de açúcar e usineiros do Nordeste | Recife/PE |
| Caminhonaço | 1999 | CNA | Brasília |
| Contra-marcha ao MST em São Gabriel | Jun/2003 | Sindicatos rurais do RS e FARSUL. | São Gabriel/RS |
| O Campo Exige Respeito | Set/2003 | UDR | Presidente Prudente/SP |
| Maio Verde | Mai/2004 | FARSUL (propositor) | RS,PR,MS,MT,GO,MG,SP,AC. |
| Acorda Brasil | 28/05/04 | UDR | Presidente Prudente/SP |
| SOS Rural | 31/05/05 | Famato, Famasul, MNP, Acrissul, Faeg, Faep, Faesc, Farsul, Faeb, Faesp, Faemg, Faet, Faepa. | GO, MT, MS, PR, RS, SP, TO, Triângulo mineiro, oeste da BA, sul do Piauí, sul do Maranhão e nordeste do PA. |
| Tratoração: o alerta do campo | Jun/2005 | Federações estaduais, CNA, OCB, UDR e SRB. | Brasília |

Outra ameaça à posição social, especialmente dos proprietários e empresários rurais, consiste em situações econômicas que afetam a lucratividade das atividades agropecuárias. Neste caso a reprodução social do patronato rural é comprometida pela condição subalterna deste grupo nas relações econômicas com outros agentes sociais das classes dominantes - os bancos, as multinacionais e as agroindústrias³.

Na *agenda do financiamento* as mobilizações de rua patronais rurais são impulsionadas por políticas agrícolas, principalmente as que tratam do financiamento agrícola (renegociação de dívidas, taxas de juros do crédito rural), mas também políticas como preço mínimo e seguro rural. Geralmente são acompanhadas por reivindicações de políticas de comércio exterior dos produtos agropecuários.

A queda do preço internacional da soja e a queda do preço do arroz nacional com a entrada do grão oriundo dos países do Mercosul foi um dos fatores mais alegados pelos promotores do Tratorço como “razão da crise da agricultura”. Temos aí um componente de tensão entre frações da classe dominante, pois, como afirmam Schlesinger e Noronha (2006), a queda de preços dos produtos agrícolas beneficia em maior medida as indústrias de transformação e distribuição.

Os autores trazem dados sobre a cadeia da soja que explicitam a diferença de poder econômico entre agricultores e indústrias:

“As quatro gigantes multinacionais do setor de processamento e comercialização de grãos movimentam dois terços da produção de soja do Brasil. São elas as norte-americanas ADM, Bunge e Cargill e a francesa Coinbra, do grupo Louis Dreyfus [...] As quatro negociaram cerca de 60% das exportações de grão, óleo e farelo de soja em 2005 e ainda esmagaram 60% dos grãos destinados ao mercado interno.” (SCHLESINGER e NORONHA 2006:104).

Essas multinacionais não só controlam o processamento e comercialização, elas também predominam na função de financiadoras das atividades produtivas. Schlesinger e Noronha (2006:104) destacam de um relatório do *Greenpeace*⁴ que as “traders transnacionais de *commodities*” juntas respondem “por 60% de todo o financiamento da produção de soja no país.

³ Essa tensão intraclasses poderia ser abordada na perspectiva da disputa por hegemonia, como o faz Sonia Regina de Mendonça em seus estudos.

⁴ GREENPEACE. Eating up the Amazon. 2006. www.greenpeace.org/international/press/reports/eating-up-the-amazon, In: SCHLESINGER e NORONHA (2006).

Só a Bunge financiou o equivalente a quase US\$ 1 bilhão em insumos agrícolas para fazendeiros brasileiros em 2004”.

Essa subordinação dos agricultores também se dá na relação com indústrias nacionais, como a Caramuru Alimentos e o Grupo Amaggi⁵. Segundo Schlesinger e Noronha (2006:105) “o Grupo Maggi atua à semelhança das multinacionais, ou seja, financia os produtores, adquire suas colheitas e depois as processa, comercializa e distribui”.

De um modo geral, os porta-vozes e lideranças do patronato rural possuem clareza dessa relação desigual com a indústria e corroboram a descrição dos papéis de cada agente na cadeia de grãos do país. Um importante representante dos *produtores* do Mato Grosso identifica com detalhe a subordinação do agricultor à indústria:

“O modelo de financiamento da produção brasileira é um modelo equivocado, e ele é um modelo muito perverso aos produtores rurais brasileiros. Ao longo dos anos, gradativamente, o governo foi saindo do crédito rural, diminuindo volume para o crédito rural e o produtor foi ficando cada vez mais dependente de empresas, via de regra, multinacionais, as grandes tradings, que tem financiado a produção. [...] Isso é muito ruim, porque além dela ter...O negócio dela não é esse, o negócio dela não é financiar minha produção, o negócio dela é comprar o meu produto, e a relação que eu gostaria de ter com ela era só uma relação de compra e venda do meu produto, no entanto ela ao financiar a minha produção eu fico refém e perco totalmente o meu poder de barganha, na relação de compra e venda do meu produto, que ela já compra de forma antecipada ou ela vincula o meu produto [...]” (representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso - FAMATO).

Como se pode ver há um reconhecimento de dependência do “setor dentro da porteira” frente às multinacionais, dependência no momento de produzir e no momento de vender. Contudo, a razão apontada para tal dependência é a ausência do Estado no financiamento das atividades agropecuárias via crédito rural. Em última instância a ausência da intervenção estatal fragilizou os agricultores nas relações de mercado.

Numa situação em que há queda da rentabilidade no campo, o conflito de classe dá lugar às tensões intraclasse dominante, uma vez que a luta é “interna” e em torno da apropriação dos lucros da atividade agropecuária. Essa luta ocorre entre os empresários rurais, agroindústrias,

⁵ Pertencente ao governador do Mato Grosso, Blairo Maggi, que esteve em Brasília no Tratoração, discursando no acampamento e intercedendo junto ao presidente Lula a favor das reivindicações, que incluíam o pedido de verbas públicas para que os agricultores pagassem dívidas com financiadores privados, ou seja, também com o Grupo Amaggi.

multinacionais e bancos, ou em outras palavras, entra o capital produtivo, o capital comercial e o capital financeiro.

Essas tensões intraclasse não se dão apenas no âmbito da economia, paralelamente estão no campo da política, entre outras coisas, na capacidade de influenciar nas decisões do Estado, nas políticas macroeconômicas e setoriais. O Tratoração pode ser visto como uma das expressões e ao mesmo tempo um momento do desenrolar dessas tensões intraclasse.

Esse momento traz a possibilidade de problematizarmos sobre a questão da representação patronal no campo brasileiro, uma noção de representação como elaboração e imposição de uma dada visão de mundo social capaz de obter a adesão do maior número possível de cidadãos e que busca a conquista de poderes e privilégios (BOURDIEU 1989).

Pensar a representação como um processo, uma noção que procura agregar diferentes dimensões: espaço de reafirmação de valores, de construção de projetos de vida, da defesa de interesses os mais variados, da identificação dos adversários e dos aliados e, ainda, da renovação e atualização de suas práticas sociais, culturais e políticas. Uma noção que tanto incorpora as entidades formais (associações, sindicatos, grupos de pressão, etc.) como os seus porta-vozes, as lideranças e “quadros” políticos e classistas. Em suma, representação entendida como prática social e como construção de uma retórica de identidade e de legitimidade (BRUNO *et al* 2008).

Partindo dessas perspectivas a manifestação de rua constitui um importante elemento da construção da representação e identidade dos grupos dominantes no campo brasileiro, por ser um momento privilegiado das suas relações sociais com outros grupos e com o Estado. A apreensão desse processo de construção impõe a observação e a reflexão não apenas das contradições ou tensões nos quais os grupos se inserem em dado momento, como também indica a necessidade de observar os rituais e símbolos construtores das identidades legitimadoras e condutoras de suas ações, como nos diz Novaes (1997) – o que constitui o foco desta dissertação.

Dentro desses marcos é que nos parece crível falar de classe social, no sentido abordado por Thompson, onde a classe acontece na articulação de identidades de interesses entre indivíduos com experiências comuns:

“A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus.” (THOMPSON 2004:10).

O Tratoração não deixa de ser um momento de um processo maior do fazer-se da classe. A condição de produtores de grãos em um momento de diminuição de sua lucratividade, por conta de uma conjuntura de baixo preço de seus produtos no mercado internacional e de problemas climáticos que afetaram a produção e a produtividade, configurava em boa medida as experiências comuns dos manifestantes.

A defesa do monopólio fundiário e os enfrentamentos diretos com trabalhadores sem-terra também figuram como experiência partilhada entre os participantes do Tratoração, assim como a prática da manifestação de rua como forma de defender seus interesses e demandas.

Deste modo é que um patronato rural sentiu e articulou identidades de interesse, tendo como núcleo central uma valorização da agricultura econômica e socialmente, a desvalorização da agricultura pelo Estado e população urbana, a exploração dos produtores pelos bancos e indústrias, e a necessidade de políticas agrícolas que permitam aos produtores produzirem, como eles próprios argumentam.

O Tratoração traz tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais próprios de um grupo em dada posição social. Velhas e novas significações emergem construídas e construtoras das relações com um “outro”.

O “outro” no Tratoração se mostrou multifacetado, explicitando tensões intraclasse e conflitos de classe. Com as reivindicações concentradas em torno das dívidas agrícolas e, em menor destaque, de políticas específicas de comércio exterior, direcionadas ao Estado, havia o “outro” explícito no governo federal, no presidente da República, no ministro da Fazenda e no Partido dos Trabalhadores. Um Estado que não dá as condições necessárias para exercerem sua função de *produtores de alimentos para o Brasil e para o mundo*.

O “outro” também aparecia nas figuras dos banqueiros, das multinacionais e das indústrias acusados de extorquirem os *produtores* com as altas taxas de juros permitidas pelo governo, assim como formadores de cartéis nas relações de comercialização no campo. As multinacionais e as indústrias são identificadas como exploradoras dos agricultores ao venderem insumos e máquinas caros e pagarem pouco pela produção agropecuária. Por fim os manifestantes ainda reclamam que esses agentes sociais “não são parceiros nesse momento de crise”.

O “outro” é o sem-terra e o MST com suas bandeiras e bonés, vermelhos como “o sangue e a violência que provocam no campo”. Seu lugar no Tratoração tinha menos importância em

termos das reivindicações do que na referência como inimigo de classe e como estratégia de invocar o adversário para disciplina e obediência interna. Tanto que a alusão ao MST no processo do Tratoração ocorre no contexto do embate com a proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) de alteração dos índices de produtividade. Durante a manifestação em Brasília o MST era uma referência permanente nas atividades na Esplanada, mas ausente na grande maioria dos discursos voltados para a mídia.

As manifestações de rua possuem um papel particular para visibilidade da classe, seus interesses e demandas; na construção de uma imagem para a população, para a mídia, para os agentes do Estado e para “dentro” (com predomínio de uma retórica que enfatiza ser o “setor” ordeiro, produtivo, responsável por sustentar economicamente o país, etc.); na pressão por reivindicações; no fortalecimento ou enfraquecimento político de entidades de representação. A manifestação pode ser um momento de construção e reconstrução de visões de mundo, momento de unidade e tensões, de disputas e alianças.

A *manifestação moderna* é caracterizada por Patrick Champagne como uma “ocupação temporária, com finalidade demonstrativa, do espaço público urbano”, ou como um tipo de mobilização onde se busca chamar a atenção dos agentes do campo político para os seus problemas pela expressão de uma *opinião política*⁶, através de um repertório de técnicas,

[...] utilizadas para subverter o espaço sonoro da cidade (cantos, gritos, ritmos, sonorização e animadores que lançam por alto-falante determinados slogans que são retomados pelos manifestantes, etc.) e o espaço visual habitual da rua (objetos inesperados ou insólitos tais como tratores ou gado nas cidades, disfarces, etc.) com o objetivo de chamar a atenção dos cidadãos e transformá-los em espectadores de um conflito. (CHAMPAGNE 1996:190).

Contudo, nem toda manifestação ocorre no espaço “urbano” e tem como finalidade primeira a demonstração e a atenção dos “cidadãos”. O próprio autor enriquece esse entendimento ao sugerir uma classificação das manifestações em dois tipos ideais: as de *primeiro grau* e as de *segundo grau*. Segundo Champagne

[...] as manifestações que poderíamos chamar do ‘primeiro grau’ são manifestações ‘para si’ de grupos reais, sendo que cada participante – que nesse caso limita-se a

⁶ “[...] uma verdadeira tomada de posição pública que pretende ser normativa e ter a possibilidade de se impor a todos a fim de se tornar, se necessário com a ajuda da lei, a opinião oficial” (CHAMPAGNE 1996: 187).

representar a si mesmo – preocupa-se relativamente pouco com o espetáculo que pode dar aos outros e dos eventuais efeitos que, em última análise, sua ação possa acarretar [...] (CHAMPAGNE 1998:199).

Por manifestações do segundo grau o autor entende como

[...] manifestações que são o objeto de verdadeiras encenações organizadas pelas instâncias sindicais no quadro de estratégias bem definidas destinadas a agir sobre o poder político, em suma, manifestações que são pensadas como tais, ou, se preferirmos, mais como meios do que como fins. (CHAMPAGNE 1998:199).

Este segundo “tipo” de manifestação, geralmente de *massa*, em contraste com as manifestações do primeiro grau,

[...] tendem inversamente, a privilegiar o ‘efeito de demonstração’ exercido sobre os outros, cuidar dos efeitos em geral, em suma, produzir deliberadamente um espetáculo já que se trata precisamente de agir para causar impressão. (CHAMPAGNE 1998:199).

O autor ressalva que não existem de forma pura na realidade essas duas formas de ação pública, que em proporções variáveis as diferentes manifestações possuem características peculiares dos dois modos de ação: “[...] qualquer ação espontânea espera sempre exercer certos efeitos simbólicos sobre o exterior, enquanto as manifestações-espetáculo devem contar com os ‘excessos’ ou ‘provocações’ tão temidos pelos organizadores.” (CHAMPAGNE 1998:199).

Ao analisar o processo que culminou no Tratoração, como veremos nos capítulos 1 e 2, identifiquei que, no final de 2004, arroteiros gaúchos promoveram protestos contra a importação de arroz do Mercosul onde se “fechavam” com tratores, caminhões, pneus queimados, as rodovias por onde entravam o grão dos países vizinhos. Estas manifestações envolveram pequenos grupos radicalizados e que pareciam pouco preocupados em chamar a atenção da população das cidades, se enquadrando como manifestações de primeiro grau, conforme Champagne.⁷

Também com características próximas de manifestações de primeiro grau, encontramos os “cercos e vigílias” de grandes proprietários rurais às ocupações de terra dos trabalhadores rurais sem-terra. Estas mobilizações se caracterizam pelo enfrentamento direto aos adversários, sem ter

⁷ Esses produtores de arroz em 2005 promoveram manifestações de rua na capital Porto Alegre em março e maio, agora organizados em torno da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), e demonstrando uma intenção de causar impressão na população da cidade e da mídia, possuindo mais as características das manifestações de segundo grau.

como objetivo principal o “efeito-demonstração” e sem o objetivo de negociar reivindicações junto ao Estado. São ações promovidas por grandes proprietários de terra e empresários rurais, especialmente no Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul (BRUNO e CARNEIRO 2005).

Minha suposição é a de que o Tratoração foi uma manifestação voltada para a demonstração, visando prioritariamente chamar a atenção dos agentes políticos e transformar a população da cidade em espectadora de um “conflito”, através da ocupação da Esplanada dos Ministérios com tratores, caminhões, barracas, tendas e *produtores*, com reivindicações direcionadas ao Estado.

Cabe destacar que existem outras formas de mobilização do patronato rural que ocorrem em espaços públicos e que procuram envolver as pessoas da cidade, e que possuem importante papel na construção da representação e identidade destes grupos sociais. As exposições, feiras e leilões agropecuários são exemplos destas mobilizações, que se diferem da manifestação de rua conforme a descrição de Champagne.

As feiras e exposições são eventos que geralmente ocorrem em áreas fixas destinadas especialmente para este tipo de atividade, como por exemplo, os Parques de Exposições Agropecuárias – ou *templo ao reconhecimento* nas palavras de Neves (1998:305). Mobilizam produtores e a população da cidade em torno de atividades comerciais (venda de animais, máquinas e insumos), e “culturais”, como shows e apresentações de habilidades na lida com os animais (vaquejada, rodeio).

Segundo Neves:

[...] as exposições são mais consagradas pelo seu misto de feira e festa popular, pela referência enaltecida de uma identidade regional, com modos suntuosos de comercialização de produtos de alto valor mercantil e de ostentação do prestígio social de seus proprietários. (1998:299).

Espaço de comercialização de produtos de alto valor mercantil e de ostentação do prestígio social de proprietários, conforme a autora, que se faz visível ao grande público, as feiras agropecuárias se configuram como lugar social de afirmação e ampliação de poder e dominação, sobretudo simbólicos. Momento de uma sociabilidade que gera, reproduz e reafirma símbolos e identidades de poder.

Corroborando essa leitura, ao refletir sobre a Exposição Internacional de Esteio⁸, Ramos (1995:221) afirma

“O espaço dessa exposição pode ser considerado como um “locus” de ostentação e de oportunidade de grandes negócios, em nível econômico. Podem, também, caracterizar-se como um contexto extraordinário, onde se abrem possibilidades para o fortalecimento da demarcação, diante do próprio grupo e da sociedade em geral, de uma certa posição”.

As feiras e/ou exposições não se caracterizam como um momento de protesto e/ou reivindicação; conforme Neves (1998) indicou são um misto de feira e festa popular, ainda que possam conter ou expressar insatisfações e demandas, funcionando como mais um canal para visibilidade das críticas e interesses dos grupos patronais rurais⁹.

A atenção da população urbana no contexto de uma feira agropecuária não é para que ela seja expectadora de um conflito, mas para que compartilhe valores, idéias, uma visão do mundo social comum, expressos na roupa, na alimentação, na música, nos automóveis, etc.

Nas feiras também há símbolos que distinguem os grupos patronais rurais entre si, como mostra o estudo de Marília Ramos sobre os integrantes da UDR de uma cidade do interior gaúcho. Segundo a autora,

“Nesses momentos, quando os integrantes da Burguesia Agrária estão “exibindo” o que têm de melhor, em termos de qualidade zootécnica e genética dos animais, em suas propriedades, há uma possibilidade de reforço dos simbolismos, perante o seu grupo e a sociedade global” (RAMOS 1995:220).

A exposição agropecuária, conforme Neves e a manifestação de rua contemporânea, segundo Champagne, são fenômenos sociais que guardam caráter de “massa e espetacular”, espaço em que diversos grupos se dão a conhecer e a se reconhecer, merecedores de maior atenção como objeto sociológico.

⁸ Exposição agropecuária realizada em parque de exposições localizado na cidade de Esteio, na grande Porto Alegre. É uma das maiores do país.

⁹ No final da década de 1990 a Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul) usou como instrumento de pressão ao governo do estado o boicote à Exposição Agropecuária Internacional de Esteio (Expointer) (DA ROS Rev. Sociologias nº22, 2009 prelo). Em maio de 2005 na Feira Agropecuária de Ribeirão Preto/SP (Agrishow), ocorreu reunião entre parlamentares e o ministro da Agricultura para tratar do endividamento agrícola.

O estudo da manifestação de rua também nos permite explorar vários aspectos importantes para uma análise da representação e identidade dos grupos patronais rurais no Brasil. As estratégias de construção de uma imagem pública, a relação com a imprensa, a manifestação como prática apropriada socialmente por diferentes grupos sociais, a intenção de representar toda uma categoria e a implicação simbólica do número de manifestantes são alguns desses aspectos, entre outros.

Tentaremos dialogar com o trabalho do sociólogo francês Patrick Champagne, cujo objeto de estudo foi a transformação do campo político na França. Para tal teve como ponto de partida a sua observação etnográfica de uma manifestação de rua de agricultores franceses¹⁰, ocorrida em março de 1982, onde milhares de agricultores “foram a Paris”, respondendo ao apelo do respectivo sindicato, para exprimir, oficialmente, um “certo descontentamento” contra a política agrícola empreendida pelo governo socialista, que havia há pouco tempo, assumido o poder.

A reflexão do autor sobre as manifestações orienta-se por tentar compreender a dinâmica do jogo político na França contemporânea, a partir do pressuposto que as pesquisas de opiniões ou sondagens se destacaram como meio de “informar” as “opiniões” existentes naquela sociedade.

O estudo apresentado nesta dissertação possui outra perspectiva: compreender os fatores e mecanismos norteadores de uma manifestação do patronato rural buscando refletir sobre o processo de construção de representação e identidade de classe.

Parto do suposto que o grupo manifestante estabelece relações econômicas com bancos, multinacionais e indústrias em posição subordinada, e que possui menor capacidade de influência nas decisões estatais em comparação com aqueles grupos dominantes. Ao mesmo tempo o patronato rural vê no Estado uma função de tutela em situações desfavoráveis, a ele recorrendo sempre que julgar necessário.

A manifestação de rua configura uma representação social e política de um grupo, para si e para os “outros”,

“[...] o grupo manifestante faz conhecer publicamente sua opinião e dá-se a conhecer ao público. Queira ou não queira, todo grupo social manifestante produz uma imagem

¹⁰ O autor informa que a manifestação foi promovida pela Federação Nacional dos Sindicatos de Empresários Agrícolas (FNSEA), Conselho Nacional dos Jovens Agricultores (CNJA).

pública de si mesmo. Participar de uma manifestação desfilando é [...] ‘mostrar-se’ e procurar agir através da representação (no sentido teatral) que o grupo, de forma mais ou menos controlada, dá a ver aos outros.” (CHAMPAGNE 1998:200)

A dimensão teatral da representação de uma manifestação demanda estratégias de apresentação de si e um cuidadoso controle das atividades, afirma Champagne:

“Os organizadores de qualquer manifestação, isto é, os que decidem efetuar e procuram manter sob controle, nos menores detalhes, seu desenrolar sem incidentes, já conhecem e colocam em ação *estratégias de apresentação de si* mais ou menos complexas e explícitas que visam agir principalmente sobre a representação que o público, através da imprensa, pode ter do grupo manifestante.” (CHAMPAGNE 1998:200)

O Tratoração com suas passeatas, discursos de parlamentares e governadores, “ato” de mulheres, doação de alimentos, expressou o objetivo de seus organizadores de construção de uma imagem para o público “externo”. Desde a sua concepção os porta-vozes enunciavam a intenção de “sensibilizar a sociedade”. A coordenação do acampamento a cargo de um dirigente sindical com experiência nesse tipo de ação desde os anos 1980 pode ser entendida como a suposição de um “bom” andamento das atividades, ou em outras palavras, garantia de controle.

A intenção da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), principal organizadora do Tratoração, de ter a imprensa como meio principal para “alcançar” o conjunto da população, era evidente com o intenso trabalho de sua assessoria de comunicação, que produzia “notícias” divulgadas pela mídia corporativa (que muitas vezes servia de fonte para a mídia comercial), e nas coletivas concedidas à imprensa pelos dirigentes sindicais na sede da entidade.

Outro aspecto da reflexão sobre esse tipo de mobilização passa pela questão da construção e apropriação da manifestação de rua como prática social por diferentes grupos sociais. Ou seja, o recurso às *manifestações na via pública* é muito diferenciado do ponto de vista social. Segundo Champagne, ao estudar a sociedade francesa, identificou que a manifestação,

“De forma mais episódica, é o recurso também utilizado pela ‘direita’, ‘católicos’, ‘antigos combatentes’, ‘leigos’, ‘camponeses’ e ‘estudantes’; no entanto, tais manifestações pretendem ser, em geral, originais ou de grande envergadura, enquanto as manifestações de ‘artesãos e comerciantes’, ‘patronato’, ‘executivos’ e ‘profissões liberais’ são excepcionais.” (1998:76)

Não pretendo adentrar no debate sobre a adoção da manifestação enquanto prática social desse amplo leque de grupos como exposto pelo autor, mas concentrar esforços no patronato rural brasileiro. Nessa perspectiva, a pesquisa demonstrou que a manifestação não é algo excepcional no grupo por mim estudado.

A construção da imagem pública no processo de realização do Tratoração trazia o discurso (escrito e falado) de uma manifestação representante de todos os grupos sociais do campo, por meio da auto-proclamação de que era um movimento da “agricultura brasileira”. De que a mobilização era consequência de uma crise da agropecuária nacional.

Esse discurso pode ser entendido como parte das estratégias de construção de imagem pública da manifestação enquanto expressão de uma totalidade social, como diria Champagne (1998:202-203), “Esse trabalho de apresentação de si está presente em todas as manifestações porque o grupo manifestante pretende ser o representante da categoria social em sua totalidade”. No caso do Tratoração, buscava-se mais do que ser representante de toda uma categoria, mas ser a expressão de todo um universo social, o patronato rural se vê e se apresenta como sendo a “agricultura brasileira” e vice-versa.

A categoria principal na construção da identidade “nós”, acionada nos discursos, era de *produtores* ou *produtores rurais*. Segundo Bruno (1997), esta auto-representação e autodefinição como “produtores e empresários rurais” passam por um momento de consolidação e maior visibilidade no início dos anos 1990, quando as classes dominantes agrárias realizam uma ofensiva política e ideológica, expressando novas formas de dominação e de exploração. A autora indica que faz parte desta ofensiva “a busca de uma expressão política mais abrangente e de uma significação que recondicione e reorienta a prática e as formas de representação do conjunto”.

Podemos então afirmar que o Tratoração buscou ser o representante do conjunto do patronato rural, por meio de uma identidade que visa ser uma expressão política mais abrangente – “nós produtores”. Mas em uma manifestação, a condição de representar um grupo social precisa ser legitimada, entre outras coisas, pelo número de indivíduos mobilizados: “Pelo número de manifestantes que levam a desfilar na rua (...) as organizações ditas ‘representativas’ procuram reforçar e estender seu poder de representação, tendo em vista as negociações com o poder político.” (CHAMPAGNE 1998:208).

O autor observa que o número de manifestantes é um elemento importante para aumentar o poder de representação das organizações, ou seja, confere parcela expressiva de sua força social

perante as instâncias e órgãos estatais – e eu diria também perante aos adversários. O “tamanho” da manifestação possui uma importante implicação simbólica que se torna objeto de disputas em torno de si,

“Considerando a implicação simbólica representada pelo número de manifestantes, este torna-se uma fonte inevitável de polêmicas entre o poder e as organizações que fazem o apelo para tais concentrações e explica, o que de outra forma seria ridículo, a razão pela qual os serviços do Ministério do Interior e o Alto Comando da polícia foram obrigados, muito cedo, a aperfeiçoar técnicas, que pretendem ser objetivas, para a contagem precisa do número de manifestantes, como se tratasse de contar votos.” (CHAMPAGNE 1996:208).

Isso foi observável no Tratoração. Durante a sua realização não foram poucas as falas de que era o *maior movimento de produtores que Brasília já tinha visto*. A mídia, comercial ou corporativa, foi palco privilegiado desta disputa em torno do número de manifestantes presentes em Brasília. A disputa mais importante ocorreu em torno do número de manifestantes na quarta-feira, 29/06, dia de audiência com o presidente Lula, que, segundo a PM, foi de 18 mil pessoas¹¹.

Registrou-se um verdadeiro “desfile” de números na imprensa sobre a participação no Tratoração, especialmente em jornais regionais. O Diário da Manhã, de Goiás, estimou a presença de 45 mil¹² pessoas. Os jornais Folha do Estado e o Diário de Cuiabá, ambos de Mato Grosso, avaliaram respectivamente em 30 mil¹³ e 25 mil¹⁴ manifestantes. Prevaleceu nos jornais impressos de circulação nacional, como O Globo e Folha de São Paulo, o “cálculo” inicial da CNA de 20 mil participantes¹⁵. A Dinheiro Rural, revista especializada em economia e política para o meio rural, divulgava a participação de 25 mil pessoas e 3 mil tratores¹⁶.

Já para a revista da Famasul, o evento na capital federal reuniu mais de 20 mil pessoas, 2,5 mil máquina agrícolas, além de ônibus e caminhões, e foi caracterizada como a “maior concentração de produtores rurais já realizada no Brasil”¹⁷. Essa leitura da Famasul - uma das entidades patronais mais expressivas no Tratoração - sintetiza a preocupação com a construção da

¹¹ “‘Tratoração’ vira protesto na frente do Congresso”, Fernando Itokazu. FSP 30/06/05, p. B1.

¹² “Campo terá R\$ 4 bilhões”, Ricardo C. Goya. Diário da Manhã – Goiânia, 30 de junho de 2005 (acessado em: www.dm.com.br/impresso_imprimir.php?id=90919).

¹³ “Produtores tentam negociar pacote integral de medidas”, J.D.. Jornal Folha do Estado 01º/07/05.

¹⁴ “Setor ganha mais R\$ 3 bi do FAT”, Marianna Peres. Diário de Cuiabá 30/06/05 (acessado em: www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=222608).

¹⁵ “Agricultores terão crédito de R\$ 3 bi do BNDES”, Eliana Oliveira. O Globo 30/06/05, p. 27; “‘Tratoração’ vira protesto na frente do Congresso”, Fernando Itokazu. FSP 30/06/05, p. B1.

¹⁶ “O Tratoração em Brasília”. Dinheiro Rural, julho/2005, p. 26.

¹⁷ “O alerta de quem garante riqueza e alimento para o Brasil”, Eudete Petelinkar e Mirela Ramos. Revista Voz do Produtor ano 2, nº. 8 – 2005, p. 13.

imagem de sucesso do Tratoração em termos de mobilização de “produtores”, com previsão pela CNA em 15 mil pessoas¹⁸.

O debate sobre o número de manifestantes se insere na questão da legitimidade da condição de representativo, portanto um importante elemento da construção da representação.

Por fim a manifestação de rua contribui sobremaneira na construção de grupos com legitimidade para participar da luta política, algo considerado por Champagne como a expressão da essência do jogo político:

“Com certeza, não é exagerado pensar que o essencial do jogo político acontece precisamente no verdadeiro trabalho de construção social de grupos políticos mais ou menos homogêneos ou reais, isto é, na produção dos atores coletivos que, legitimamente, podem participar da luta política e cuja palavra é reconhecida como política, isto é, como palavra de um grupo e não como simples palavra individual.” (CHAMPAGNE 1998:236).

Refletir como se dá a construção social dos *produtores rurais* no Tratoração a partir do processo de construção de representação e identidade de classe é o desafio proposto por este trabalho.

Adotar como objeto de estudo manifestação de rua patronal rural e agroindustrial se mostrou política e academicamente instigante. Primeiro porque no Brasil no imaginário coletivo as mobilizações são associadas aos movimentos sociais populares. Quando falamos deste tipo de ação coletiva predomina a lembrança das passeatas dos *Primeiro de Maio*, as marchas dos Sem Terra a Brasília; os piquetes de greve nas cidades; etc.

Segundo, porque não foram poucos os colegas que “estranhavam” meu objeto de estudo. Um duplo “estranhamento”: de um lado com o tema em si, e de outro alguém com uma história de militância na esquerda social e partidária se interessar cientificamente pelas classes e grupos dominantes no campo.

Lembro-me de que no início das minhas atividades como assistente de pesquisa da professora Regina Bruno, ela comentou uma vez que antes de iniciar um debate, no período da Nova República, tinha que pedir permissão, desculpas e justificar-se por estudar os grupos dominantes no campo. Segundo ela, foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) um dos principais legitimadores do seu esforço de investigação.

¹⁸ “Tratoração espera 15 mil em Brasília”, Fábola Salvador. OESP 28/06/05, p. B6.

A origem desta dissertação foi a observação do Tratoração *in loco*, por ocasião da minha condição de assistente de pesquisa no projeto *Quem são os “novos” ruralistas no governo Lula?*¹⁹, que buscava compreender alguns elementos de um novo campo de conflitividade no meio rural em torno da bandeira da reforma agrária, aberto com as eleições e vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, para presidente da República em 2002.

No retorno da experiência de campo, tive contato com a reflexão teórica dos sociólogos alemães Offe e Wiesenhal (1984), para quem as organizações empresariais e de empregadores: “[...] não dependem da democracia interna, da identidade coletiva, ou da disposição de comprometer-se em ação solidária, pelo óbvio fato de que *já estão* em uma posição estrutural de poder.” (OFFE e WIESENTHAL 1984:75)

Esse suposto não correspondia inteiramente ao observado, já que a CNA formalmente é a organização política do sindicalismo patronal rural e na prática é um espaço (não exclusivo) de representação dos interesses de grandes proprietários de terra e empresários rurais e agroindustriais. Em outras palavras, o Tratoração foi uma sanção por meio de ação direta dos empregadores no campo brasileiro.

A inquietação cresceu durante as conversas com a coordenadora da pesquisa, professora Regina Bruno, que estudou as mobilizações desses grupos sociais durante a Nova República, assim como “participou” do *Caminhonaço*, mobilização das classes e grupos dominantes na capital federal em 1995.

O que para o assistente começou como uma atividade de pesquisa em torno de uma novidade – a ação coletiva direta de setores patronais do campo – se tornou uma primeira questão de fundo – seria a manifestação de rua parte da prática social dos grupos dominantes no campo?

É verdade que naquele momento a pergunta, e seu caráter como uma questão tipicamente sociológica, não estava clara para mim. Contudo, desde então, no restante das atividades da pesquisa, direcionei parte significativa do olhar para as manifestações de rua daqueles segmentos sociais. O que gerou a proposta do estudo apresentado nesta dissertação.

¹⁹ Pesquisa coordenada pela professora Regina Bruno/CPDA-UFRRJ nos anos de 2004/2005 financiada pelo Núcleo de Estudos/NEAD -Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA.

Os caminhos de investigação desta dissertação estão profundamente enraizados nas pesquisas sobre a problemática da representação de interesses dos grandes proprietários de terra e empresários rurais e agroindustriais coordenadas, por Regina Bruno nos últimos anos.

O trabalho aqui apresentado é um produto de um trabalho verdadeiramente coletivo, ainda que, como toda dissertação, tenha seu lado autoral. Primeiro é um trabalho coletivo do orientando e orientadora, que participou ativamente de todo o processo de concepção, maturação e elaboração em quase quatro anos de relação acadêmica, profissional e pessoal.

Segundo, porque as inúmeras reuniões com Regina Bruno e Janaina Sevá por ocasião das atividades da pesquisa sobre representação patronal no campo estão intrinsecamente presentes nesta dissertação, ainda que não apareçam com citação acadêmica formal.

Terceiro, é um trabalho coletivo porque tributário das discussões ocorridas no seio do *Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Agronegócio, Ruralismo e Relações de Poder (NARUP/CPDA/UFRRJ)*²⁰, por ocasião das discussões nos Ciclos de Debates. E devedor das discussões sobre teoria e dados empíricos durante as disciplinas do mestrado e durante atividades como a *Semana Acadêmica do CPDA*²¹. E também por possuir contribuições das colegas de turma Caroline Bordalo, Janaína Sevá, Maíra Martins e Silvia Aquino, oriundas dos encontros durante as disciplinas²² e de conversas e encontros nos corredores do curso e nos bares. Cláudio Severino também foi outro companheiro de primeira hora nas inquietações com o trabalho científico, sempre com uma sugestão amigável e consistente, entre elas a sugestão para que eu tivesse a calma que uma reflexão muitas vezes necessita.

Entretanto, apesar de considerar e reconhecer este trabalho como uma construção coletiva, também é preciso dizer que um conjunto de escolhas dos caminhos da investigação é inerente ao autor, até para não socializar indevidamente os limites do esforço intelectual ora apresentado.

Como já dito anteriormente, as origens desta dissertação residem na minha condição de “participante como observador”²³ do Tratorado. Essa observação ocorreu com importantes lacunas que hoje me chamam atenção. Inúmeros detalhes e situações deixei de observar por falta

²⁰ Criado em 2007, compõe o conjunto de grupos de estudos existentes no CPDA atualmente.

²¹ Atividade anual organizada pelos estudantes do CPDA desde 2004 para debates com convidados de instituições de pesquisa, dos poderes públicos e dos movimentos sociais sobre diversos temas.

²² Especialmente a disciplina Metodologia II, coordenada pelo professor Luis Flávio, que possibilitou nosso debate livre e algumas vezes “duros”, porque fruto de uma relação solidária.

²³ Este termo tomei emprestado de Raymond L. Gold, “Roles in Sociological Field Observations”, *Social Forces* 36 (março de 1958), 217-23; citado por Becker (1994).

de experiência (distribuição das barracas por estados e municípios, mais visitas às barracas, as inúmeras faixas, as entidades que se faziam visíveis, conversar mais com produtores). No contexto de pouco experiência de campo e da viagem de ter sido de última hora, é que se optou nos marcos da pesquisa “Quem são os “novos” ruralistas no governo Lula?”, pela não realização de entrevistas durante o Tratoração.

Uma preocupação constante em relação ao trabalho de campo foi com os trajés e linguagem durante a observação da manifestação na Esplanada. Tentando ao máximo não destoar dos manifestantes, levei para Brasília calças jeans e camisas de botão ou camisa pólo, tirei do fundo do armário uma velha bota de couro e sola de borracha de pneu, além de um velho cinto de couro com uma fivela do tamanho de uma bola de tênis e com desenho de um cavalo. Trajes usados no início da graduação para ir a Exposições Agropecuárias no interior do estado do Rio de Janeiro.

De algum modo avalio ter realizado boa parte do que Becker (1994) caracteriza como observação participante:

“O observador participante coleta dados através de sua participação na vida cotidiana do grupo ou organização que estuda. Ele observa as pessoas que está estudando para ver as situações com que se deparam normalmente e como se comportam diante delas. Entabula conversação com alguns ou com todos os participantes desta situação e descobre as interpretações que eles têm sobre os acontecimentos.” (BECKER 1994:47).

Presenciei os dias considerados mais intensos em atividades e acontecimentos, em que pese eu não estar presente desde o primeiro dia da manifestação. Cheguei à tarde do dia 28 de junho, um velho amigo me pegou no aeroporto e antes de me deixar no Congresso Nacional, parei para comer, desconsiderando que, em uma manifestação de rua, todo tempo é pouco para a observação.

Confesso que guardo, com a maturidade de hoje, um ressentimento de não estar no Tratoração desde o dia 27, acompanhando a coletiva à imprensa na sede da CNA. Ou presenciando o início de uma radicalização das bases e “perda” de controle da manifestação pelas lideranças no dia 28 de junho. Mas isso não foi possível por dificuldades extra pesquisa.

Sofri (e sofro até hoje) por não ter acompanhado a Audiência Pública da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados (CAPADR), que foi transferida para a tenda central do Tratoração na Esplanada dos Ministérios

por ocasião de pressão das “bases”. Fui informado na Câmara dos Deputados que a mesma tinha acabado.

Esses comentários sobre erros e frustrações buscam situar os leitores acerca de uma dimensão do trabalho de campo muitas vezes ocultada quando se apresentam os resultados de pesquisas. Corroborando Becker (1994), acredito que tais informações são contribuições em termos de conhecimento e delimitam algumas potencialidades e limites do trabalho.

Aparentemente a minha estratégia de apresentação visual funcionou, pois em dois dias entre os manifestantes, inclusive subindo em tratores, apenas em duas situações fui interpelado. Na primeira vez me perguntaram se eu era jornalista, creio eu que era a única profissão a se imaginar para alguém no meio da multidão com caneta e caderneta na mão. A profissão de pesquisador deve possuir uma imagem bem distinta da minha, já que ao informar esta condição, o manifestante não mais fez questionamentos, a não ser se eu já tinha visto manifestação como aquela²⁴.

A segunda vez em que fui indagado sobre a minha identidade foi na tenda central. Estava eu sentado em meio a uma “roda” de jovens manifestantes, ouvindo um cantador gaúcho declamando versos extremamente preconceituosos sobre a condição de analfabeto e operário do presidente da República, quando um dos presentes me olhou e perguntou com tom de reprovação se eu era petista. Respondi indagando porque achava que eu era petista, e fomos interrompidos por recém-chegados na “roda” puxando outro assunto.

Antes, durante e depois desta experiência *in loco*, realizei um levantamento das matérias veiculadas principalmente pela mídia corporativa da CNA, e em menor grau da Famato, Farsul, Famasul, Faep e Faesc, nas páginas eletrônicas das respectivas entidades do patronato rural brasileiro.

Foi basicamente a partir destas fontes que procurei fazer uma descrição e leitura do processo que desaguará no Tratoração em Brasília no final de junho. Este material se mostrou rico para perceber como mobilizações locais de *produtores*, encontros e reuniões das entidades de representação patronal rural da sociedade civil entre si e com representantes do Estado, e iniciativas da CAPADR ocorrem não necessariamente articuladas intencionalmente e afunilam

²⁴ Tendo eu participado, entre outras, da manifestação dos 100 mil durante o governo FHC, só fiz me esquivar da pergunta.

para a constituição de ações articuladas, pauta comum de reivindicações, identidade política comum, e definição de “outros”.

Os capítulos I e II são dedicados às movimentações das classes e grupos patronais rurais diretamente envolvidas no processo que desembocará no Tratoração. Considero que o final de 2004 reúne uma concentração de iniciativas como manifestações locais dos produtores rurais, reuniões entre lideranças das Federações da Agricultura e destas com representantes do Estado e debates da CAPADR. O capítulo I inicia com as ações patronais daquele período e o capítulo II termina com as ações engendradas até as vésperas da mobilização em Brasília.

O capítulo III é dedicado completamente ao Tratoração, refletindo sobre as suas primeiras iniciativas até o término da manifestação na capital federal. Seguindo uma seqüência linear das atividades e acontecimentos no período da mobilização em Brasília, espero conseguir demonstrar um conjunto de nuances da representação patronal no campo nos dias de hoje.

CAPÍTULO I

A panela de pressão

“[...] Movimento, ele foi pra dar consequência a essas mobilizações pontuais e organizar isso, porque estava surgindo de novo aquela panela, que eu falei, a panela de pressão foi indo [...]” (FAMATO)

Apesar de o Tratoração ser uma manifestação de rua explicitamente dirigida ao Estado e à sociedade, e para tal pensada e planejada para produzir um “efeito-demonstração”, analisá-la focando seu papel na construção da representação e identidade de classe nos parece mais rica ao observarmos o seu processo de surgimento. Esse é o esforço que fazemos nos capítulos I e II.

Reconstituir os agentes sociais e os caminhos que levaram à uma mobilização como o Tratoração nos coloca sempre a questão da arbitrariedade por parte do pesquisador. Ainda mais o nosso objeto de estudo, que guarda inúmeras significações sobre a sua origem por parte dos próprios porta-vozes e lideranças do patronato rural.

Acreditamos que a melhor maneira de minimizar o risco é a explicitação dos critérios adotados para a eleição de um ponto de partida. Em nosso estudo definimos como critério o momento em que há concentração de ações envolvendo entidades e grupos dos produtores de grãos do país em torno de questões que viriam a se tornar pauta das reivindicações do Tratoração.

Deste modo podemos observar uma variedade de formas de representação de interesses que não necessariamente são conscientemente articuladas, mas que ao mesmo tempo funcionam como complementares. Mobilizações localizadas ocorrem independentemente das lideranças estaduais, mas acabam fortalecendo estas mesmas lideranças para os pleitos junto ao Estado.

Como veremos ao longo dos primeiros capítulos, reuniões entre Federações estaduais da Agricultura, a CNA e representantes do MAPA; audiências públicas da CAPADR e manifestações locais ocorrem com certa autonomia e independência até ganharem uma dimensão articulada organicamente, onde o Tratoração é sua expressão máxima.

Essa diversidade de ações das bases e lideranças, das entidades e instituições, da sociedade civil e da sociedade política, constitui uma fase importantíssima da construção de um *nós produtores* que se expressa no Tratoração. Pois é a “experiência de classe” se constituindo em

“consciência de classe”, nos termos de Thompson (2004). Uma fase onde se processa a unificação das ações, das palavras de ordem, das bandeiras e das reivindicações.

O aumento da saca do arroz e a proibição da importação desse grão dos países do Mercosul, elementos centrais na disposição de agir dos produtores gaúchos, se soma com o baixo preço das *commodities* (especialmente a soja) e as dívidas com as empresas fornecedoras de insumos, elementos geradores da disposição de agir dos sojicultores mato-grossenses, para conformar a “crise da agricultura”, entre outros aspectos.

Este capítulo busca resgatar essa complexa dinâmica a partir da reconstituição do processo que culminou no Tratoração, destacando os eventos que consideramos mais importantes. Queremos demonstrar como uma diversidade de grupos sociais, de demandas e interesses, e de formas de expressão se unifica no Tratoração em um verdadeiro “fazer-se” classe.

Outro aspecto que se destaca nessa observação, é a atuação articulada entre as entidades de representação e parlamentares (das três esferas). Particularmente uma articulação entre a CNA e a Bancada Ruralista, configurando uma divisão de tarefas. Divisão que fica mais nítida durante o Tratoração.

1.1 A intensificação das movimentações e as primeiras tensões

Em onze de novembro de 2004, sete meses antes do Tratoração, um representante do MAPA, o governador do Mato Grosso, representantes de Federações da Agricultura de cinco estados e representantes da CNA se reuniram no auditório da Famato em Cuiabá/MT, para discutir a chamada crise da agricultura.²⁵

Entre os presentes destacam-se Ivan Wedekin – Secretário de Política Agrícola do MAPA e ex-diretor da ABAG; Blairo Maggi – governador do Mato Grosso; Homero Pereira – presidente da Famato e Secretário de Agricultura do Mato Grosso; e Marcel Caixeta – presidente da Comissão de Cereais da CNA e da Faeg²⁶. Estes dois últimos viriam a compor a coordenação do Tratoração em junho de 2005.

Segundo o editorial do jornal local A Gazeta, a reunião foi para “apresentar o cenário incerto e preocupante para agricultura em Mato Grosso e no país na safra 2004/2005” e para

²⁵ “Encontro na FAMATO”, Repórter: Luciana Crepaldi. MTTV 2ª. Edição, TV América, 11/11/04 (acessado em 17/09/08, <http://www.afpl.com.br/famato/afpl.aspx>).

²⁶ Idem.

discutir “ações que possam amenizar o risco de prejuízos para os empresários rurais”. A Gazeta também informa que o “setor já fez uma lista de medidas que julgam necessárias para diminuir as perdas de produção e financeira vislumbradas para o próximo ano”.²⁷

Após três anos de elevados lucros, o empresariado rural vê seus lucros ameaçados e enxerga no Estado a saída para evitar as perdas. O discurso pró-mercado dá lugar à defesa do Estado provedor. A perda da produção não é coberta pela ausência ou ineficiência de uma política de seguro agrícola, a perda financeira é provocada pela política de taxa de câmbio que intensifica o problema da queda dos preços das *commodities*, e pela política de comércio exterior que permite a importação de produtos agrícolas do Mercosul, dizem as lideranças.

Em 17 de novembro de 2004 ocorreu na Câmara dos Deputados uma reunião da Bancada do Nordeste, que consiste na unificação dos deputados federais da região, com a participação da CNA. O assunto principal do encontro foi o “endividamento dos produtores rurais da região Nordeste”, que, segundo informa a assessoria de imprensa da entidade,

“Dos R\$ 13 bilhões de recursos aplicados pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), há cerca de R\$ 5 bilhões em atraso, o que representa uma inadimplência de cerca de 40%. No Fundo Constitucional do Centro-Oeste, por exemplo, a inadimplência é de apenas 2,6%.”²⁸

A CNA possui em seu organograma uma comissão específica para a região, denominada Comissão Nacional para Assuntos do Nordeste da CNA, presidida na época por Leônidas Ferreira de Paula, que participou da reunião. Os detalhes da situação do endividamento dos *produtores rurais* nordestinos foram apresentados para a bancada por José Ramos Torres de Melo Filho, vice-presidente da CNA e integrante da dita Comissão.²⁹

Um dos resultados dessa articulação entre CNA e Bancada do Nordeste na Câmara foi um Projeto de Lei que propõe a renegociação das dívidas dos produtores rurais do Nordeste dispondo sobre a repactuação de dívidas do crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene). A meta é envolver dívidas de crédito rural, independente da fonte de recursos e do agente financeiro contratadas até 31 de dezembro de 2000, mesmo as já

²⁷ “Cenário Incerto Para Agricultura”. Editorial do Jornal A Gazeta de quinta-feira, 11/11/04 (www.apr).

²⁸ “CNA propõe soluções para o endividamento rural do Nordeste”, Farsul. Imprensa CNA, 16/11/04 - 12:44 (http://www.farsul.org.br/pg_informes.php?id_noticia=10033).

²⁹ Idem.

renegociadas. O Projeto foi protocolado, no mesmo dia da reunião, na Câmara Federal, pelo deputado federal Roberto Pessoa (PL/CE).³⁰

Conforme a assessoria de imprensa da CNA,

“A proposta prevê cobrança de juro de 1,5% ao ano para dívidas de crédito rural com valor originalmente contratado de até R\$ 35 mil. Para débitos no valor entre R\$ 35 mil e R\$ 200 mil, a taxa prevista é de 3% ao ano; e para as operações superiores a R\$ 200 mil, a taxa proposta é de 5% anual. Nas operações de maior valor, as taxas são cobradas “em cascata”, ou seja, vale a taxa de 1,5% para o saldo de até R\$ 35 mil; de 3% para a parcela compreendida entre R\$ 35 mil e R\$ 200 mil, e somente a fatia acima de R\$ 200 mil deverá pagar juro de 5%. Sobre o valor do saldo devedor, a ser apurado a cada ano, é estimada a concessão de bônus de adimplência de 2,5%, aplicado no pagamento de cada parcela anual. O prazo proposto para o pagamento é de 25 anos, incluídos quatro anos de carência. A proposta foi elaborada com o apoio do Departamento Econômico da CNA e presidentes das Federações de Agricultura dos Estados do Nordeste.”³¹

A argumentação apresentada pela CNA em defesa da renegociação das dívidas passa pela idéia de que o desenvolvimento da região está comprometido pela incapacidade de investimento dos *produtores* que não conseguem acessar os recursos disponíveis, devido a uma alta inadimplência:

“De acordo com Torres de Melo, ao mesmo tempo em que existe alta inadimplência, há outra parcela de aproximadamente R\$ 4 bilhões disponível para ser liberada pelo FNE, mas que não é aplicada. Isso comprova a incapacidade dos produtores da região em vencer o endividamento e passar a investir, o que compromete o desenvolvimento do Nordeste, argumenta.”³²

O presidente da Comissão Nacional para Assuntos do Nordeste da CNA explicita a proposta de se transferir as dívidas atualmente contratadas junto ao Banco do Nordeste para a União, com prazos mais longos³³.

Sem mencionar as movimentações em torno do endividamento do patronato rural nordestino, um artigo critica a renegociação das dívidas agrícolas no jornal A Gazeta, do Mato Grosso, uma semana depois do encontro entre CNA, Federações e MAPA na sede da Famato.

³⁰ “CNA subsidia Congresso na elaboração de projeto de lei que visa resolver o endividamento do Nordeste”. Imprensa CNA, 17/11/04-12:44 (http://www.farsul.org.br/pg_informes.php?id_noticia=10037).

³¹ Idem.

³² CNA propõe soluções para o endividamento rural do Nordeste, Farsul. Imprensa CNA, 16/11/04 - 12:44 (http://www.farsul.org.br/pg_informes.php?id_noticia=10033).

³³ Idem.

“Os fatos indicam que vão pressionar o governo federal sobre dívidas do setor com os bancos de fomento estatais. Pode surgir uma renegociação de dívidas ou, quem sabe, até uma nova securitização. A antiga, as parcelas a vencer, parece que já foram proteladas. No final, vai acabar sobrando para a viúva. É engraçado o nosso capitalismo. Na hora que se ganha, o produtor embolsa o lucro. Na hora que se perde, joga para o conjunto da sociedade pagar.”³⁴

As críticas também envolvem as formas diferenciadas de tratamento das dívidas, se com agentes privados ou públicos pelos agricultores,

“O setor agrícola toma dinheiro emprestado de multinacionais ligadas ao agronegócio e de bancos públicos para bancar seus custos. Na hora de pagar, vão pagar as multas e os bancos estatais vão ser pressionados politicamente para encontrar alternativas de se pagar sabe lá quando.”³⁵

O artigo expõe que as atividades agrícolas são financiadas por empresas multinacionais e bancos públicos, mas a quitação dessas dívidas possui lógicas diferentes por parte dos agricultores, que pagam aos agentes privados e não aos órgãos públicos de financiamento. Como veremos nos capítulos seguintes essa lógica estará presente nas reivindicações em torno do movimento do Tratoração.

Um aspecto interessante do artigo mencionado acima é que sua publicação provocou um artigo de resposta do então presidente da Famato e secretário de Agricultura do Mato Grosso, Homero Pereira.

Com o sugestivo título de “Respeitem o Homem do Campo”, Homero evoca inicialmente a importância do *homem do campo* para o Mato Grosso e a importância do estado para o país, elementos estruturantes da construção de uma legitimidade,

“É impossível falar em Mato Grosso atualmente e esquecermos da importância do homem do campo para o sucesso deste Estado (sic). Mais ainda, do destaque e da representatividade do nosso Mato Grosso nas decisões relevantes do País, sobretudo no que diz respeito à economia nacional.”³⁶

Homero Pereira, um dos importantes porta-vozes do patronato rural mato-grossense, parte para a construção de um adversário, os industriais paulistas, acusados de desviarem os recursos do financiamento agrícola no início dos anos 1970,

³⁴ “Agricultores, Crise e Dívidas”. Alfredo da Mota Menezes, Jornal A Gazeta, 18/11/04:14:44 (site APR-MT).

³⁵ Idem.

³⁶ “Respeitem o Homem do Campo”, Homero Alves Pereira. Diário de Cuiabá, 22/11/04:13:42 (site APR-MT).

“Não se vai muito longe para resgatar na história uma época em que os recursos para o financiamento agrícola eram vultuosos e grandes agropecuárias eram criadas por industriais paulistas, especificamente, para captação de recursos e desviarem, acintosamente, para as margens da Avenida Paulista. Estamos falando da primeira metade da década de 70!”³⁷

Essa crítica-denúncia é presente geralmente nos estudos críticos da chamada “modernização da agricultura” ou “modernização conservadora”³⁸, que trata de um conjunto de alterações no modo de produção e comercialização na agropecuária nacional ocorridas durante a ditadura militar, especialmente entre meados da década de 1960 e 1970. Um processo marcado por políticas governamentais de privilegiamento de alguns setores econômicos.

O presidente da Famao estabelece então uma oposição regional e setorial: de um lado os industriais paulistas e de outro os produtores do Mato Grosso, “verdadeiros desbravadores”:

“Não se vai muito longe também para resgatar a história e descobriremos que houve uma época em que verdadeiros desbravadores se aventuravam neste sertão em busca de oportunidade de vida, sem condições nenhuma, e começaram a acreditar na possibilidade deste Estado se tornar exatamente o que é hoje. Estes sim não tiveram as mesmas oportunidades dos industriais paulistas, mas a despeito da falta de oportunidade souberam construir com trabalho, aliás, muito trabalho, o que somos hoje. Curiosamente estamos falando do mesmo período da década de 70!”³⁹

Observa-se uma leitura de parte da história nacional que resgata uma antiga tensão entre agricultura e indústria, e parece se assentar na idéia da industrialização que cortou o “natural” destino agrícola do Brasil.

A idéia de vocação agrícola do país aparece mais claramente nos argumentos sobre as dívidas agrícolas, entremeada com o argumento da responsabilidade dos planos econômicos governamentais na constituição dessas dívidas:

“Jamais a sociedade pagou quando o produtor perdeu, a sociedade pagou sim, com os malfadados planos econômicos elaborados por tecnocratas acostumados com a boa vida de Brasília sem conhecer a verdadeira vocação deste Brasil, por conta disso, empréstimos contraídos nessa época cresceram assustadoramente tornando essa mesma dívida impagável.”⁴⁰

³⁷ Idem.

³⁸ Ver especialmente GRAZIANO (1982); DELGADO (1985); GONÇALVES NETO (1996).

³⁹ Idem.

⁴⁰ Ibidem.

Os burocratas que não conhecem a “verdadeira vocação” do Brasil elaboraram planos econômicos que tornaram as dívidas impagáveis, diz Homero. Deste modo o perdão das dívidas significa nada mais que respeito a quem tanto fez e faz pelo Brasil – o homem do campo.

O argumento acima articula a idéia de que “a sociedade” é credora de planos econômicos equivocados de burocratas de Brasília, não dos agricultores, “jamais a sociedade pagou quando o produtor perdeu”. Como enfatiza Homero, “É preciso colocar as coisas no seu devido lugar, mostrar a verdadeira face do agronegócio mato-grossense, que não deve nada a ninguém, e que muitas vezes vale a pena recordar”.⁴¹

A condição de devedores é geralmente significanda como culpa do outro, do Estado e suas políticas que penalizam a agricultura, dos bancos e suas taxas de juros, das multinacionais que compram barato a produção e vendem caro os insumos. Por outro lado os agricultores são credores da sociedade devido à geração de emprego, pela balança comercial superavitária, em suma porque sustentam a economia nacional, como afirma Homero:

“O Homem do Campo sustentou e tem sustentado a economia brasileira, sobretudo a mato-grossense. Graças a ele estamos sustentando uma negociação dura na Alca, graças a ele Mato Grosso tem gerado emprego, graças a ele a balança comercial brasileira é superavitária, graças a ele Mato Grosso é o Estado da nação que mais cresce e mais atrai investimentos, mais constrói casas populares, mais constrói estradas.”⁴²

Em dado momento o artigo dá um salto no tempo da década de 1970 para os anos 1990, quando foi implementado o Plano Real⁴³ e quando ocorreram manifestações de rua nacionais protagonizadas pelo patronato rural brasileiro,

“Eu pessoalmente conheço produtores rurais que contraíram empréstimos para compra de um simples trator e tiveram que devolver ao banco o valor equivalente a cinco tratores. A situação estava insustentável quando, juntamente com varias lideranças rurais, coordenamos uma marcha nacional até Brasília, denominada Caminhonaço. Curiosamente, nessa época, o trabalho do homem do campo que resultava no chamado agronegocio, sustentava um Plano Econômico denominado Real, pautado, basicamente, na importação de produtos para concorrer com similares nacionais e pressionar os preços praticados aqui no país para baixo. Com isso a balança comercial brasileira era

⁴¹ “Respeitem o Homem do Campo”, Homero Alves Pereira. Diário de Cuiabá, 22/11/04:13:42 (site APR-MT).

⁴² Idem.

⁴³ Em 1993, no governo Itamar Franco, o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, lançou um novo plano econômico.

sustentada pelas exportações agrícolas, algo fundamental para manter o que se chamava de Ancora Cambial, mas que, na verdade, deveria se chamar de Ancora Verde!”⁴⁴

Aqui emerge a noção explícita do setor agrícola como alicerce da política econômica brasileira através das exportações que sustentavam a balança comercial. Aparece também o resgate da história da realização da manifestação de rua como forma de responder às conseqüências de um plano econômico que supostamente tornou as dívidas agrícolas impagáveis.

Arrisco-me a dizer que esse debate com suas peculiaridades regionais, na verdade já expressava e servia de preparativo para o que viria mais adiante – a organização e o embate em torno dos interesses da renegociação das dívidas agrícolas.

O mês de novembro de 2004 também traz significativas iniciativas da região Sul, especialmente do Rio Grande do Sul. Uma coletiva a imprensa, no dia 17, do presidente da Farsul e presidente da Comissão Nacional de Crédito Rural da CNA, Carlos Rivacci Sperotto, revelou a existência de uma tensão entre agricultores de grãos do estado e fornecedores de insumos e máquinas acerca dos aumentos dos preços dos insumos e equipamentos.

Segundo Sperotto, os produtores em todo o país estavam avaliando a realização do movimento *Compra Zero* para insumos e investimentos nas propriedades, como forma de forçar negociação com os fornecedores⁴⁵. Afirmou ainda que se não houvesse solução para os altos custos dos insumos e máquinas, em última instância, seria feita denúncia de cartelização ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade)⁴⁶.

Começa a se destacar a reivindicação pela livre comercialização de insumos, fertilizantes e defensivos no Mercosul, que teria o objetivo de nivelar os preços. Essa demanda constava em um documento assinado por integrantes da Federação das Associações Rurais do Mercosul, FARM⁴⁷, que passou a integrar o Conselho Agropecuário do Sul – CAS, integrado pelos quatro países do Mercosul, mais Bolívia e Chile.⁴⁸

⁴⁴ “Respeitem o Homem do Campo”, Homero Alves Pereira. Diário de Cuiabá, 22/11/04:13:42 (site APR-MT).

⁴⁵ “Produtores lançam movimento de alerta e recomendam cautela nas compras de insumos e máquinas”. Imprensa Farsul, 17/11/04-12:44 (http://www.farsul.org.br/pg_informes.php?id_noticia=10041)

⁴⁶ Autarquia vinculada ao Ministério da Justiça com a finalidade de orientar, fiscalizar, prevenir e apurar abusos de poder econômico, exercendo papel tutelador da prevenção e da repressão a tais abusos (<http://www.cade.gov.br/Default.aspx?2202020e12f033172d>).

⁴⁷ Representando a iniciativa privada.

⁴⁸ “Produtores lançam movimento de alerta e recomendam cautela nas compras de insumos e máquinas”. Imprensa Farsul, 17/11/04-12:44 (http://www.farsul.org.br/pg_informes.php?id_noticia=10041)

Nessa coletiva foi divulgada a realização de um encontro entre os presidentes de 14 federações estaduais de agricultura em Campo Grande/MS, no dia 22 do mesmo mês. O objetivo seria analisar o movimento *Compra Zero*, já que todas tinham aprovada a iniciativa.⁴⁹

O final de 2004 é marcado por uma intensificação de movimentos de insatisfação dos agricultores gaúchos, em especial arroseiros, com as importações de produtos agrícolas do Mercosul: “Apenas no último mês, os agricultores gaúchos fecharam as fronteiras do estado duas vezes, denunciando a importação de arroz do Mercosul a preços mais baixos.”⁵⁰

A pressão política é sobre o governo federal, para que este altere pontos do acordo do bloco econômico.

“Os agricultores do Rio Grande do Sul querem que o governo federal reavalie os acordos do Mercosul para que os produtos importados dos países vizinhos não entrem no Brasil a preços mais baixos que o custo de produção local. Estão em pauta as importações de vinho, trigo e arroz.”⁵¹

O pano de fundo é uma disputa econômica entre os agricultores e as indústrias de beneficiamento de arroz:

“As beneficiadoras preferem continuar comprando o importado. (...) Segundo dados da consultoria Safras & Mercado, o arroz uruguaio entra no Brasil a R\$ 24 a saca (50 quilos), preço 14% inferior ao custo de produção do arroz gaúcho, que é de R\$ 28 a saca. Para concorrer com o importado, o produtor gaúcho está vendendo a saca a R\$ 23,50.”⁵²

Mas também há interesses conflitantes regionalmente,

“‘O governo tem que exigir do moinho equiparação’, diz Antônio Wunsch, presidente da Cooperativa Triticola Três de Maio (Cootrimaio). Por ‘equiparação’ entenda-se que o governo deveria exigir das indústrias que a cada tonelada de trigo importado os moinhos deveriam comprar uma tonelada de grão gaúcho - e não brasileiro. Isso porque

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ “Agricultor protesta contra Mercosul”. *Gazeta Mercantil*, 10/12/2004 (Acessado 01/11/07 em: <http://www.unafisco.org.br/noticias/clipping/2004/SRF%20101204.doc>).

⁵¹ Idem.

⁵² “Agricultor protesta contra Mercosul”. *Gazeta Mercantil*, 10/12/2004 (Acessado 01/11/07: <http://www.unafisco.org.br/noticias/clipping/2004/SRF%20101204.doc>).

o Rio Grande do Sul teria um excedente de trigo maior que o de outros estados; daí a necessidade de uma regulamentação específica.”⁵³

Uma das medidas a serem adotadas anunciadas frente à questão da importação de arroz do Mercosul é o ingresso da Farsul, Federarroz e Fearroz com notificação à União e ao presidente Lula, no Superior Tribunal de Justiça, em Brasília. Ou seja, uma medida jurídica como forma de pressionar o governo, além das manifestações em andamento.

O documento, previamente divulgado, solicitaria:

“[...] salvaguardas com fixação de cotas para o arroz importado do Mercosul, aumento da TEC para 35% na importação de terceiros países e revisão da tributação incidente no setor. Também será alertado o problema das balanças instaladas nos postos de fronteira. Nos nove pontos, há fiscalização em apenas quatro.”⁵⁴

O momento-chave dessa fase de articulações e iniciativas do patronato rural foi um café da manhã com dois ministros do governo Lula, Antonio Palocci (ministro da Fazenda) e Roberto Rodrigues (ministro da Agricultura), com a participação de vinte e seis “parlamentares ruralistas”. Por ocasião deste encontro ocorrido em 09 de dezembro de 2004 em Brasília, os ministros prometeram aumentar o volume de recursos destinados à comercialização da safra em 2005, garantir o preço mínimo e minimizar os efeitos da alta dos preços dos insumos na renda do “setor”.⁵⁵

A pressão continuou no início de 2005 com destaque para mobilizações no Rio Grande do Sul. No dia 13 de janeiro os presidentes da Farsul, Carlos Sperotto, e da CNA, Antônio Ernesto de Salvo, reuniram-se com o Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, para discutir a situação dos produtores atingidos pela estiagem no Rio Grande do Sul e a necessidade da adoção de medidas emergenciais.

Na reunião com o ministro, o presidente da Farsul explicitou qual era a reivindicação prioritária, “A próxima etapa será a negociação para prorrogação no prazo de pagamento dos financiamentos” (Sperotto)⁵⁶.

⁵³ Idem.

⁵⁴ “Farsul e entidades do setor arroteiro notificam presidente da República”. Imprensa Farsul, 10/12/04 - 12:44. (http://www.farsul.org.br/pg_informes.php?id_noticia=10060).

⁵⁵ “Ruralistas fazem nova ofensiva por crédito e rolagem”. Valor 21/06/05, p.B-14.

⁵⁶ “Farsul e CNA avaliam com MAPA ações para atender agricultores gaúchos atingidos pela estiagem”. Imprensa Farsul, 13/01/05-12:55 (http://www.farsul.org.br/pg_informes.php?id_noticia=10072).

Ao final daquele mês, em Porto Alegre/RS, ocorreu um encontro⁵⁷ das lideranças patronais gaúchas com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o governador do estado do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto. Entre as lideranças estavam Carlos Sperotto (Farsul) e Valter José Pötter (Federarroz).

Segundo os jornalistas da Farsul, o encontro definiu,

“[...] um grupo de alto nível formado pelo presidente Lula, Ministros da Agricultura; Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Fazenda; governador Rigotto e dirigentes das entidades do agronegócio gaúcho, para estudar estratégias de fortalecimento do Mercosul sem ferir acordos e protocolos pré-existentes”.⁵⁸

Nesse mesmo dia as entidades patronais promoveram a manifestação denominada “Caldeirão do Mercosul” no centro de Porto Alegre, com o intuito de demonstrar a importância do “agronegócio” e a concorrência desleal do Mercosul. Estiveram presentes o governador Germano Rigotto, parlamentares, autoridades estaduais e federais e produtores. Na ocasião foram servidos para a população urbana milhares de pratos de carreteiro, acompanhados de suco de uva e pão.⁵⁹

O ano de 2004 terminou e 2005 iniciou com o governo federal se comprometendo a aumentar os recursos destinados à comercialização da safra em 2005, a garantir o preço mínimo e minimizar os efeitos da alta dos preços dos insumos na renda do “setor”. Em suma, prometendo recursos públicos para políticas setoriais agrícolas conforme demandas dos produtores de soja, milho, arroz, trigo e algodão das regiões Sul e Centro-Oeste.

Foi o começo das articulações das entidades de representação do patronato rural brasileiro pela renegociação das dívidas agrícolas. Nas regiões Centro-Oeste, Sul e Nordeste havia claras movimentações nesta direção. Uma das expressões mais radicalizadas dessas movimentações eram os arroteiros gaúchos, que promoveram no final do ano de 2004 manifestações em que fecharam as rodovias por onde entravam as importações agrícolas do Mercosul.

Foi possível perceber uma ação articulada entre a CNA e parlamentares da bancada ruralista desde o início do processo que desembocou no *Tratoração* em Brasília. Observou-se uma

⁵⁷ Importante salientar que as reais condições de realização do suposto encontro precisariam ser melhor investigadas pelo confronto com outras fontes.

⁵⁸ “Produtores gaúchos promovem ato e têm encontro com presidente Lula”. Imprensa Farsul, 27/01/05 - 12:55 (http://www.farsul.org.br/pg_informes.php?id_noticia=10076).

⁵⁹ Idem.

divisão de tarefas na organização dos interesses do patronato rural entre entidades de representação e representantes nos parlamentos. A CAPADR pressionava os representantes governamentais e da indústria principalmente por meio de Audiências Públicas, e as entidades por meio de reuniões e ofícios, ambos capitalizando as manifestações das bases.

Pode-se observar que o patronato rural articula os interesses através de suas entidades de representação da sociedade civil e da sociedade política, articula ações no Executivo, Legislativo, Judiciário e nas ruas.

1.2 Mobilizações, Audiências e a Incômoda questão agrária

À medida que a data de vencimento das parcelas das dívidas vai se aproximando (julho e agosto de 2005) e o governo não implementa as medidas que os *produtores* consideram necessárias, estes intensificam a pressão política. As *bases* pressionam os dirigentes das entidades, prefeitos, governadores, parlamentares, que por sua vez pressionam em outras esferas, por exemplo, os ministros. O governador de Goiás, Marconi Perillo, chegou a declarar em meados de fevereiro que o ministro Rodrigues deveria renunciar caso não tivesse uma proposta concreta⁶⁰.

Em paralelo às articulações e mobilizações dos *produtores* e suas entidades de representação, ocorre em fevereiro de 2005 as eleições para as Mesas e Comissões da Câmara dos Deputados, com desdobramentos importantes para os interesses dos proprietários de terra e dos produtores rurais do “agronegócio”.

Enquanto todas as atenções estavam voltadas para a disputa da presidência da Câmara dos Deputados, onde a base parlamentar do governo estava dividida oficialmente entre dois candidatos, Luiz E. Greenhald e Aldo Rebelo, e, portanto, com ameaça de eleição da candidatura da oposição, a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) passava por sucessão de forma discreta.

Ronaldo Caiado, deputado federal pelo PFL em seu terceiro mandato, foi eleito pela primeira vez presidente da Comissão de Agricultura da Câmara. De uma família tradicional de pecuaristas de Goiás, foi o principal mentor da UDR e seu presidente, liderando inúmeras manifestações na década de 1980 (BRUNO 1997; MENDONÇA 2007). Foi membro titular da CPI Mista Causas do Endividamento do Setor Agrícola no início dos anos 1990.

⁶⁰ “Crise abala o agronegócio, Edimilson de Souza Lima”. O Popular - www.opopular.com.br, 28/02/05 (<http://www.agrociudadania.go.gov.br/index.php?act=cnt&opt=1,817>).

O deputado pelo PP/RS em segundo mandato, Luis Carlos Heinze, foi eleito vice-presidente da Comissão. Heinze é um arroteiro gaúcho que desde a década de 1980 participa da organização de manifestações e atua no tema do endividamento agrícola, como informa seu perfil no *site* da Câmara:

“Comissão Central dos Orizicultores Gaúchos no boicote da comercialização do arroz, 1984; Comissão de Crédito Rural da FARSUL, Porto Alegre, RS, 1985-1988; Comissão Central que organizou o Tratoração a Porto Alegre, RS, 1986; Coordenou a Comissão do Endividamento dos Produtores Rurais Gaúchos, 1987; Participou de lideranças gaúchas do Alerta do Campo à Nação, Brasília, DF, 1987; Coordenação do boicote estadual à comercialização, 1988; Apoiou, incentivou e participou do movimento Caminhonaço a Brasília, DF, 1995; Liderou a comitiva de prefeitos gaúchos que foram a Brasília apoiar a bancada ruralista, 1995.”⁶¹ (grifo nosso)

A partir de então, os dois serão personagens permanentes e de destaque, e estarão presentes em várias reuniões com o governo e entidades de representação.

O mês de março abre uma nova fase de articulações e mobilizações dos agricultores em torno do endividamento agrícola. Neste mês ocorrerá um grande comício no interior de Goiás e uma audiência pública no Congresso Nacional que configuram a unificação das demandas.

No início de março entidades de representação do patronato rural promoveram uma reunião-comício na cidade de Rio Verde em Goiás, onde se esperava a presença do ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, e com a participação confirmada dos governadores do MT, MS, GO, DF e TO.⁶²

Como explicita a declaração do presidente da Faeg, Marcel Caixeta, a mobilização era centrada nas questões das dívidas agrícolas, mais especificamente na criação de condições pelo Estado para o pagamento das dívidas: “O que queremos agora é que nos assegurem condições para pagarmos nossas dívidas”.⁶³

Ainda sobre a reivindicação motivadora do evento em Rio Verde, o jornal informa que o representante da Faeg, “quer também que os fornecedores de insumos e as tradings que

⁶¹ Documento produzido em 29/08/2005 11:16:13 / SILEG - Módulo Deputados (<http://www.camara.gov.br/internet/deputado/DepNovos>).

⁶² “Crise abala o agronegócio, Edimilson de Souza Lima”. O Popular - www.opopular.com.br, 28/02/05 (<http://www.agrociudadania.go.gov.br/index.php?act=cnt&opt=1,817>).

⁶³ Idem.

comercializam commodities agrícolas prorroguem o vencimento das dívidas dos produtores por 90 dias, para evitar pressão de oferta na colheita”.⁶⁴

Três governadores comparecem ao comício em Rio Verde, e o ministro Roberto Rodrigues de corpo presente prometeu R\$ 2 bilhões para a comercialização⁶⁵.

Para dois representantes da Secretaria de Política Agrícola do MAPA, entrevistados posteriormente⁶⁶, o encontro de Rio Verde foi o momento em que o “movimento do Tratoração” começou. Segundo os entrevistados as reivindicações principais se concentravam nas dívidas:

“O primeiro passo era pela questão de prorrogação das dívidas, dívidas que estavam vencendo em 2005 e 2006. (...) acumulou Dívidas de investimento, de custeio, tem também um estoque de dívida renegociada de 1995 para cá, securitização, PESA.” (representantes da Secretaria de Política Agrícola do MAPA).

Em 23 de março de 2005, aproximadamente três meses antes do Tratoração, ocorreu uma audiência pública convocada pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados (CAPADR). A audiência teve como tema,

“Custo Brasil, a elevação dos preços dos insumos, defensivos, máquinas e equipamentos e serviços utilizados pelo setor rural, o descompasso existente entre o custo de produção e o preço recebido pelos produtores nacionais e a elevação verificada nos custos de controle da ferrugem da soja, enfermidade que prejudicou sobremaneira a cultura da soja na safra 2003/2004.”⁶⁷

Carlos Sperotto representou a CNA na audiência, em substituição ao presidente da Faeg e da Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas da CNA, Marcel Caixeta, inicialmente escalado, mas que precisou cumprir agenda em Goiás.⁶⁸

Nessa audiência a reivindicação em favor da “renegociação” das dívidas transforma-se em demanda prioritária do conjunto do *setor agropecuário*, onde a existência de uma crise de renda justifica a prorrogação das dívidas do crédito para investimento, e esta prorrogação precisa ser ágil e desburocratizada, dizem:

⁶⁴ Ibidem.

⁶⁵ “Ruralistas fazem nova ofensiva por crédito e rolagem”. Valor 21/06/05, p. B-14.

⁶⁶ Entrevista realizada em 15 de junho de 2007.

⁶⁷ “CNA fala na Câmara sobre crise de renda na agropecuária”, CNA. Clic RBS, 22/03/05 (www.mnp.org.br).

⁶⁸ “Carlos Sperotto representa CNA em audiência pública da Câmara sobre a crise e renda na agropecuária”, Comunicação da CNA. 22/03/05 (www.farsul.org.br/pg_informes.php?id_noticia=10123).

“Diante da crise de renda que afeta atualmente o setor agropecuário, torna-se urgente prorrogar as parcelas que vencem este ano das linhas de crédito para investimento de forma ágil e desburocratizada, assim como das parcelas dos programas de securitização, Pesa (Programa Especial de Saneamento de Ativos) e do Recoop (Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária)”.⁶⁹

O que se almeja é uma ampla “renegociação” de dívidas, daquelas decorrentes das operações de crédito de custeio e investimento das últimas safras e das dívidas que vem sendo renegociadas desde os anos 1990.

Despontam também outras demandas, como a redução dos encargos financeiros do Moderfrota⁷⁰ para 8,75% ao ano e a permissão para a importação direta pelos produtores de agroquímicos do Mercosul.⁷¹

Nesse momento parece que se consolida o principal argumento de justificação das reivindicações pela “renegociação” das dívidas. Esse argumento incorpora e articula vários elementos que constituíram a “crise da agricultura”, entre eles o aumento do custo da produção, a queda dos preços das *commodities*, perda de safra por razões climáticas:

“Sperotto destacou que os custos de produção subiram, os preços das commodities caíram e, além disso, o produtor de vários pontos do País está enfrentando quebra de safra. Essa combinação, disse o vice-presidente da CNA, compromete a capacidade de pagamento do produtor, que precisa de maior prazo para quitar operações de crédito rural, caso contrário terá de reduzir os investimentos na lavoura.”⁷²

A argumentação é permeada por dados e números que buscam dar uma feição técnica e imparcial, portanto, na lógica desse grupo social, uma verdade incontestável que torna inconcebível o não atendimento dos pleitos pelo governo.

“A colheita de grãos da safra 2004/2005, inicialmente estimada em 131,9 milhões de toneladas; deverá atingir apenas 119,5 milhões de toneladas. A queda é de 9% na colheita, fruto principalmente da estiagem que atingiu o Sul e o Sudeste do Brasil. A safra no Rio Grande do Sul, inicialmente estimada em 19,2 milhões de toneladas,

⁶⁹ “Crise de renda na pecuária exige ações emergenciais de apoio ao produtor rural”, Comunicação da CNA. 23/03/05, 12:55 (http://www.farsul.org.br/pg_informes.php?id_noticia=10124).

⁷⁰ Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras.

⁷¹ “Crise de renda na pecuária exige ações emergenciais de apoio ao produtor rural”, Comunicação da CNA. 23/03/05, 12:55 (http://www.farsul.org.br/pg_informes.php?id_noticia=10124).

⁷² Idem.

atingirá no máximo 11,6 milhões de toneladas de arroz, feijão, milho, soja e trigo. É uma queda de 39%.”⁷³

Assim como em outras declarações públicas de lideranças ou comunicados da assessoria de imprensa das entidades, observa-se um lugar de destaque das culturas de grãos como as grandes prejudicadas nessa “crise da agricultura”.

Há também uma referência maior aos estados do Mato Grosso e Rio Grande do Sul, e algumas vezes até uma delimitação de uma cultura específica nestes estados,

“Ao mesmo tempo em que há perdas em volumes, caem também os preços pagos aos produtores. A saca com 50 quilos de arroz era negociada a R\$ 32,82 em março do ano passado no Rio Grande do Sul, mas este ano está rendendo apenas R\$ 25,50 ao produtor, o que representa redução de 22,3%. Em Mato Grosso, a saca de 60 quilos de soja era negociada por R\$ 39,45 em março do ano passado, mas hoje vale apenas R\$ 27,59, queda de 30,1%.”⁷⁴

Alguns aspectos econômicos explicam estas associações, como o arroz no RS e a soja no MT. Estes estados são os maiores produtores nacionais nas respectivas culturas. O MT era (e ainda é) governado por Blairo Maggi, considerado o maior produtor de soja do mundo.

Os argumentos podem trazer também ameaças, seja de uma ação do *setor* ou das conseqüências de um provável não atendimento das suas reivindicações: “O setor ainda está saudável, mas precisamos adotar ações preventivas para evitar o retorno da crise que já vivemos no passado” (Carlos Sperotto).⁷⁵

Audiências públicas convocada pela CAPADR se configuram em mais um instrumento de mobilização, de articulação e de pressão patronal rural acerca da “renegociação” das dívidas agrícolas.

Segundo as notícias veiculadas pela CNA em seu *site*, o presidente da Farsul aparece com mais freqüência como um interlocutor junto ao ministro Roberto Rodrigues. Quase uma semana depois da audiência promovida pela CAPADR, onde Carlos Sperotto representou a CNA, ele e *lideranças do agronegócio e do setor empresarial* se reuniam em Brasília com o ministro da

⁷³ Ibidem.

⁷⁴ “Crise de renda na pecuária exige ações emergenciais de apoio ao produtor rural”, Comunicação da CNA. 23/03/05, 12:55 (http://www.farsul.org.br/pg_informes.php?id_noticia=10124).

⁷⁵ Idem.

Agricultura para discutir *medidas para atender os atingidos pela seca, comercialização da safra de verão e plantio da safra de inverno*.⁷⁶

Conforme o divulgado, o encontro resultou na liberação de R\$ 1,45 bilhões do governo para comercialização de arroz, maçã e uva; crédito de custeio das lavouras de inverno (com destaque para trigo e forrageiras); programa de crédito para retenção de matrizes, cria e recria; e contratação de capital de giro de micro e pequenas empresas que tiveram receita prejudicada pela seca. Também foi acordado a agilização e simplificação dos pedidos de prorrogação dos financiamentos de investimento; e reescalonamento de dívidas das micro e pequenas empresas de acordo com estudo caso a caso.⁷⁷

No dia 03 de abril, ou seja, cinco dias depois do encontro em Brasília, Roberto Rodrigues visitou o Rio Grande do Sul. Nessa ocasião foi solicitado ao ministro agilidade nas liberações dos pedidos de reconhecimento de situação de emergência dos municípios gaúchos. O governo estadual já tinha reconhecido 442 municípios, mas somente 160 pelo Governo Federal, o que dificultava a liberação de verbas extras da União para os agricultores desses municípios.⁷⁸

No dia seguinte o ministro Rodrigues teria informado a Farsul que todos os processos encaminhados ao MAPA estavam liberados. Conforme a imprensa da Farsul informou,

“Sperotto comemorou a decisão que traz maior tranquilidade aos produtores gaúchos que ficam mais próximos de serem beneficiados com os apoios que serão encaminhados pelo Governo Federal para amenizar os impactos dos prejuízos gerados pela seca no Estado.”⁷⁹

Importante salientar que outros segmentos agropecuários se mobilizavam em torno de questões que não o endividamento agrícola. Por exemplo, a Associação dos Citricultores (Associtrus) promoveu um encontro em Ribeirão Preto/SP no início de abril, para tratar do impacto da concentração da indústria de suco na cadeia produtiva dos citros e faz referência ao “desequilíbrio de forças entre citricultores e empresas”.⁸⁰

⁷⁶ “Presidente da Farsul discute com Ministério da Agricultura medidas para atingidos pela seca”, Imprensa Farsul 29/03/05 - 12:55 (http://www.farsul.org.br/pg_informes.php?id_noticia=10127).

⁷⁷ “Presidente da Farsul discute com Ministério da Agricultura medidas para atingidos pela seca”, Imprensa Farsul 29/03/05 - 12:55 (http://www.farsul.org.br/pg_informes.php?id_noticia=10127).

⁷⁸ “Ministro da Agricultura mostra compreensão na solução das dificuldades do setor em função da seca”. Imprensa Farsul, 04/04/05 - 12:55 (http://www.farsul.org.br/pg_informes.php?id_noticia=10131).

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ “Suplicy, Tuma e Caiado presentes ao encontro Citricultura: novos rumos”. da Redação, 08/04/05 (<http://www.srb.org.br/modules/news/article.php?storyid=1350>).

Contudo, as iniciativas de maior relevância política do patronato rural no mês abril foram: uma nova audiência no Congresso Nacional e encontros com o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues.

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) da Câmara dos Deputados e a Comissão de Agricultura do Senado promoveram em 13 de abril de 2005 nova audiência pública em Brasília para debater a “crise da agricultura”⁸¹. No mesmo dia a CNA apresentou ao ministro Rodrigues propostas para o Plano Agrícola e Pecuário 2005/2006, assinadas por algumas das mais importantes entidades⁸² de representação do patronato rural e agroindustrial brasileiro em poder econômico e prestígio político⁸³. E também ocorreu uma reunião entre representantes da Rural Brasil⁸⁴ e o ministro Roberto Rodrigues. Inicialmente agendada para discutir a quebra da safra agrícola em várias regiões do país, em decorrência de problemas climáticos, nas entre linhas a questão das dívidas, a pauta principal muda em decorrência da mais recente iniciativa do MDA – a proposta de alteração dos índices de produtividade.⁸⁵

Os Índices de Produtividade

O Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, entregara ao presidente da República, no início de abril, uma minuta de instrução normativa que altera os índices de produtividade, usados para definições sobre desapropriação de terras para fins de reforma agrária.

A proposta faz com que lideranças e porta-vozes se pronunciem e articulem para impedir que a mesma seja sancionada pelo presidente Lula, ao mesmo tempo em que precisam pressionar pela prorrogação das dívidas. É um momento em que a tensão entre as classes dominantes em função do pagamento dos empréstimos feitos, dá lugar para a sua unificação contra uma medida percebida como ameaça ao direito absoluto de propriedade da terra.

⁸¹ Artigo de Humberto Bosaipo no Diário de Cuiabá 08/07/05.

⁸² Participaram da elaboração do texto a ABC (Associação Brasileira de Criadores), ABCZ (Associação Brasileira de Criadores de Zebu), Abrapa (Associação Brasileira de Produtores de Algodão), CNA, CNC (Conselho Nacional do Café), OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), SRB (Sociedade Rural Brasileira) e UBA (União Brasileira de Avicultura).

⁸³ Entidades apresentam propostas à agricultura e pecuária, Nadyenka Castro. Campo Grande News, 13/04/05 (www.mnp.org.br).

⁸⁴ Entidade patronal rural e agroindustrial fundada em agosto de 2002 pelas: ABC, ABCZ, Abrapa, CNA, CNC, OCB, SRB e UBA (Bruno e Olavo 2005).

⁸⁵ (“UDR vê ‘guerra total contra o agronegócio’”, Roldão Arruda. OESP, 14/04/05, *in*: www.mnp.org.br).

Inicialmente o ministro da Agricultura explicita resistência à proposta, conforme suas declarações publicadas no dia 14 de abril em um jornal de grande circulação⁸⁶: “É verdade que houve uma evolução técnica da agricultura brasileira. [...] Mas é um ano muito ruim para esse tipo de coisa, porque os padrões de produtividade ficarão muito baixos por conta da seca”.⁸⁷

Com o debate sobre reforma agrária em cena também aparece e ganha espaço a União Democrática Ruralista (UDR), que compõe a Rural Brasil e participou da reunião com o ministro Rodrigues⁸⁸. Seu presidente, Luiz Antonio Nabhan Garcia, na mesma linha de argumentação de Rodrigues, declara:

“Num momento delicado como esse, em que os produtores estão às voltas com problemas de quebra de safra e de redução nos preços de commodities agrícolas no mercado internacional, não dá para acreditar que venham propor uma medida como essa”.⁸⁹

Além de classificar como “insensata”, “inconseqüente” e “mal intencionada” a atitude do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Nabhan diz: “Só posso pensar que se trata de perseguição, de guerra ao agronegócio.”⁹⁰

Os argumentos dos representantes do patronato rural e agroindustrial contrários à proposta do MDA sobre os índices de produtividade voltam-se para a conjuntura desfavorável, um ano muito ruim e um momento delicado.

Contudo, no final do dia 14 de abril a página eletrônica do MAPA divulga que o ministro Roberto Rodrigues não tem discordância com a proposta do MDA,

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, disse hoje (14/04), em São Paulo, que não há nenhuma discordância com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em relação à proposta de novos índices de produtividade das propriedades rurais. “Não há impasse e nem desentendimento entre os dois ministérios”, afirmou ele, durante o intervalo do seminário Novos Instrumentos Privados para o Financiamento do Agronegócio, no Grand Hyatt Hotel.⁹¹

⁸⁶ Declarações provavelmente dadas no decorrer das atividades do ministro com as entidades patronais do dia 13 de abril: reunião com o Conselho Rural Brasil e apresentação pela CNA de propostas para o Plano Agrícola 2005/2006.

⁸⁷ “Rodrigues critica novos critérios para livrar fazendeiros de desapropriação, Vannildo Mendes e Fabíola Salvador”. OESP 14/04/05 (www.mnp.org.br).

⁸⁸ Como veremos no último capítulo, Nabhan é vetado nas reuniões durante o Tratoração.

⁸⁹ “UDR vê 'guerra total contra o agronegócio', Roldão Arruda”. OESP, 14/04/05 (www.mnp.org.br).

⁹⁰ Idem.

⁹¹ “Rodrigues descarta impasse sobre a proposta de índices de produtividade das áreas rurais”. 14/04/05, 15:03 (www.mapa.org.br).

A posição mais conciliatória, além de veiculada via portal do ministério, é explicitada agora em outro contexto, durante evento em um grande hotel em São Paulo voltado para discutir os “Novos Instrumentos Privados para o Financiamento do Agronegócio”.

Apesar de necessitar de mais elementos, o que demandaria um investimento de pesquisa não possível no momento, arrisco-me a dizer que a primeira declaração foi dada em um “clima” de defesa do monopólio da propriedade da terra, e a segunda em um “clima” de modernidade do *agronegócio*. Ainda assim, a matéria institucional traz a posição de Rodrigues de que a proposta possui dois momentos, um momento técnico e outro político: “O debate sobre a proposta ainda está no nível técnico, enfatizou o ministro. “Depois, acontecerá a discussão política do assunto”, assinalou Rodrigues”⁹². Desta forma Rodrigues dá a entender que há um entendimento no debate técnico, mas não necessariamente no plano político.

O presidente da CNA, Antônio Ernesto de Salvo, é mais incisivo na oposição à proposta do MDA de alteração dos índices de produtividade, diz ele: “É uma bela maneira de se trazer mais intranquilidade ao campo”, [...] “A idéia é inoportuna e burra”, [...] “Essa é uma tática marxista de desapropriar o indivíduo. Você eleva a altura que se tem de pular até chegar a um ponto que ninguém mais consegue”.⁹³

Como podemos ver, as declarações do presidente da CNA são até mais agressivas do que as dadas pelo presidente da UDR e concentram-se em argumentos “históricos” sobre a intranquilidade e tensão no campo.

Nos discursos e argumentos de lideranças e entidades do patronato rural é recorrente a idéia de que o *setor* vive um momento de crise econômica com perda de renda, e que o Estado e a sociedade brasileira tem obrigação de “ajudar”. São ignorados os últimos 2-3 anos em que o *setor* obteve altos lucros.

Outro aspecto da retórica da *crise da agricultura* é que nem todos os segmentos ou cadeias agrícolas sofriam com problemas como a queda dos preços internacionais e a perda de renda, como por exemplo, o açúcar e o café⁹⁴. Do mesmo modo que o endividamento era restrito

⁹² Idem.

⁹³ “Rodrigues critica novos critérios para livrar fazendeiros de desapropriação, Vannildo Mendes e Fabíola Salvador”. OESP 14/04/05 (www.mnp.org.br).

⁹⁴ “Subsídios nos EUA vão crescer US\$ 14 bi, Patrícia Campos Mello”. OESP, 14/02/05 – 07:23 (www.mnp.org.br).

na verdade a alguns setores, especialmente os agricultores de grãos. Cana-de-açúcar, citros, pecuária e café são algumas culturas que não tinham no endividamento um problema.

1.3 A panela de pressão esquentada: influência política e disposição de agir

O mês de maio é marcado por reuniões de representantes da classe com ministros de Estado e manifestações de rua. Em três ocasiões pelo menos, ministros do governo Lula receberam lideranças do patronato rural. No meio e final do mês ocorreram manifestações, com destaque para o movimento denominado *SOS Rural*. Aparecem nos discursos e considerações dos porta-vozes patronais rurais as primeiras menções de ida à Brasília.

A CNA buscava uma sensibilização da opinião pública através da mídia. Para tal sua assessoria de comunicação produzia “matérias” institucionais e enviava *releases* para a mídia comercial. Um ponto alto dessa estratégia foi uma coletiva com a imprensa na sede da entidade em Brasília.

Ainda que a primeira quinzena do mês de maio tenha registrado a realização da *Marcha pela Reforma Agrária, Emprego e Segurança Alimentar*, organizada pelo MST, que incorporou em suas reivindicações a proposta do MDA de alteração dos índices de produtividade, o centro das atenções da CNA e dos agricultores de grãos era a questão da “crise da agricultura”.

Na primeira semana de maio (05) uma reunião no Palácio do Planalto com a presença dos ministros Roberto Rodrigues, Antonio Palocci (Fazenda), José Dirceu (Casa Civil), Paulo Bernardo (Planejamento) e Aldo Rebelo (Coordenação Política) e de Ronaldo Caiado (CAPADR) e Sérgio Guerra (Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado) tratou das reivindicações do *setor*.⁹⁵

Essa reunião demonstra o poder político do patronato rural, ao mobilizar, e de uma só vez, o que para muitos são os principais ministérios e ministros do governo Lula. Também indica o importante papel do MAPA, das Comissões de Agricultura e seus respectivos porta-vozes, na representação dos interesses da classe patronal rural.

A reunião foi noticiada de forma que Caiado, Rodrigues e Guerra fazem o papel de representantes dos interesses a serem negociados com Palocci, Dirceu, Bernardo e Rebelo. Não é

⁹⁵ “Ruralistas pedem renegociação de R\$ 30 bi”, da Folha de S.Paulo. Folha Online, 09/05/05.

citada nenhuma entidade ou dirigente como participantes do encontro. Isso sugere uma divisão de tarefas na função de representação de interesses de classe que passa pelo MAPA, CAPADR e Bancada Ruralista e pelas entidades CNA e OCB.

Em entrevista concedida à uma revista especializada em economia e política no meio rural, no contexto da posse na Comissão de Agricultura da Câmara, Caiado avaliou a postura do governo federal frente ao MST e a crise dos preços agrícolas. Segundo ele o ano de 2005 começou de “maneira ameaçadora para a agricultura” devido à estiagem e à conseqüente quebra de safra, devido à desvalorização do dólar e devido aos preços baixos no mercado internacional.

Para Caiado a agricultura estava em crise em 2005, mas uma crise conjuntural, “É lógico que estamos em crise, mas não é uma crise estrutural, e sim uma crise imediata, em caráter de urgência urgentíssima.”. Localiza também na carga tributária do país, e na taxa de juros praticada pelo Banco Central, outros fatores fundamentais da crise.

Nesse contexto de crítica ao governo e sua política econômica, centrada nas figuras do ministro Antonio Palocci e do presidente do Banco Central Henrique Meirelles, é que Caiado tece elogios a Roberto Rodrigues e explicita os limites da atuação de um ministro de Estado e um dos papéis dos parlamentares:

“Rodrigues não é um iniciante da política do agronegócio. Ao contrário, ele é um craque, referencia do governo, homem respeitado, conhecido internacionalmente e preparado. Ele não faz jogo ideológico e partidário, mas joga pela agricultura. Mas no jogo político, um ministro nem sempre pode entrar nas bolas divididas. Há casos que é melhor deixar para os parlamentares chutarem.”⁹⁶

Durante o encontro no início de maio, essa divisão e disputa de papéis informada por Caiado parece ter se efetivado na prática no decorrer da negociação com o ministro Palocci,

“Depois de apresentar queixas pontuais, como o aumento dos insumos, Caiado tocou no ponto de renegociação. Rodrigues o apoiou. Palocci reagiu, ao dizer que não faria uma renegociação ampla. Caiado disse que continuaria sua mobilização de entidades estaduais do agronegócio viajando pelos Estados, incentivado por Rodrigues nos bastidores.”⁹⁷

⁹⁶ Líder ruralista compara política tributária do governo a uma praga e diz que o Brasil é a Disney dos banqueiros. Entrevista com Ronaldo Caiado. Revista Dinheiro Rural-Abril/2005 (<http://www.udr.org.br/artigo17.htm>).

⁹⁷ “Ruralistas pedem renegociação de R\$ 30 bi”, da Folha de S.Paulo. Folha Online, 09/05/05.

Segundo a matéria, parte da tática dos *ruralistas* para aumentar a capacidade de negociação é ampliar as reivindicações com interesses de outros segmentos do meio rural e dessa forma ampliar a base de apoio e de sustentação social e política. Assim entram em cena, para o patronato rural, os agricultores familiares como possíveis aliados dos grandes proprietários e empresários rurais: “Para reforçar seu poder de barganha, os ruralistas pretendem incluir no pacote dívidas referentes a agricultores familiares, assentados, cooperativas e à última safra, o que pode elevar o total a mais de R\$ 30 bilhões”.⁹⁸

Uma semana depois o presidente da CNA, Antonio Ernesto de Salvo; e o presidente da Comissão Nacional de Crédito da CNA e da Farsul, Carlos Sperotto; se reuniram com o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues. Na ocasião *foi solicitado ao ministro agendamento de reunião das lideranças rurais com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para discutir o problema.*⁹⁹

A CNA aproveita para divulgar dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), órgão vinculado ao MAPA, que indicam significativa quebra da safra de grãos,

“Hoje a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) também divulgou relatório, com dados oficiais sobre a quebra de safra. O estudo mostra que a safra nacional de grãos 2004/2005 será de 113,7 milhões de toneladas, queda de 13,4% em comparação com a estimativa inicial, feita em dezembro, de que o Brasil colheria 131,9 milhões de toneladas.”¹⁰⁰

A partir de então os dados da Conab e os dados da própria CNA, em parceria com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo (CEPEA/USP), serão acionados para legitimar as ações e as reivindicações do *setor*.

A influência política do patronato rural, articulado em torno do endividamento agrícola, e sua disposição de agir se intensificam ao longo do mês.

A CNA recebe a visita do presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, ocasião em que almoçou com o presidente da entidade, Antônio Ernesto de Salvo; e presidentes de federações de agricultura dos estados do Nordeste. Cavalcanti deu apoio à proposta de Projeto

⁹⁸ Idem.

⁹⁹ “Crise na agropecuária exige instrumentos especiais de incentivo à produção rural”. CNA, 12/05/2005 (<http://www.cna.org.br/cna/publicacao/noticia.wsp?tmp.noticia=5541>).

¹⁰⁰ Idem.

de Lei nº 4514/04, que prevê renegociação das dívidas dos produtores rurais da região Nordeste.¹⁰¹

Por ocasião da Agrishow, feira agropecuária anual em Ribeirão Preto/SP, o ministro Roberto Rodrigues anuncia medidas na abertura da feira, e ocorre mais uma reunião entre este e parlamentares, liderados pelo presidente da CAPADR. Nessa condição que Ronaldo Caiado aproveita para vocalizar críticas ao governo no trato da *crise da agricultura*, “[...] preconceituoso, insensível e que não tomou qualquer ação em relação à crise enfrentada pelos agricultores do Brasil”.¹⁰²

Enquanto a CNA conversa com o presidente da Câmara dos Deputados e a bancada ruralista reúne-se com o ministro da Agricultura, as *bases* promovem manifestações de rua, que mobilizam agricultores; chamam a atenção da opinião pública e também pautam autoridades do governo federal.

No Rio Grande do Sul os arroteiros demonstram força política e radicalidade na “disposição de agir”, como diria Offe. Mantêm organizados *acampamentos* nas cidades de Bagé, Chuí, Itaquí, Jaguarão, Quaraí, São Borja e Santana do Livramento, em um movimento auto-denominado *Movimento Independente de Arroteiros*.¹⁰³

Em Bagé promoveram passeata no dia 17, quando *produtores* distribuíram à população 1,5 tonelada de arroz e promoveram “chuva” de 1,6 tonelada arroz em casca, derramada por 4 aviões, por no centro da cidade. No dia seguinte realizaram atos e assembléia em Santana do Livramento.¹⁰⁴

No dia 19, por ocasião da visita dos ministros da Coordenação Política, Aldo Rebelo, e da Integração Nacional, Ciro Gomes, à Santana do Livramento, entidades patronais rurais conseguem audiência com os mesmos para tratar “das dificuldades enfrentadas na comercialização de grãos”.

Entre os participantes da audiência estava o presidente da Câmara Setorial Nacional do Arroz e vice-presidente da Farsul, Francisco Schardong, o diretor da Farsul, Amilton Soares, e o governador do estado, Germano Rigotto. No contexto da audiência Schardong se reporta às

¹⁰¹ “Presidente da Câmara dos Deputados visita a CNA e promete apoio à agropecuária”. CNA, 17/05/2005 (<http://www.cna.org.br/cna/publicacao/noticia.wsp?tmp.noticia=5601>).

¹⁰² “Caiado diz que governo é “preconceituoso e insensível””, Gustavo Alves e Jane Miklasevicius. Estadão On Line, 19/05/05 (<http://www.udr.org.br/noticia41.htm>).

¹⁰³ “Movimento independente de arroteiros mantém seis acampamentos no Estado”. Imprensa Farsul, 18/05/05 - 12:55 (http://www.farsul.org.br/pg_informes.php?id_noticia=10163).

¹⁰⁴ Idem.

declarações do ministro Rodrigues: “[...] já existem decisões, anunciadas pelo ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, durante a abertura da Agrishow, em Ribeirão Preto/SP, que ainda não estão dimensionadas”.¹⁰⁵

Ainda no contexto das manifestações no RS e da reunião com ministros de Estado em Santana do Livramento/RS, segundo informa a Farsul, ocorre uma assembléia dos arrozeiros, onde se cogita uma mobilização em Brasília:

“Após o encontro, foi realizada assembléia com os cerca de 300 produtores que estavam em frente ao Clube Comercial e ficou decidido que, em não havendo uma solução nos próximos dias, será realizada uma grande mobilização dos produtores rumo à Brasília.”¹⁰⁶

Enquanto o vice-presidente e diretores da Farsul acompanhavam as manifestações dos agricultores e participavam de audiência com ministros no interior do estado, o presidente Sperotto estava presente na coletiva nacional com a imprensa promovida pela CNA em sua sede em Brasília.

Na manhã do dia 19 de maio de 2005, a CNA promove uma coletiva à imprensa para divulgar um estudo em parceria com o CEPEA/USP sobre indicadores econômicos do campo brasileiro. Com base neste estudo a entidade de representação do patronato rural busca caracterizar a existência de uma “crise no setor”.

Segundo a CNA os “números do Produto Interno Bruto (PIB) da atividade agropecuária registrados em 2004 são prova de que o setor está passando por um momento de crise”¹⁰⁷. Ou seja, o PIB é considerado um importante indicador para demonstrar a “crise”.

O estudo supracitado aponta uma queda do PIB da agropecuária no início de 2005 em comparação com 2004. O chefe do Departamento Econômico (Decon) da CNA, Getúlio Pernambuco, explicita que as “perdas se concentraram na safra de grãos”, e que as culturas de café, cana-de-açúcar e laranja apresentaram recuperação de preços, que as confere a condição de exceção.¹⁰⁸

¹⁰⁵ “Arrozeiros entregam pleitos à Ministros”. Assessoria de Imprensa Farsul, 19/05/05 – 12:55 (http://www.farsul.org.br/pg_informes.php?id_noticia=10166).

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ “Crise de renda no setor rural derruba PIB da agropecuária”, Comunicação da CNA. 19/05/05 - 12:55 (http://www.farsul.org.br/pg_informes.php?id_noticia=10168).

¹⁰⁸ “Crise de renda no setor rural derruba PIB da agropecuária”, Comunicação da CNA. 19/05/05 - 12:55 (http://www.farsul.org.br/pg_informes.php?id_noticia=10168).

A CNA informa que o PIB da atividade primária da agropecuária em 2003 foi de R\$ 162,06 bilhões e em 2004 de R\$ 160,65 bilhões. Seu estudo projeta para 2005 um PIB de R\$ 154,91 bilhões, 3,7% a menos que os do ano passado. Assim seu assessor declara: “Os dados mostram que a agropecuária brasileira está enfrentando o segundo ano consecutivo de perdas, de queda na renda”¹⁰⁹. No discurso podemos identificar o PIB como expressão de perdas e de queda na renda dos agricultores.

O chefe do Decon apresenta duas conseqüências da “crise”, uma de curto prazo e para o “produtor rural”, e a outra conseqüência mais tardia e para toda a “sociedade”.

“No atual momento, o produtor rural é o principal prejudicado, pois já está enfrentando dificuldades para honrar seus compromissos. Mas em um segundo momento, a sociedade começa a sentir os reflexos dessa crise, com a queda na contratação de mão-de-obra. E se nada for feito, o impacto será a redução do plantio na próxima safra, levando à queda da oferta de alimentos e aumento dos preços dos produtos da cesta básica.”¹¹⁰

Como se pode observar, a “crise” aparece como fator que “dificulta” o pagamento das dívidas por parte do “produtor”, argumento recorrente no movimento do Tratoração e dos grandes agricultores desde os anos 1990. A “crise” também aparece no argumento afetando a sociedade com a diminuição do emprego, e ganha uma conotação de ameaça¹¹¹ ao afirmar que “se nada for feito” haverá redução de safra, diminuição da oferta de alimentos e aumento dos preços da cesta básica.

Conforme os dados divulgados pela CNA, a pecuária caminhava para um modesto crescimento de 0,09% do PIB entre 2004 e 2005, passando de R\$ 65,22 bilhões do ano passado para R\$ 65,28 bilhões em 2005. A previsão do PIB para o “conjunto do agronegócio”¹¹² em 2005 era de R\$ 545,08 bilhões, com um crescimento de 2,07% na comparação com os R\$ 533,98 bilhões de 2004. O PIB da agricultura projetado para 2005 era de R\$ 89,63 bilhões, uma queda de 6% frente os R\$ 95,43 bilhões do ano passado.

Tomando o desempenho do PIB como critério e analisando os dados da CNA, podemos ver que a “crise” se concentra na agricultura; no entanto, segundo Getúlio Pernambuco, os

¹⁰⁹ Idem.

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ Essa ameaça mereceria uma reflexão no sentido de pensarmos se ela expressa uma antecipação de uma situação já inevitável ou de fato uma intenção de ação, particularmente no que tange a área plantada pelos agricultores.

¹¹² Explicado pela CNA como o conjunto “que envolve não apenas a produção primária, “dentro da porteira”, mas também os segmentos de insumos, indústria e distribuição”.

demais segmentos do agronegócio em breve sentirão os impactos da “crise no setor primário”, pois “Haverá retração da compra de insumos, fertilizantes, agroquímicos e maquinário agrícola”.

Os fatores que explicam a retração do PIB, projetado pelo estudo divulgado, seriam os preços baixos no mercado internacional, mencionados para explicar porque a “crise” não atinge as culturas da laranja, café e cana-de-açúcar, e o câmbio sobrevalorizado, pois “Cerca de 20% da produção da agropecuária é exportada, e com o dólar desvalorizado, o resultado final é renda menor para o produtor”, argumentam.

Podemos concluir que os grupos sociais em “crise” são principalmente os agricultores de grãos para exportação, apesar de ser constantemente denominada de “crise da agricultura”, “crise da agropecuária”, e algumas vezes de “crise do agronegócio”. Uma crise qualificada como queda na renda dos produtores.

Apresentar a crise como de toda a agricultura, agropecuária ou do agronegócio; ampliar a pauta de reivindicações incorporando outros grupos; e anunciar as conseqüências como prejudiciais ao conjunto da sociedade constituem uma estratégia para ampliação da força social e política das entidades e lideranças representantes dos interesses em jogo, no caso a renegociação das dívidas.

Enquanto a CNA na coletiva à imprensa enfatizava a necessidade de medidas por parte do Estado, Ronaldo Caiado (CAPADR) atacava o governo federal chamando-o de preconceituoso em relação ao “produtor rural”,

“[...] o agricultor é tratado como bode expiatório e boi de piranha, como se fosse responsável pelo aumento dos preços dos produtos” [...] “O Einstein disse que era mais difícil quebrar o átomo, quando era menor a partícula, do que o preconceito. O problema do governo é o preconceito com o agricultor.”¹¹³

A idéia do agricultor vítima e penalizado pelas políticas estatais, objeto de preconceito por parte do conjunto da sociedade, é outro traço dos grandes proprietários de terra e grandes produtores ao longo da história. Durante o Tratoração essa idéia é sintetizada e repetida na frase “Esse governo insensível”.

As manifestações pela prorrogação das dívidas se intensificam e começam a ganhar uma dimensão e articulação além do âmbito local. No Mato Grosso ocorreram manifestações em trinta

¹¹³ “Caiado diz que governo é “preconceituoso e insensível””, Gustavo Alves e Jane Miklasevicius. Estadão On Line, 19/05/05 (<http://www.udr.org.br/noticia41.htm>).

(30) cidades no dia 20 de maio¹¹⁴. Ainda fortemente marcadas pela dinâmica de cada município ou sindicato rural, essas manifestações passavam a contar com a coordenação da Famato.

Uma das primeiras mobilizações que rompem com a característica de ação local ocorreu em Araranguá, município de Santa Catarina, no mesmo dia 20, e foi denominada *Grito do Produtor de Arroz*. Promovida pela Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina (Faesc) e pela Farsul, a manifestação contou com a presença de 2,5 mil produtores gaúchos e catarinenses, segundo os organizadores, e tinha como objetivo “denunciar a grave crise de preço que afeta o mercado do arroz e exigir medidas emergenciais do governo federal”.¹¹⁵

Algo semelhante ao que Champagne (1997) descreveu como a passagem de manifestações de primeiro grau para manifestações de segundo grau, ações espontâneas, locais e pontuais se transformam em ações planejadas pelas Federações e com perspectivas que extrapolam uma dimensão estritamente local.

Por ocasião da manifestação, em Brasília o deputado federal Odacir Zonta (PP/SC), presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop), solicitou reunião da CAPADR com os ministros da Agricultura, do Planejamento e da Fazenda para discutir as demandas dos arrozeiros.

A mobilização dos arrozeiros em Santa Catarina resume bem a dinâmica do movimento Tratoração: ações de rua e pressão no Executivo, articulação entre as entidades de representação e parlamentares ligados aos interesses de classe. Como podemos observar, as Federações da Agricultura davam forma mais organizada às mobilizações e a Frencoop e CAPADR pediam audiência com ministros de Estado.

Essas manifestações no Sul e no Centro-Oeste sugerem a criação de um “clima” político, onde as entidades de representação buscavam dar organização às ações oriundas das “bases” do patronato rural, e ao mesmo tempo articulavam apoios políticos junto a governadores e parlamentares dos estados. Um conjunto de iniciativas se articulava no processo dos acontecimentos, uma movimentação que se fazia complementar à luz das conjunturas.

Estabelecia-se uma conexão entre a manifestação de rua, a ação da bancada ruralista e iniciativas das entidades de representação patronais rurais. Um grupo social em torno de interesses que se faziam comuns, com seus representantes ao mesmo tempo na rua, com os

¹¹⁴ “Agricultores de MT vão fechar rodovias no SOS Rural do dia 31 de maio”. Ascom Famato, 30/05/05 (<http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=5823>).

¹¹⁵ “Arroz: ato público repercute em Brasília”. FAESC, 23/05/05 (www.cna.org.br).

ministros de Estado e na mídia. Havia uma “sintonia” entre a CNA e a CAPADR e Bancada Ruralista na tentativa de corresponder aos anseios e pressões das “bases” pela prorrogação das dívidas agrícolas.

É esse contexto que propiciará e provocará a realização da mobilização nacional conhecida como *SOS Rural*, uma preparação (ante-sala) para o Tratoração e expressão do avanço para um grau de organização nacional do “movimento” até então inexistente. O que foi essa mobilização e seus desdobramentos é o que veremos no próximo capítulo.

CAPITULO II

O rufo dos tambores

“Aí chega uma hora que não dá mais, nem a gente consegue segurar as pessoas, a gente também nem quer segurar as pessoas, porque chega uma hora que – ‘Olha pessoal, vamos para a rua; vamos embora. Vamos nos manifestar.’” (APROSOJA)

2.1. SOS Rural: a ante-sala do Tratoração

Durante encontro promovido pela Farsul em 24 de maio no Parque Assis Brasil (Esteio/RS), em comemoração a 78 anos de sua fundação¹¹⁶, Carlos Sperotto, anunciou a realização de uma manifestação nacional para “denunciar a crise na agropecuária.”¹¹⁷

O referido movimento ficou conhecido como *SOS Rural*, e ocorreu no dia 31 de maio, a menos de um mês do Tratoração. Na divulgação do *movimento* a CNA informa quais são as reivindicações (ver também **Mapa2**, p.154), donde constavam demandas relativas a importações de produtos agrícolas e insumos; relativas a comercialização de grãos; e a questão do endividamento:

“Entre os pleitos dos produtores estão o cancelamento das importações de arroz, sendo dada prioridade à produção nacional; a criação de condições para que os produtores possam realizar a importação de insumos, a preços mais baixos, reduzindo o custo de produção; o estabelecimento de mecanismos de apoio à comercialização de grãos; a renegociação das dívidas securitizadas; além da construção de proposta para a solução do endividamento dos produtores causada pela frustração das culturas e receitas na última safra, que compromete potencial de investimentos futuros na produção.”¹¹⁸

Nesta primeira divulgação da mobilização, a CNA também expõe o propósito do movimento, qualificando a “crise” como uma crise de renda do setor agropecuário: “Para alertar a sociedade sobre a crise de renda que atinge o setor agropecuário, produtores rurais realizam protestos em diversos pontos do País nesta terça-feira, 31 de maio”¹¹⁹. Para Homero Pereira, “O

¹¹⁶ Lugar de realização de exposições e feiras agropecuárias localizado na Grande Porto Alegre.

¹¹⁷ “Farsul avalia problemas da agropecuária no aniversário de 78 anos”. Imprensa Farsul, 24/05/05 - 12:55 (http://www.farsul.org.br/pg_informes.php?id_noticia=10172).

¹¹⁸ “SOS Rural: produtores protestam nesta terça-feira contra a falta de apoio à agropecuária”. CNA, 30/05/05 (<http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=5825>).

¹¹⁹ Idem.

SOS Rural é um movimento de alerta a sociedade da perversidade da política do atual governo que penaliza quem produz”¹²⁰.

A “crise” novamente desponta como fundamento justificador das ações do patronato rural, e a sociedade precisa ser alertada para a “perversa” política do governo que “penaliza” aqueles que produzem. É um argumento do início do processo de construção do Tratoração, e que constitui um traço da retórica dos grupos patronais rurais de longa data como já dissemos no capítulo I.

Para o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do estado de Goiás (Faeg), Marcel Caixeta, “O SOS Rural é uma mobilização de todos os produtores rurais do Estado (sic) contra a política econômica prejudicial à agricultura e à pecuária brasileira, que também está afetando as exportações”¹²¹. O porta-voz goiano corrobora Pereira na crítica ao governo federal, porém pontua que é a política econômica que está prejudicando a agropecuária nacional, e também as exportações.

As falas apontam para uma visão de que os “produtores” são “penalizados” pela política econômica governamental. Como se verá no próximo capítulo, a visão de um setor vitimizado e desconsiderado pelos governos e a sociedade será recorrente nos discursos no Tratoração.

A idéia de “Alertar” dá a tônica do discurso institucional das entidades do sindicalismo patronal rural, das lideranças e porta-vozes, e articula uma noção de quem informa e ameaça ao mesmo tempo. A manifestação em Brasília traz o termo em seu nome – “Tratoração - O Alerta do Campo”.

[...] nós fomos lá fazer o Alerta do Campo e a estratégia do Alerta, - Olha, se não se buscar solução para o segmento, vai haver uma redução de área plantada no país. Quer dizer, o Alerta era nesse sentido de alertar que poderia estar muito mais cara para o país não atendendo as nossas reivindicações, porque nós não íamos ter condições de plantar, ia reduzir a área plantada, como de fato aconteceu, e custaria muito mais caro para o país seria muito mais barato eles atenderem as nossas reivindicações [...].”
(FAMATO)¹²²

O “Alerta”, segundo uma das entidades que coordenou o Tratoração, é uma estratégia de ação. Reivindica-se a busca de “solução”, por parte do Estado, para os problemas do “setor”. Ao

¹²⁰ “Agricultores de MT vão fechar rodovias no SOS Rural do dia 31 de maio”. Ascom Famato, 30/05/05 (<http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=5823>).

¹²¹ “SOS Rural: produtores protestam nesta terça-feira contra a falta de apoio à agropecuária”. CNA, 30/05/05 (<http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=5825>).

¹²² Entrevista concedida em março de 2007.

mesmo tempo anuncia a possibilidade de redução da área plantada, que seria um grande custo para a nação, sendo um misto de sobreaviso e de ameaça.

A estratégia do “Alerta” não foi uma novidade do “SOS Rural” e do Tratorço, por exemplo, em fevereiro de 1987 ocorreu um movimento batizado de “O Alerta do Campo a Nação”, também em Brasília. Na época a mobilização visava protestar pela falta de definição de uma política agrícola por parte do governo Sarney, pelo realinhamento dos preços mínimos e pela taxas de juros subsidiadas para o crédito rural (SIMON 1998). As reivindicações do Tratorço possuem semelhança com esta manifestação, já que demandavam aumento do preço mínimo do arroz e renegociação de dívidas a menores juros, além de denunciar uma suposta ausência de política agrícola.

O representante da Famato informa na entrevista que participou destas mobilizações da década de 1980, o que reforça nossa idéia de continuidade da estratégia do “Alerta”:

“[...] já participamos, nessa época, de algumas manifestações, indo a Brasília, na crise na época do Plano Cruzado, depois quando foi implantado o, o... 1986, é, eu sei que em 1988, eu pessoalmente, nós tivemos um problema muito sério de perda de renda [...]” (Famato).

No final dos anos 1990 a CNA também uma das principais promotoras de uma mobilização em Brasília que intentava, entre outras coisas, uma segunda renegociação de dívidas agrícolas, ou em outras palavras, “um perdão das dívidas com os bancos”¹²³. Segundo a CNA, a manifestação em 1999 foi organizada para “[...] alertar as autoridades quanto à impossibilidade de pagamento dos débitos e propor uma agenda positiva para o segmento rural.” (CNA 2001:71).

No caso do “SOS Rural” a CNA divulga que estão mobilizados os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Tocantins, ou pelo menos são esses os estados onde se espera uma maior participação dos produtores. A entidade patronal rural também explicita as estratégias a serem adotadas dentro da estratégia maior de “Alerta”,

“A estratégia, elaborada pelas Federações de Agricultura dos Estados (sic) mais atingidos por problemas como a incidência da “ferrugem asiática”, seca ou excesso de chuvas, é realizar protestos regionalizados, com manifestações nas principais rodovias federais ou estaduais, com distribuição de panfletos e realização de alertas para sensibilizar a população sobre a crise que atinge a agropecuária. Em todos os locais onde serão realizadas manifestações do SOS Rural, as atividades começam no início da

¹²³ Revista Isto É nº. 1560, 25 de agosto de 1999, pp.24-28.

manhã. Os protestos vão ocorrer em Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Tocantins.”¹²⁴

A idéia de crise que se expressa na queda de renda e que tem no governo federal o agente responsável pela situação, e, portanto pela “solução”, está presente na retórica e na maneira de ver o país e a si mesmo pelo patronato rural há pelo menos desde os anos 1980.

Como estratégia de ação do SOS Rural é definida a realização de protestos locais nas rodovias mais importantes dos estados, como forma de chamar a atenção da população. Além de chamar a atenção buscava-se sensibilizar a sociedade por meio de distribuição de panfletos sobre a crise da agropecuária. Podemos supor que o objetivo de se fazer ver e tornar público as suas demandas por meio de fechamento de rodovias visava também ter a atenção da mídia, de modo que a “sensibilização” da sociedade fosse mais ampla.

Vemos também que o SOS Rural é construído em uma perspectiva nacional, mas com a opção por manifestações regionalizadas e a preferência para realização de protestos nas rodovias. A expectativa é de mobilizações basicamente nas regiões Centro-Oeste e Sul do país, com exceção do estado do Tocantins, da região Norte.

As Federações de Agricultura dos estados com problemas fitossanitários, particularmente a ferrugem asiática, e problemas climáticos, são indicados como os formuladores da estratégia da manifestação. Importante salientar que a doença conhecida como ferrugem asiática no Brasil se tornou uma ameaça à cultura da soja, sendo mais um fator de mobilização dos sojicultores.

Segundo informações da CNA, veiculadas em seu *site*, no dia 31 de maio de 2005, ocorreram mobilizações de *produtores rurais* em 12 estados do país.

“Produtores rurais de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo e Tocantins foram hoje às ruas para denunciar a crise que atinge a agropecuária. Também aderiram ao movimento produtores do triângulo mineiro, oeste da Bahia, sul do Piauí, sul do Maranhão e nordeste do Pará.”¹²⁵

Na tabela 1 (p.58) observamos que em alguns estados as manifestações se restringiam a uma só região e em outros ocorreram em vários locais (ver também **Mapa 4**, p.156). A passagem acima sugere que os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do

¹²⁴ SOS Rural: produtores protestam nesta terça-feira contra a falta de apoio à agropecuária. CNA, 30/05/05 (<http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=5825>).

¹²⁵ “Protesto contra crise na agropecuária reúne produtores em vários pontos do Brasil”. CNA 31/05/2005 (<http://www.cna.org.br/cna/publicacao/noticia.wsp?tmp.noticia=5838>).

Sul, São Paulo e Tocantins estiveram envolvidos na promoção do *movimento*, e que as mobilizações regionais nos estados de Minas Gerais, Bahia, Piauí, Maranhão e Pará se inseriram posteriormente.

Como se observa, segundo eles há uma crise justificadora do protesto que precisa ser denunciada e pede medidas emergenciais.

“Para denunciar o cenário de crise no campo e esclarecer que é necessário implantar medidas emergenciais para garantir condições de plantio para a próxima safra, os produtores realizaram protestos regionalizados, em vários municípios.”¹²⁶

Se aqui a ênfase é na “denúncia de uma crise” e a idéia de um protesto, com o tempo vai predominar a idéia de “alertar a sociedade e as autoridades”.

Com o processo de articulação nacional das ações até então dispersas, via CNA, parece que há um impulsionamento da “disposição de agir”, seja onde já ocorria manifestações, seja em locais que se viram motivados para esta forma de ação coletiva. Esse pode ser um aspecto a ser levado em conta quando se diz que regiões bem delimitadas de alguns estados *aderiram ao movimento*. Sabemos que muitos proprietários de terra e produtores rurais o são em mais de um município e mesmo mais de um estado, o que pode contribuir nesse processo de mobilização.

A proposta de manifestações regionalizadas e não nacional é justificada pelas diferenças locais, “O protesto foi realizado de forma regionalizada justamente para apresentar as dificuldades específicas de cada local.”¹²⁷. Podemos, porém, interpretar essa dinâmica como uma construção da identidade coletiva e um “termômetro” da capacidade de mobilização.

A articulação nacional das manifestações é acompanhada de uma retórica que procura unificar a representação dos interesses e as demandas dos manifestantes de diversos estados e culturas agrícolas, e unificar o argumento do que seja a “crise da agropecuária” e suas razões.

Vimos anteriormente que a “crise” tem na diminuição do PIB no campo uma de suas expressões, uma diminuição que reflete uma perda de renda dos produtores, nos dizem as entidades patronais do campo. A representação da “crise” como um problema de renda novamente aparece quando a CNA apresenta a sua explicação sobre o SOS Rural.

¹²⁶ Idem.

¹²⁷ “Protesto contra crise na agropecuária reúne produtores em vários pontos do Brasil”. CNA 31/05/2005 (<http://www.cna.org.br/cna/publicacao/noticia.wsp?tmp.noticia=5838>).

“Os produtores mostraram que segmentos do setor rural enfrentam problemas de renda, devido à combinação de problemas como fatores climáticos (estiagem em várias regiões ou chuvas excessivas em outros pontos do País); baixos preços pagos pela produção, depois da colheita, que não cobrem os custos de produção; além da defasagem cambial, gerando um quadro que dificulta a quitação de operações de crédito rural.”¹²⁸

Conforme ela diz, a crise de renda possui três principais razões, os fatores climáticos, os baixos preços dos produtos agrícolas e a defasagem cambial.

O próprio argumento da crise da agropecuária necessita não só ser relativizado em alguns momentos, como é necessário que se defina quais os setores estão em crise. O “Informativo” da CNA traz a posição do presidente Antonio Ernesto de Salvo de que nem todos os setores agrícolas estão em “crise”, que esta se concentra na produção de grãos onde soja e arroz demandam atenção especial.

“O dirigente ressaltou que a crise atinge segmentos específicos, e não a agropecuária, de forma generalizada. As áreas de café e cana-de-açúcar, por exemplo, passam por momento positivo, com recuperação de preços. Mas os setores de grãos, como soja e arroz, principalmente nas áreas atingidas pela seca, precisam de atenção especial.”¹²⁹

Em mais uma caracterização do que seria o *SOS Rural*, pelo “Informativo” da CNA, fica clara a centralidade das dívidas agrícolas, mas precisamente, a “renegociação” das mesmas, para os grupos mobilizados: “[...] um movimento nacional dos produtores que se vêem endividados e sem condições de pagar financiamentos junto às cooperativas e fornecedores de insumos.”¹³⁰

Em novo “Informativo” sobre as mobilizações do *SOS Rural* divulgado no dia 1º de junho, a entidade acrescenta que houve ações também no estado de Rondônia. Diz que em todo o país foram mobilizadas 50 mil pessoas em 13 estados¹³¹, e na divulgação de um resumo das mobilizações poucos dias depois aumentou para 70 mil¹³².

Este resumo das mobilizações publicado pela CNA trouxe um conjunto de informações como estados, cidades, programação, etc, que estão organizados na tabela abaixo.

¹²⁸ “Protesto contra crise na agropecuária reúne produtores em vários pontos do Brasil”. CNA 31/05/2005 (<http://www.cna.org.br/cna/publicacao/noticia.wsp?tmp.noticia=5838>).

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ Idem.

¹³¹ Protesto dos produtores contra a crise na agricultura: sucesso em 12 Estados. CNA 01/06/2005 (<http://www.cna.org.br/cna/publicacao/noticia.wsp?tmp.noticia=5860>).

¹³² Protesto reuniu 70 mil produtores no dia 31 de maio. Número 329, Ano 2005 – 07 de junho (<http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=5938>).

Quadro 2 : SOS Rural e as manifestações

| Estados | Cidades | Locais de mobilização |
|--------------------|---|--|
| Goiás | Catalão, Acreúna, Rio Verde, Montevídiu, Santa Helena, Jataí, Mineiros, Caiapônia, Vicentinópolis, Paraúna, Vianópolis, Bom Jesus, Morrinhos, Uruaçu, Cristalina. (diz ser mais de 100) | BR-050; BR-060; BR-452; GO-174; GO-164; BR-158; agência do Banco do Brasil (BB); BR-364; GO-320; rodovia GO-319; km 660 da BR-153; km 200 da BR-153; BR-040. |
| Mato Grosso | oito cidades-pólo: Nova Xavantina ¹³³ , Alto Taquari, Alto Araguaia, Rondonópolis ¹³⁴ , Primavera do Leste ¹³⁵ , Tangará da Serra, Sorriso ¹³⁶ e Sinop ¹³⁷ . | Rodovia BR 070; rodovia BR 163; anel viário da MT 358. |
| Mato Grosso do Sul | Bandeirantes, Dourados, Fátima do Sul, Jardim, Ponta Porá, Rio Brillhante, Ivinhema, Iguatemi, Sidrolândia, Maracaju, Amanbai, Naviraí (diz ser mais de 20) | Sete pontos de rodovias federais, além de alguns trechos de estradas estaduais. Parque de Exposições e nas BRs, saída para Três Lagoas e para Cuiabá; Câmara dos Vereadores. BRs 163 e 376. Avenida 9 de Julho em Fátima do Sul. BR-463. Agência do BB. BR-267. MS-295. Praça central. Região central da cidade e parque de Exposição. km 119 da BR 163. |
| Paraná | Londrina, Pato Branco, Nova Cantu e Ivaiporã. | --- |
| RS | Esteio-Porto Alegre | Parque de Exposições Assis Brasil; superintendências dos Ministérios da Agricultura e Fazenda. |
| São Paulo | Votuporanga ¹³⁸ , região de Alta Mogiana ¹³⁹ , região de Araçatuba ¹⁴⁰ . | Via Anhanguera; rodovia Marechal Rondon; rodovia Raposo Tavares (SP 270) ¹⁴¹ . |
| Tocantins | Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão e Guaraí. | Agência do BB; Parque de Exposições de Guaraí; carreta pela cidade e rodovia BR 153 (Belém-Brasília). |
| Minas Gerais | Regiões do Alto Paranaíba, Noroeste e Triângulo Mineiro. | MG 153. |
| Bahia | Oeste baiano. | BR 020 e BR 242. |
| Piauí | Bom Jesus e Uruçuí. | Agência do BB; rodovia que dá acesso ao “portão” (local onde embarcação recebe soja dos caminhões). |
| Maranhão | Balsas, Grajaú e Chapadinha. | --- |
| Pará | Paragominas. | Rodovia Belém- Brasília. |
| Rondônia | Gi-Paraná, Vilhena, Ariquemes e Porto Velho. | Reuniões nas sedes dos sindicatos rurais e da Federação. |

Fonte: Elaborada a partir das informações da CNA (<http://www.cna.org.br/cna/publicacao/noticia.wsp?tmp.noticia=5860>).

¹³³ Manifestantes também das cidades: Canarana, Água Boa, Querência e Gaúcha do Norte.

¹³⁴ Manifestantes também das cidades: Pedra Preta, Guiratinga e Jaciara.

¹³⁵ Manifestantes também de Paranatinga, Poxoréu, Campo Verde, Santo Antonio do Leste e Novo São Joaquim.

¹³⁶ Manifestantes também de Ipiranga do Norte, Nova Mutum, Paurah, Santa Rita do Trivelato, Lucas do Rio Verde, Nova Ubiratã.

¹³⁷ Manifestantes também de Vera, Santa Carmem, Feliz Natal, Tabaporã, Porto dos Gaúchos, Guarantã do Norte.

¹³⁸ Manifestantes também das cidades: Rirolândia, Paulo de Farias, Pontes Gestal, Américo de Campo, Cosmorama, Cardoso, Miraestrela, Álvares Florense, Parisi, Nandeara, Floreal, Pedranópolis, Meridiano, Guarani do Oeste, Ouroeste, Indaiaporã, Sebastianópolis do Sul, Tanabi, Palestina.

¹³⁹ Manifestantes também das cidades: São Joaquim da Barra, Ituverava, Miguelópolis, Guará, Ipuã, Guairá, Iguarapava, Orlândia e Morro Agudo.

¹⁴⁰ Manifestantes também das cidades: Bilac, Penápolis, Coroados e Birigui.

¹⁴¹ A Raposo Tavares foi interdita em um ponto por produtores de Ourinhos e Assins, no sul do estado por produtores de Avaré, Paranapanema, Itapetininga e Holambra, e em São Paulo por lideranças do setor agropecuário da região de Palmital.

As informações disponibilizadas pela CNA sugerem um papel central dos sindicatos rurais como espaço de organização das mobilizações e também nos permite visualizar diferentes formatos que as mesmas tiveram nos estados.

Uma das ações mais adotadas durante o *SOS Rural* parece ter sido o fechamento de rodovias federais ou estaduais, prática adotada em nove dos treze estados mobilizados. No Rio Grande do Sul, Paraná, Maranhão e Rondônia não bloquearam rodovias, pois suas ações tiveram outros formatos.

Em Rondônia é relatada apenas a realização de reuniões nas sedes dos sindicatos e da Federação da Agricultura, sem a ocorrência de manifestações de rua. No Maranhão foram citadas as cidades sem menção às mobilizações realizadas.

Os produtores de arroz do Mato Grosso, Goiás e Pará distribuíram arroz durante as manifestações. No Rio Grande do Sul, maior produtor nacional do grão, foi distribuído um prato a base de arroz típico da região – o carreteiro¹⁴². No Mato Grosso ocorreu distribuição de leite de soja para estudantes. Em Goiás agricultores queimaram arrobas de algodão.

Três estados, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, são emblemáticos quanto às distintas formas adotadas para o SOS Rural. Essa diferenciação me fez propor uma tipologia das manifestações realizadas: (1) ato em forma de grande assembléia no centro de uma cidade importante do estado; (2) concentração de agricultores e discursos de autoridades e lideranças em Parque de Exposição Agropecuária, seguida ou antecedida de “desfile” por ruas da cidade e protesto na frente de instituições públicas; (3) fechamento de rodovias em vários pontos do estado.

No Paraná prevaleceu a opção de realizar um ato que concentrasse os agricultores do estado na cidade de Londrina, no formato de uma “grande assembléia”, apesar de mobilizações regionais em três cidades. A Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep) informa ter mobilizado oito mil “produtores”, 250 ônibus, 300 tratores, 200 caminhões e acima de 500 veículos. Na ocasião foi aprovada a “Carta do Paraná”, que segundo a CNA, recebeu o apoio

“[...] dos milhares de produtores e das principais entidades representativas do setor agropecuário, como a Federação da Agricultura do Paraná (FAEP), a Organização das Cooperativas do Paraná (OCEPAR), o Conselho das Sociedades Rurais do Paraná

¹⁴² “[...] o Arroz de Carreteiro é tão típico como o churrasco. Qualquer gaúcho que se preze conhece aprecia um carreteiro autêntico e bem feito. [...] o carreteiro é comum com refeição para grupos maiores e comemorações em geral” (acessado em: <http://www.paginadogaicho.com.br/churrasco/carret.html>).

(SRP), do senador Osmar Dias e do deputado federal Abelardo Lupion, além do presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, Hermas Brandão, e do deputado estadual Luiz Nishimori.”¹⁴³

Observa-se que procuram demonstrar união entre produtores, entidades de representação do setor e parlamentares em torno das reivindicações. As entidades citadas são as expressões estaduais das tradicionais CNA, Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e Sociedade Rural Brasileira (SRB).

Dentre os parlamentares destaca-se o senador Osmar Dias, que participou da Comissão Parlamentar Mista (CPMI) do Endividamento Agrícola em 1993, e reconhecido membro da Bancada Ruralista. E o deputado Abelardo Lupion, relator do projeto de securitização que renegociou as dívidas agrícolas em 1998, ex-presidente da UDR e ex-coordenador da Bancada Ruralista.

A Farsul deu um nome específico ao movimento SOS Rural no estado do Rio Grande do Sul, *Dia Nacional de Protesto*, informando a participação de dez mil produtores gaúchos. Em vez de fechamento de rodovias e manifestações em vários pontos do estado, a mobilização iniciou com a concentração dos manifestantes no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio, de onde partiu o comboio em direção ao centro de Porto Alegre, como uma programação assim detalhada:

“O tratorço percorreu 26 quilômetros pela BR 116 e avenidas Farrapos, Mauá e Loureiro da Silva. Na Usina do Gasômetro, o comboio foi recepcionado por um grupo de cavaleiros. Em frente às superintendências dos Ministérios da Agricultura e Fazenda, no centro de Porto Alegre, foram recebidos por um grupo de produtores que já preparava um carreteiro para os participantes.”¹⁴⁴

Através do “desfile” nas ruas e o ritual do carreteiro os agricultores buscavam a atenção da população e da mídia. O carreteiro foi feito no centro da cidade, no chamado Panelão Gaúcho, uma construção de cinco metros de diâmetro. Cozinhar o carreteiro no Panelão e distribuí-lo as pessoas em Porto Alegre faz parte da tradição das manifestações do patronato rural gaúcho (no capítulo 4 voltaremos a falar do que estamos chamando de ritual do carreteiro).

¹⁴³ “Protesto dos produtores contra a crise na agricultura: sucesso em 12 Estados”. CNA 01/06/2005 (acessado em: <http://www.cna.org.br/cna/publicacao/noticia.wsp?tmp.noticia=5860>).

¹⁴⁴ “Protesto dos produtores contra a crise na agricultura: sucesso em 12 Estados”. CNA 01/06/2005 (<http://www.cna.org.br/cna/publicacao/noticia.wsp?tmp.noticia=5860>).

Os protestos na frente das superintendências do Ministério da Agricultura e do Ministério da Fazenda demonstravam quais os aparelhos de Estado a serem pressionados, prioritariamente, para o atendimento das reivindicações.

Já no estado do Mato Grosso a mobilização coordenada pela Famato parece ter seguido à risca a estratégia traçada para o SOS Rural. Foram realizados “trancamento” de rodovias federais e estaduais a partir de uma distribuição geográfica em oito cidades-pólos (Nova Xavantina, Alto Taquari, Alto Araguaia, Rondonópolis, Primavera do Leste, Tangará da Serra, Sorriso e Sinop) que mobilizaram agricultores de vinte e quatro municípios, segundo os dados da CNA.

Assim como os arroteiros gaúchos já tinham explicitado a disposição de realizar uma manifestação em Brasília, uma declaração do presidente da Famato também indicava intenção semelhante: “As manifestações no estado são só um ensaio do que poderemos fazer em Brasília em uma marcha que irá reunir 24 mil produtores, se nada for feito” (Homero Pereira)¹⁴⁵. A idéia de que o SOS Rural foi um momento de “testar” a disposição das “bases” para uma manifestação maior fica sugerida com o uso do termo “ensaio”.

A mesma disposição de protestar na capital federal também foi explicitada em Goiás: “Se o governo não anunciar medidas nos próximos dias, eles prometem se reunir num protesto ainda maior em Brasília, no dia 15 de junho”¹⁴⁶. A lógica da ameaça é posta de forma clara, caso o governo não atenda às reivindicações irão à Brasília.

O SOS Rural promovido no dia 31 de maio de 2005 foi a ante-sala do Tratoração, pois a menos de trinta dias da data do Tratoração, mediu a “disposição de agir” das bases e a capacidade de organização das lideranças. Nessa perspectiva foi um ensaio, como disse Homero Pereira. Mas também foi um ultimato ao governo federal para o atendimento às reivindicações. Servindo como ameaça explícita, Marcel Caixeta informa a ida à Brasília caso o governo não adotasse as medidas desejadas pelos produtores.

A mobilização do final de maio serviu para dar continuidade às articulações por apoios ao “movimento” e suas demandas. Apoio das entidades de representação dos grupos dominantes no campo e de parlamentares ruralistas, como observado no Paraná. Apoio de outros segmentos econômicos, como relatado em Mato Grosso do Sul: “Além dos produtores rurais, o movimento

¹⁴⁵ Idem.

¹⁴⁶ “Protesto dos produtores contra a crise na agricultura: sucesso em 12 Estados”. CNA 01/06/2005 (<http://www.cna.org.br/cna/publicacao/noticia.wsp?tmp.noticia=5860>).

conquistou a adesão espontânea de empresas da iniciativa privada e instituições de diferentes setores”¹⁴⁷. Apoio da população em geral e de prefeitos e governadores.

Foi mais um momento importante para a construção de reivindicações e argumentos que unificassem as demandas e interesses, constituindo os elementos comuns para uma “apresentação de si” como expressão de um conjunto uniforme. A crise da agropecuária se consolida como palavra de ordem do movimento, um sinônimo para queda de renda dos produtores, nos termos das lideranças e porta-vozes. Despontam nos discursos patronais rurais como as razões da crise questões climáticas, os baixos preços das *commodities*, e uma taxa de câmbio com dólar desvalorizado.

Para a CNA e suas Federações estaduais a “crise” e suas razões justificam as mobilizações e explicam a situação de endividamento dos produtores, que por sua vez precisam contar com o apoio do Estado para continuar produzindo. Esse apoio na maioria das vezes é sintetizado como uma “renegociação” das dívidas agrícolas, mas também é visto como liberação da importação de agrotóxicos pelos agricultores e proibição da importação de arroz do Mercosul.

2.2 Queremos boas notícias ou vamos à Brasília

Após uma semana da realização do SOS Rural, no dia 31 de maio, e a vinte dias do início do *Tratoração*, ocorreu uma reunião na sede da CNA em Brasília com presidentes de doze Federações estaduais, com o intuito de “avaliar o movimento” SOS Rural. Na ocasião se define por realizar uma mobilização na capital federal: “Produtores rurais de todo o Brasil já começam a planejar uma marcha a Brasília em protesto contra a falta de ações de apoio contra a crise que atinge atualmente a agropecuária brasileira.”¹⁴⁸

O motivo é o não atendimento das reivindicações, significado como “falta de ações de apoio contra a crise”. Repetindo argumentos que observamos anteriormente, reforça que:

“[...] segmentos do setor agropecuário enfrenta (sic) dificuldades, como baixo preço da comercialização, que não cobre os custos de produção; quebra de safra devido a fatores

¹⁴⁷ Idem.

¹⁴⁸ “Produtores planejam manifestação em Brasília na busca de soluções para a crise da agropecuária”, – CNA, 07/06/2005 (<http://www.cna.org.br/cna/publicacao/noticia.wsp?tmp.noticia=5947>).

climáticos e, com isso, perda de renda, gerando incapacidade para o pagamento de dívidas rurais.”¹⁴⁹

Os argumentos procuram mostrar que os preços baixos dos produtos agrícolas e a quebra da safra provocaram uma queda da renda do produtor impossibilitando o pagamento das dívidas agrícolas (ver **Mapa 3**, p.155, sobre expectativa de participação). Fica nítido que as dívidas constituem o fator principal da mobilização para o Tratoração.

Carlos Sperotto (Farsul e Comissão Nacional de Crédito Rural da CNA) resgata a memória do *caminhão* de 1999, por ocasião da reunião e o anúncio da decisão,

“Está na nossa programação uma marcha a Brasília, a presença maciça de produtores, quando estaremos trazendo ao conhecimento do presidente, mais uma vez, uma agenda positiva, como fizemos em 1999 e cumprimos, com metas de ganho de qualidade, de produção e de emprego.”¹⁵⁰

Agora, como antes, estarão maciçamente na capital federal, diz Sperotto, com um nítido tom de ameaça. Afirmar também que “mais uma vez” se levará uma agenda positiva ao presidente da República em torno de questões como ganho de qualidade, de produção e de emprego. Um discurso que busca articular eficiência econômica e ganho social, e isto como um compromisso dos agricultores.

A manifestação como forma de pressão e ameaça é mais nítida na “matéria” produzida pela assessoria de comunicação da CNA, “A data da manifestação ainda não está confirmada, mas os produtores têm certeza de que em 15 dias, caso não haja boas notícias para a agropecuária, será possível estar com o protesto em Brasília.”¹⁵¹

A centralidade das dívidas agrícolas nas preocupações que motivam a mobilização novamente aparece, “[...] diz Sperotto, lembrando que muitos produtores estão com dificuldades para quitar débitos de crédito rural relativos à última safra, devido às recentes dificuldades de comercialização e queda de renda.”¹⁵²

Apesar de o governo ter liberado R\$ 1 bilhão do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para que agricultores renegociem suas dívidas com a iniciativa privada, para o patronato rural ainda não é o suficiente,

¹⁴⁹ Idem.

¹⁵⁰ Idem.

¹⁵¹ Idem.

¹⁵² Idem.

“O dirigente da CNA admite que foi extremamente positiva a liberação de R\$ 1 bilhão de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalho (FAT) para a renegociação de dívidas entre produtores e fornecedores de insumos, conforme aprovado na semana passada. Somente essa linha, entretanto, não resolve o problema da agropecuária, alerta.”¹⁵³

Além da demanda por mais verbas para o pagamento de dívidas com os fornecedores de insumos, a CNA critica a liberação de apenas R\$ 23,6 bilhões do montante dos recursos do Plano Safra 2004/2005, enquanto ela propôs que se disponibilizasse R\$ 81 bilhões. O pleito ao governo por linha de crédito especial para pagamento de dívidas com o setor privado e mais crédito rural indicam a forte memória e referência na política de financiamento de atividades agrícolas da *modernização da agricultura*, calcada em forte subsídio e na visão de um Estado provedor.

Como parte dos argumentos aparece um conjunto de motivos que fundamentam a denominada *crise da agropecuária* (ver Quadro abaixo), que é a razão alegada do *Tratoração* em Brasília. Estes “motivos” se tornaram bandeiras da manifestação.

Quadro 3: Argumentos sobre “motivos que levaram à crise na agropecuária”.¹⁵⁴

| |
|-----------------------------------|
| problemas climáticos |
| baixo preço de comercialização |
| endividamento |
| falta de crédito |
| concorrência do arroz do Mercosul |
| câmbio desfavorável |

A reunião na sede da CNA que anunciou a “marcha a Brasília”, como vimos, ocorreu na véspera de uma audiência de representantes políticos patronais rurais com o presidente Lula, no Palácio do Planalto, “[...] para denunciar a crise que atinge o setor e solicitar do Governo medidas de apoio ao campo.”¹⁵⁵

¹⁵³ Idem.

¹⁵⁴ “Produtores planejam manifestação em Brasília na busca de soluções para a crise da agropecuária” – CNA, 07/06/2005 (<http://www.cna.org.br/cna/publicacao/noticia.wsp?tmp.noticia=5947>).

¹⁵⁵ “Líderes rurais propõem ao Presidente Lula alternativas para a crise de renda no campo”, CNA, 08/06/2005 (<http://www.cna.org.br/cna/publicacao/noticia.wsp?tmp.noticia=5953>).

No contexto do encontro no Planalto, a CNA repete o argumento da situação de crise no campo caracterizada como uma perda de renda que se expressa pela diminuição de 1,7% do Produto Interno Bruto (PIB) do setor agropecuário em 2004 e projeção de queda de 6% para 2005. Uma das razões para essa queda em 2005 é a perda de 18,2 milhões de toneladas da produção de grãos e da redução dos preços de comercialização de importantes produtos agropecuários, dizem os porta-vozes.¹⁵⁶

Na reunião com o presidente da República a CNA entregou um documento destacando a importância do *agronegócio* para a economia do país e afirmando a exclusão de uma parcela dos produtores rurais dos ganhos auferidos no campo, com isso busca construir a legitimidade da manifestação.

“Embora a economia nacional se tenha beneficiado dos resultados do agronegócio, parte dos produtores rurais ficou alijada desse processo e encontra-se, eventualmente, impossibilitada de honrar os compromissos financeiros”, cita o documento da CNA.”¹⁵⁷

A noção de que o “agronegócio” beneficiou o país e que os produtores foram “alijados” dos ganhos gerados parece lhes conferir uma dupla legitimidade. A manifestação e as reivindicações são legítimas porque os produtores são parte desse “agronegócio” que fortalece a economia brasileira, e também são legítimas porque esse fortalecimento ocorreu com prejuízos para estes mesmos produtores.

Também é possível observar no trecho destacado que os produtores rurais alijados não estão em condições de “honrar os compromissos financeiros”. A questão das dívidas agrícolas é posta e resposta a todo o momento e de várias formas.

Uma dessas formas que também aparece com alguma frequência é a que articula em um mesmo argumento renda, dívidas e emprego: “Antônio Ernesto de Salvo lembrou ao presidente da República que a perda de renda, que reflete na incapacidade de pagamento de dívidas, pode comprometer também a geração de empregos no campo.”¹⁵⁸

Uma questão relevante econômica e socialmente, para a população em geral e para qualquer governo, como a questão do emprego, é apresentada como ameaçada pela “incapacidade

¹⁵⁶ Idem.

¹⁵⁷ Idem.

¹⁵⁸ “Líderes rurais propõem ao Presidente Lula alternativas para a crise de renda no campo”, CNA, 08/06/2005 (<http://www.cna.org.br/cna/publicacao/noticia.wsp?tmp.noticia=5953>).

de pagamento de dívidas” pelos agricultores por conta da “perda de renda” que é sinônimo da crise da agropecuária, como visto anteriormente. Sendo assim, atender às reivindicações é visto pelas lideranças patronais como uma medida de interesse econômico e social de todos: produtores, governo e sociedade.

Além do mais o “setor” sustenta o superávit comercial do país, afirmam:

“No ano passado, por exemplo, o setor rural exportou US\$ 39 bilhões e importou apenas US\$ 4,8 bilhões, gerando um superávit de US\$ 34 bilhões. Ou seja, a agropecuária sustentou o saldo positivo de toda a balança comercial brasileira, que foi superavitária em US\$ 33,6 bilhões no ano passado.”

Por estas e outras razões é que o patronato rural entende como natural e óbvio que seja “ajudado” em um momento de “dificuldade”. Uma retórica que expressa uma visão sobre a agricultura patronal como “motor” da economia do país e uma visão do papel do Estado como responsável por garantir as “condições para que os produtores continuem produzindo”.

É com este arcabouço argumentativo, e visão de mundo, que, segundo a “matéria” divulgada pela CNA, “as lideranças rurais solicitaram ao presidente da República a implantação de quatro medidas em caráter emergencial” (Quadro 2):

Quadro 4: As medidas emergenciais a serem adotadas pelo governo.

| |
|--|
| 1) alocação de R\$ 2,4 bilhões no orçamento das Operações Oficiais de Crédito (2OC) para suporte à comercialização agropecuária na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM); |
| 2) prorrogação dos financiamentos bancários dos empréstimos de custeio, investimento e das parcelas vencidas e a vencer em 2005 do Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa) e da securitização das dívidas rurais; |
| 3) alocação de recursos em linha de crédito para refinarciar dívidas dos produtores junto a fornecedores de insumos e máquinas; e |
| 4) suspensão das importações predatórias de produtos agrícolas, a exemplo do arroz, trigo e milho, no âmbito do Mercosul. ¹⁵⁹ |

Entre as quatro reivindicações entregues ao presidente Lula pela CNA, duas tratam da questão das dívidas agrícolas. De um lado querem prorrogar as dívidas com os agentes públicos e de outro se querem verba pública para pagar as dívidas com os agentes privados.

¹⁵⁹ “Líderes rurais propõem ao Presidente Lula alternativas para a crise de renda no campo”, CNA, 08/06/2005 (<http://www.cna.org.br/cna/publicacao/noticia.wsp?tmp.noticia=5953>).

A reivindicação que pedia a suspensão das importações do Mercosul era de intenso interesse dos agricultores gaúchos, que desde o final de 2004 realizavam manifestações de rua contra a entrada de arroz uruguaio e argentino no Brasil.

Participaram da audiência com o presidente da República os presidentes de 13 Federações estaduais da Agricultura, os presidentes da CNA, OCB e SRB, o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, e o presidente da Federação dos Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz). (ver Quadro 3 abaixo)

A participação dos presidentes da CNA, OCB e SRB, em certa medida expressa uma aliança em torno das reivindicações e um reconhecimento entre si como entidades de representação. A presença da Federarroz indicava a força e o prestígio dos produtores de arroz gaúchos.

Quadro 5 : Participantes da reunião com presidente Lula no dia 08/06/05.¹⁶⁰

| |
|---|
| 1. Federações de Agricultura da Bahia (Faeb), João Martins da Silva Júnior |
| 2. Distrito Federal (FAPE-DF), Renato Simplício Lopes |
| 3. Goiás (Faeg) , Macel Caixeta |
| 4. Mato Grosso (Famato), Homero Alves Pereira |
| 5. Mato Grosso do Sul (Famasul), Leôncio de Souza Brito Filho |
| 6. Minas Gerais (Faemg), Gilman Viana Rodrigues |
| 7. Pará (Faepa), Carlos Xavier |
| 8. Paraíba (Faepa), Mário Antônio Pereira Borba |
| 9. Pernambuco (Faepe), Pio Guerra Júnior |
| 10. Rio de Janeiro (Faerj), Rodolfo Tavares |
| 11. Rio Grande do Sul (Farsul), Carlos Sperotto |
| 12. São Paulo (Faesp), Fábio de Salles Meirelles |
| 13. Tocantins (Faet), Kátia Abreu |
| |
| Tirso de Salles Meirelles, diretor da Faesp |
| O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues |
| Presidente da CNA, Antonio Ernesto de Salvo |
| Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), João de Almeida Sampaio |
| Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Márcio Lopes de Freitas |
| Presidente da Federação dos Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz), Walter Potter |

O resultado da audiência com o presidente da República não agradou as lideranças ruralistas, pois consideraram as promessas vagas, sem nada “mais concreto”. Com essa

¹⁶⁰ Idem.

justificativa os porta-vozes anunciaram a manutenção da decisão de promover “uma marcha” à Brasília:

“Após o resultado insatisfatório do encontro com o presidente Lula, os dirigentes das Federações da Agricultura dos Estados produtores marcaram a data para a grande manifestação contra a atual política no campo. De acordo com Macel Caixeta, o Tratoração terá início no dia 27 deste mês, quando os produtores pernoitarão no entorno de Brasília, para no dia 28 entrar na capital federal e em seguida, no dia 29 de junho, realizar a maior manifestação já vista no País.”¹⁶¹

Segundo os representantes patronais rurais o país verá a “maior manifestação” já realizada em Brasília, idéia repetida durante e depois do Tratoração, como veremos no capítulo 3. O Tratoração é divulgado como uma manifestação contrária a atual política no campo. Inicia-se então uma nova fase, transformar a ameaça em ação concreta.

2.3 “Se não gritar não será ouvido”

“Estamos aqui porque precisamos ser ouvidos. O que estamos Pleiteando é uma coisa básica é o direito de trabalhar. Nós queremos ter uma renda, alguma coisa que permita a gente que colheu uma safra, vendê-la com um mínimo de lucratividade e ter condições de plantar a outra”
(Antonio Ernesto de Salvo, presidente da CNA).¹⁶²

“Se não gritar não será ouvido”,
produtor rural de Campo Grande/MS.¹⁶³

As declarações que abrem o texto possuem como um de seus objetivos ilustrar o título desta seção, ambas falam da necessidade do “setor” ser ouvido. A idéia de não ser ouvido é uma das expressões da visão de si como uma classe desprivilegiada junto ao Estado, especialmente o Poder Executivo.

As declarações também demonstram como uma mesma idéia pode e é explicitada de forma diferente, conforme o lugar social de quem diz. O produtor da “base” diz claramente que

¹⁶¹ “Federações marcam o dia do Tratoração em Brasília”. Assessoria de Comunicação da Faeg, 09/06/05 (<http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6108>).

¹⁶² “Sindicatos do Paraná enviam mais de mil produtores ao Tratoração”. FAEP, 24/06/05 (<http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6261>).

¹⁶³ “Mais de 700 produtores de MS já confirmaram participação no Tratoração”, Casa Rural (Famasul, Senar e Funar) Decom - Gislaïne Balbinot. Autor:Time Comunicação, 20 de Junho de 2005 - 16:10:53 (www.famasul.com.br).

para serem ouvidos os agricultores vão “gritar”, e o Tratoração seria esse “grito”. Já o presidente da CNA adota um tom mais conciliador, estão na capital federal do país porque precisam ser ouvidos, pois querem só trabalhar, ter renda, um mínimo de lucratividade e conseguir plantar a próxima safra.

Os moldes da mobilização em Brasília já possuía algum desenho na cabeça das lideranças patronais rurais logo após a audiência com o presidente da República no dia 08 de junho. Em “matéria” da imprensa da Farsul no dia 10, é explicitado a previsão de permanência na capital federal entre 27 de junho e 02 de julho, e um ato na Esplanada na quarta 29, com distribuição de “carreteiro patrocinado pelo governo do Rio Grande do Sul e arroteiros gaúchos”.

Há também a expectativa de serem recebidos pelas principais autoridades do governo federal e da Câmara dos Deputados durante a mobilização,

“No período que os produtores estiverem em Brasília, devem ser recebidos pelo presidente Lula; ministros da Fazenda, Antônio Palocci, e Agricultura, Roberto Rodrigues; presidentes da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcânti, e do Senado, Renan Calheiros.”¹⁶⁴

A imprensa da Farsul, no contexto de uma reunião da entidade com representantes de 39 sindicatos rurais e representantes das cadeias do arroz, trigo, milho, carnes, uva e vinho, trás que: “As principais reivindicações do Rio Grande do Sul são Revisão do Acordo Mercosul e dos custos de produção, além da rejeição à revisão dos índices de produtividade.”¹⁶⁵

Se por um lado a entidade gaúcha destaca a demanda por alteração do acordo do Mercosul e a recusa de alteração dos índices de produtividade conforme a proposta do MDA, deixa de fora as demandas em torno das dívidas agrícolas, algo raro nesse contexto.

Os preparativos da mobilização em Brasília, denominada de *Alerta da Agricultura*, envolvem a continuidade das negociações com o governo, como fala Carlos Sperotto, “[...] enquanto o tratoração vai sendo organizado, ocorrerão negociações das pendências com o governo federal”.¹⁶⁶

¹⁶⁴ “Rio Grande do Sul define participação no Tratoração em direção a Brasília”. Imprensa Farsul, 10/06/05 (<http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6111>).

¹⁶⁵ Idem.

¹⁶⁶ Idem.

E também negociações com os agentes privados e governo por meio de reunião das Câmaras Setoriais Nacionais de insumos, fertilizantes e corretivos; seguro rural e crédito agrícola.

Há duas semanas do início previsto para o *Tratoração*, houve uma reunião de dirigentes da Faeg, liderados por seu presidente Marcel Caixeta, na sede da CNA em Brasília “para acertar os detalhes da manifestação dos produtores rurais contra a crise no setor agropecuário”.¹⁶⁷

A preparação dos estados para a participação no Tratoração teve ritmos e dinâmicas próprias. No Rio Grande do Sul a Farsul inicia a mobilização dos sindicatos em reunião no dia dez (10) de junho¹⁶⁸. No dia 14 do mesmo mês o vice-presidente da Farsul e presidente da Câmara Setorial Nacional do Arroz, Francisco Schardong, e o diretor administrativo da entidade gaúcha, Amilton Soares, participam de assembléia da Federarroz, no parque da Fenarroz, em Cachoeira do Sul, para discutir “as ações dos arroteiros e a participação no movimento Alerta do Campo”¹⁶⁹.

A Faeg realizou reunião dos dirigentes no dia treze (13) de junho e marca uma reunião com os presidentes de sindicatos para o dia dezessete (17)¹⁷⁰. A Faep anuncia a organização dos produtores do Paraná para participar do *Tratoração - Marcha a Brasília*¹⁷¹.

A Famasul divulga reunião de lideranças rurais do Mato Grosso do Sul a ser realizada no dia vinte de junho, para organizar a participação no *SOS Rural Nacional*, onde previam 20 mil produtores de treze estados. Segundo a entidade sul matogrossense a

“[...] marcha a Brasília esta marcada para começar no dia 27 de junho, e o ato público na Esplanada dos Ministérios está marcado para o dia 29. O tratoração pretende organizar comitivas que devem sair dos estados entre os dias 25 e 26 e se encontrar em Brasília. A previsão é de reunir mais de 20 mil produtores de 13 estados.”¹⁷²

¹⁶⁷ “Faeg já se prepara para o Tratoração”. Assessoria de Comunicação da FAEG, 13/06/05 (<http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6107>).

¹⁶⁸ “Rio Grande do Sul define participação no Tratoração em direção a Brasília”. Imprensa Farsul, 10/06/05 (<http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6111>).

¹⁶⁹ “Farsul participa de reunião da Federarroz nesta terça-feira”. Imprensa Farsul, 13/06/05 (http://www.redeagrol.com.br/mostra_noticia.php?id_noticia=10212).

¹⁷⁰ “Faeg já se prepara para o Tratoração”. Assessoria de Comunicação da FAEG, 13/06/05 (<http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6107>).

¹⁷¹ “Produtores se organizam para Tratoração marcado para o dia 29 em Brasília”. Faep, 14/06/05 (<http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6109>).

¹⁷² “SOS Rural: Produtores de MS se organizam para “tratoração” até Brasília”, Gislaïne Balbinot. Time Comunicação/Casa Rural, 15 de Junho de 2005 - 09:16:33 (www.famasul.com.br).

Na ocasião da reunião estiveram presentes na sede da Famasul representantes de sindicatos rurais de 44 municípios do estado. Confirmaram participação no “movimento” mais de 700 produtores rurais de vários municípios como Chapadão do Sul, Fátima do Sul, São Gabriel do Oeste, Dourados, Rio Verde de Mato Grosso, Ponta Porá e Caarapó.¹⁷³

No Tocantins a responsabilidade pela “participação dos ruralistas tocantinenses no “Tratoração que acontecerá em Brasília”, foi do superintendente da Federação da Agricultura do Estado do Tocantins (Faet), Sani Naimayer.¹⁷⁴

A Faet demonstrou duas particularidades em relação às demais Federações. Nas “matérias” elaboradas por sua assessoria de comunicação era comum aparecer o termo *ruralistas* para se referir ao grupo social mobilizado. Chama-nos atenção esse fato porque a identidade “ruralista” não é comumente usada pelas entidades e lideranças, em boa medida, acreditamos, por conta de uma marca de violência do termo oriunda da significativa atuação da União Democrática Ruralista nos anos 1980, associada desde então a milícias e assassinatos no campo.

As demais Federações e a CNA utilizavam em seus discursos a identidade *produtores* ou *produtores rurais*. No material divulgado pela CNA sobre o Tratoração o termo *ruralista* não aparece nenhuma vez, mas está em um documento que enviou às Federações, documento este parcialmente divulgado pela Faet.

Além de assumir a identidade de “ruralista”, outra peculiaridade da entidade patronal rural do Tocantins é a visibilidade do seu superintendente, Sani Naimayer, na representação da entidade. Ele aparece como organizador dos agricultores no estado e também representando a Faet em reunião de organização do Tratoração na CNA dia vinte (20). O superintendente nas Federações de Agricultura geralmente não cumpre este papel mais público, se restringindo a um assessoramento das lideranças e a administração das entidades. Mesmo no caso da Faet, nas situações de interlocução com o governo quem aparece é a deputada federal Kátia Abreu, citada como presidente licenciada.

As demais Federações têm em seus presidentes as figuras que organizam e falam por seus estados, no máximo aparece um outro diretor. Pela Farsul quem fala é Carlos Sperotto ou Francisco Shardong (vice-presidente e presidente da Comissão Nacional de Grãos da CNA), pela

¹⁷³ “Mais de 700 produtores de MS já confirmaram participação no Tratoração”, Casa Rural (Famasul, Senar e Funar) Decom - Gislaine Balbinot. Autor: Time Comunicação, 20 de Junho de 2005 - 16:10:53 (www.famasul.com.br).

¹⁷⁴ “Ruralistas do Tocantins preparam Tratoração para irem a Brasília”. Assessoria FAET, 15/06/05 (<http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6114>).

Famato Homero Pereira, pela Faeg Marcel Caixeta, pela Famasul Léo Brito. Ou seja, os presidentes das entidades e não seus “executivos”.

Até o presente momento a organização e preparação do Tratoração se expressava majoritariamente como uma iniciativa das Federações, a CNA divulga as primeiras orientações acerca do Tratoração no que diz respeito aos locais de concentração dos tratores nas entradas de Brasília:

“[...] os tratores e máquinas agrícolas deverão ser posicionados, no dia 27, nas quatro entradas que dão acesso a Brasília: Goiânia, Luziânia, Formosa e Unai. No dia 28 os tratores deverão sair em carreta, simultaneamente, das quatro entradas de Brasília em direção à Esplanada dos Ministérios. Neste mesmo dia, deverão ser montados acampamentos nos jardins defronte à Esplanada. No dia 29 deverão ser realizados atos públicos cobrando do Governo Federal o atendimento às reivindicações feitas no documento que foi entregue no último dia 08. No dia 30, os ruralistas deverão voltar para suas cidades.”¹⁷⁵

A CNA informa uma orientação política clara para as lideranças e as bases, devem posicionar os tratores nas entradas de Brasília, posteriormente devem sair em carreta de forma simultânea em direção a Esplanada dos Ministérios, demonstrando uma intenção de causar impacto pela chegada “triumfal”.

Os agricultores deverão montar seus acampamentos na Esplanada, onde também devem estacionar os tratores. O dia 29 é o dia dos atos públicos de cobrança ao governo federal pelo atendimento das reivindicações entregues anteriormente. No dia seguinte todos devem retornar as suas cidades.

Formalizando o lugar da CNA, uma reunião na sua sede no dia 16 de junho definiu os detalhes da mobilização, começando pela escolha do nome – *Tratoração: o Alerta do Campo*. A coordenação é atribuída à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Federações da Agricultura e sindicatos rurais. Seu objetivo será “sensibilizar a opinião pública e autoridades federais a respeito da brutal perda de renda de importantes setores da agropecuária e o risco de comprometimento da atividade no País”.¹⁷⁶

¹⁷⁵“Ruralistas do Tocantins preparam Tratoração para irem a Brasília”. Assessoria FAET, 15/06/05 (<http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6114>).

¹⁷⁶“Tratoração levará 15 mil produtores a Brasília”. Departamento de Comunicação da CNA, 16/06/05 (<http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6104>).

Uma coordenação central foi instalada na sede da CNA, próxima a Esplanada em Brasília, e Homero Pereira (Famato) escolhido como “coordenador geral do movimento”. A existência de um “manual com os argumentos do setor agrícola” é mencionada, nele estariam os “principais pontos” da manifestação, “considerada a última cartada para minimizar os efeitos da crise na agropecuária brasileira”.¹⁷⁷

A CNA identifica que estarão em Brasília produtores dos principais estados afetados pela “crise”, causada pela conjunção de vários fatores como a defasagem cambial, juros altos, elevação dos custos de produção, altos preços dos insumos, deficiência de infra-estrutura, proibição de importação de agroquímicos, uma política agrícola insuficiente e problemas climáticos:

“Participarão da manifestação produtores dos principais Estados atingidos pela crise da agropecuária, causada pela soma de fatores prejudiciais, como defasagem cambial, juros altos, elevação dos custos de produção, altos preços dos insumos, deficiência de infra-estrutura, proibição de importação de agroquímicos, além de uma política agrícola insuficiente e problemas climáticos, como seca e excesso de chuvas.”¹⁷⁸

A “crise” é caracterizada como a perda de renda do setor, falta de liquidez, inadimplência e endividamento dos produtores. E seu agravamento, que ocorrerá caso o governo não atenda aos “pedidos” apresentados, terá como conseqüências a redução do uso de tecnologia no campo, diminuição de área plantada, redução da produção, queda do PIB, aumento dos preços dos alimentos, comprometimento dos resultados da balança comercial, diminuição da arrecadação, desemprego e aumento do risco Brasil.¹⁷⁹

Faltando aproximadamente dez dias para o início do Tratoração podemos ver que a CNA sintetizou e articulou em um mesmo argumento vários argumentos acionados até então de uma forma um tanto fragmentada, ou seja, os argumentos, interesses e demandas dos grupos patronais mobilizados ganharam um discurso unificado e unificador da classe.

¹⁷⁷“Tratoração: Produtores rurais apontam ações para evitar o colapso do setor”. 17/06/05 (<http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6159>).

¹⁷⁸“Tratoração levará 15 mil produtores a Brasília”. Departamento de Comunicação da CNA, 16/06/05 (<http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6104>).

¹⁷⁹ Idem.

O lugar de destaque das dívidas agrícolas, com os agentes públicos e privados, no movimento do Tratoração, aparece em uma das primeiras declarações de Homero Pereira na condição de coordenador geral da mobilização:

“São dificuldades concretas que geram uma grande perda de renda e prejudicam a capacidade de pagamento dos créditos oficiais obtidos para o plantio da Safra 2004/2005, sem contar o volume financiado pelo setor privado, como fornecedores de máquinas e insumos.”¹⁸⁰

A declaração é divulgada pela imprensa da CNA um dia após a reunião que definiu detalhes da manifestação prevista para dez (10) dias depois. A idéia de perda de renda está diretamente associada ao comprometimento do pagamento dos financiamentos.

Outro argumento recupera o lugar de vítima dos agricultores e ao mesmo tempo a importância econômica da agricultura para o país.

“O Tratoração é a forma encontrada pelo setor para protestar contra o descaso com a agropecuária brasileira e denuncia que não há condições para planejamento de ações de longo prazo. Assegurar a rentabilidade dos produtores rurais é, na verdade, a garantia de estabilidade econômica do País.”¹⁸¹

Sem identificar de quem é o descaso com a “agropecuária nacional” apresenta a manifestação como de todo este segmento da economia brasileira, apesar do Tratoração se constituir em uma mobilização do setor de grãos. Outro elemento do discurso propagado é o estabelecimento de uma relação direta entre a garantia de renda dos agricultores e a garantia de estabilidade econômica do país. Essa visão perpassa toda a lógica do Tratoração e é base de uma compreensão de que é óbvio e natural, uma obrigação e dever, que os pleitos sejam atendidos.

Todas as reivindicações eram direcionadas ao Estado, demandando recursos para políticas setoriais como seguro rural, preço mínimo, crédito rural; demandavam alteração dos termos de acordo do Mercosul; e garantia do monopólio fundiário. Este direcionamento que se expressava na interpelação do governo federal, de um lado contribuía para tornar menos visível uma tensão existente entre os agricultores e as empresas fornecedoras de insumos.

Cabe lembrar que uma das principais reivindicações era por verbas públicas para que os agricultores quitassem suas dívidas com os agentes privados que financiaram as atividades

¹⁸⁰“TRATORAÇÃO: Produtores rurais apontam ações para evitar o colapso do setor”. 17/06/05 (<http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6159>).

¹⁸¹ Idem.

agrícolas. Um exemplo explícito desta tensão pode ser observado na divulgação pela Famasul do acordo entre agricultores e credores de um município do Mato Grosso do Sul:

“Os produtores rurais de Chapadão do Sul, município distante 333 quilômetros de Campo Grande, já estão colhendo os resultados do SOS Rural, mobilização realizada no dia 30 de maio. De acordo com depoimento do presidente do Sindicato Rural, João Carlos Krug, após o evento os credores começaram a negociar de forma mais consciente. “as empresas não foram à justiça e estão propondo alternativas para os produtores”, disse Krug nesta manhã, em reunião com lideranças sindicais, realizada na sede da Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul). Para Krug, é preciso acreditar na força da união da classe.”¹⁸²

Além de explicitar uma tensão entre agricultores e fornecedores, que poderia chegar até à Justiça, há uma valorização da manifestação como forma de pressão da classe que dá resultado. A afirmação da mobilização como eficaz também é importante a medida que se aproxima a data de ida a Brasília, para aumentar a participação dos produtores.

A Famasul, através de sua assessoria de comunicação, afirma que irão á Brasília para falar da falta de uma política agrícola e não de “prorrogação de dívidas”: “Não pretendem falar em prorrogação de dívidas, mas da falta de uma política agrícola a altura da dimensão econômica e social da agropecuária.”¹⁸³

Ao mesmo tempo em que afirma:

“Para entender as reivindicações é necessário entender as razões da crise, que são: os altos custos de produção, defasagem cambial, baixa remuneração da atividade, falta de mecanismos de sustentação dos preços agrícolas, infra-estrutura deficiente e importações predatórias.”¹⁸⁴

As conseqüências disso, continua a Famasul,

“[...] já podem ser notadas pela redução da atividade econômica e comercial no interior, redução de tecnologia, diminuição da área plantada, queda na produção, queda no PIB, aumento no preço dos alimentos, comprometimento da balança comercial, desemprego e aumento do risco Brasil.”¹⁸⁵

¹⁸² “Produtores Rurais colhem bons resultados da mobilização estadual”, Eudete Petelinkar. Decom Casa Rural (Famasul, Senar/MS e Funar), 20/06/05 13:33:29 (www.famasul.org.br).

¹⁸³ “Mais de 700 produtores de MS já confirmaram participação no Tratoração”, Casa Rural (Famasul, Senar e Funar) Decom - Gislaine Balbinot. Autor:Time Comunicação, 20 de Junho de 2005 - 16:10:53 (www.famasul.com.br).

¹⁸⁴ Idem.

¹⁸⁵ Idem.

O argumento nega a prorrogação de dívidas como reivindicação, apresenta as “razões da crise” e termina com a idéia de conseqüências negativas para toda a sociedade já que haverá aumento dos preços e desemprego, entre outras.

Contudo, outras Federações deixam claro qual é o lugar das dívidas agrícolas na conjuntura que determina o Tratoração.

“[...] os produtores levam a Brasília uma série de propostas que visam a, por exemplo, compatibilizar a redução de receita nessa safra com os vencimentos dos financiamentos junto a bancos e fornecedores de insumos. No Paraná, as dívidas acumuladas pela agricultura desde o início do ano chegam a R\$ 1 bilhão de reais. Só nas cooperativas, em função do financiamento da venda de insumos, a dívida ultrapassa os R\$ 600 milhões.”¹⁸⁶

Por sinal os números parecem dizer por si só, como nos dados do Mato Grosso informados pelo presidente da Famato,

“Em Mato Grosso, os produtores rurais investiram mais de R\$ 11 bilhões na última Safra, o governo Federal emprestou 20%, R\$ 2,2 bilhões, outros R\$ 3 bi saíram do bolso do produtor e R\$ 6 bilhões (mais da metade) foram financiados pela tradings, bancos privados e empresas de agroquímicos. A dívida dos agricultores mato-grossense com o setor privado é de R\$ 3 bilhões.”¹⁸⁷

As reivindicações, que serão analisadas detalhadamente mais adiante, por si só confirmam a centralidade da “renegociação” das dívidas, o que também foi visto no capítulo anterior. Cabe aqui chamar uma atenção inicial para o esforço de evitar termos como *reivindicação*, *demandas*, *prorrogação* e *renegociação*, na cartilha da CNA distribuída durante a mobilização.

Na semana anterior ao Tratoração a interlocução das lideranças e porta-vozes do patronato rural com o governo federal se intensificaram, ocorrendo audiências com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e com o presidente Lula. Uma demonstração do poder de pressão da manifestação, que conseguem audiência com o presidente da República e seu principal ministro antes e durante a manifestação.

Em 21 de junho de 2005 na sede do MAPA em Brasília ocorreu um café da manhã das “lideranças e parlamentares ruralistas” com Antonio Palocci e Roberto Rodrigues. Receberam

¹⁸⁶ “Sindicatos do Paraná enviam mais de mil produtores ao Tratoração”. FAEP, 24/06/05 (<http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6261>).

¹⁸⁷ “Tratoração: Produtores rurais apontam ações para evitar o colapso do setor”. 17/06/05 (<http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6159>).

destaque na imprensa vocalizando o que foi o encontro: Ronaldo Caiado PFL/GO (presidente CAPADR), Kátia Abreu PFL/GO, Francisco Turra PP/RS, Luiz Carlos Heinze PP/RS, Waldemir Moka PMDB/MS.¹⁸⁸

As reivindicações principais envolviam “renegociação” de dívidas com agentes públicos, recursos públicos para quitar dívidas com agentes privados e mais verbas para os instrumentos de política pública destinada à comercialização da safra agrícola 2004/2005.

Em dívidas atrasadas com bancos oficiais o patronato demandava a prorrogação de R\$ 12,6 bilhões. Também pediam “um reforço de R\$ 4 bilhões na linha de refinanciamento das dívidas com fornecedores privados”, já que no início do mês o FAT destinou R\$ 1 bilhão. Contudo, os recursos do FAT se destinaram apenas a produtores atingidos pela seca, e assim queriam “a extensão do benefício a todos os produtores do país e a operação a todos os bancos”.¹⁸⁹

Com menor ênfase, também reivindicavam R\$ 1 bilhão para política de seguro rural e redução da carga tributária na comercialização dos insumos agrícolas. A “matéria” traz ainda que a bancada ruralista estava sofrendo pressão dos produtores, principalmente os de grãos, e que a CAPADR já tinha “um projeto de lei do que seria a quarta rolagem de débitos desde 1995”. Este projeto seria apresentada publicamente por Caiado em Audiência da Comissão durante o Tratoração.

No contexto da reunião a tensão entre agricultores e empresas de insumos é explicitada na declaração de Ronaldo Caiado, “Essa dívida é fruto da ganância do setor de insumos, que não deixa importar defensivos mais baratos da Argentina e do Paraguai.”¹⁹⁰. Caiado associa as dívidas às empresas fornecedoras de insumos e ao mesmo tempo à relação de comércio internacional do país, especialmente nos marcos do Mercosul.

Na manhã da sexta-feira de 24 de junho, faltando três dias para o início do Tratoração, o presidente da República recebeu em audiência no Palácio do Planalto “um grupo de parlamentares integrantes da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, acompanhados do ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues”. A “matéria” elaborada pela Assessoria de Imprensa do Tratoração, afirma que: O presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu à bancada

¹⁸⁸ “Pressão por “socorro” continua em Brasília”, de Brasília. Valor 22/06/05, p. B14.

¹⁸⁹ “Ruralistas fazem nova ofensiva por crédito e rolagem”. Valor 21/06/05, p.B-14.

¹⁹⁰ “Ruralistas fazem nova ofensiva por crédito e rolagem”. Valor 21/06/05, p.B-14.

ruralista do Congresso Nacional que até segunda-feira vai divulgar uma decisão oficial sobre as reivindicações apresentadas pelo setor produtivo rural.”¹⁹¹

Cabe como primeira observação que o texto tratou como sinônimos dois espaços de representação no Congresso Nacional, supostamente distintos – a Bancada Ruralista e a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados (CAPADR). Essa “mistura” entre uma e outra não parece um descuido jornalístico pontual, mas expressar uma opinião calcada na experiência concreta. Desde 1995 que a Comissão tem como presidente um parlamentar ligado aos interesses *ruralistas*.

Além do mais, como observamos neste capítulo, Ronaldo Caiado na condição de presidente da CAPADR participou de inúmeras reuniões com representantes do Executivo para tratar das reivindicações que culminaram na promoção do Tratoração. Também convocou e promoveu audiências públicas da Comissão para debater a “crise da agropecuária”, colocando na mesma mesa as empresas de insumos, governo e entidades do patronato rural. Essa intensa participação da CAPADR na figura de Caiado e Heinze, continuará ao longo da manifestação em Brasília, com a realização inclusive de mais uma audiência pública da Comissão durante o Tratoração, como se verá mais adiante.

Retomando o encontro com o presidente Lula, a informação é que até segunda-feira dia 27, início da mobilização, o governo emitiria posição sobre as reivindicações. Na reunião coube ao presidente da CAPADR, Caiado, apresentar ao presidente da República “os dados oficiais da crise que abate toda a agropecuária brasileira neste momento”. A impressão é de que Ronaldo Caiado foi o principal porta-voz dos interesses dos *produtores* na reunião.

O parlamentar falou da taxa de juros, das empresas de insumos e do orçamento do Ministério da Agricultura, destaca a assessoria de comunicação do Tratoração,

“O deputado destacou o absurdo das taxas de juros cobradas, a cartelização dos fornecedores de insumos no Brasil, e solicitou que, além de garantir um descontingenciamento das verbas do Ministério da Agricultura, que destine recurso

¹⁹¹ “Lula vai analisar reivindicações dos produtores rurais”. Assessoria de Imprensa do Tratoração, 24/06/05 (<http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6258>).

suplementar para o ministro Roberto Rodrigues implementar os instrumentos para a aquisição de produtos.”¹⁹²

Os ruralistas criticavam a política de juros do governo, defendendo a diminuição das taxas de juros definidas pelo Conselho Monetário Nacional. A fala de Caiado também expressava o conflito de interesses econômicos entre agricultores e empresas de insumos ao denunciar um processo de “cartelização” do setor. E defendia o orçamento do MAPA com o pedido de descontingenciamento e ampliação das verbas.

Segundo o próprio Caiado, foi “cobrado” do presidente Lula uma discussão sobre a “dívida do produtor rural”, “Nós cobramos do presidente uma discussão da dívida do produtor rural, que foi imposta a ele, repassada pelo aumento das tarifas dos bancos e pelo crescimento das tarifas dos preços dos insumos.”¹⁹³

A dívida aqui aparece como uma imposição dos bancos e dos fornecedores de insumos ao agricultor, devido o aumento das tarifas bancárias e dos preços dos insumos agrícolas. Deste modo é possível dizer que há um conflito de interesses onde o Estado é chamado, convocado a “mediar”.

Uma reivindicação apresentada na reunião e que expressa o tipo de “mediação” que se deseja foi o pedido ao governo de criação de um fundo para que o produtor rural possa quitar suas dívidas. Além disso, “reivindicaram ao presidente a liberação de mais R\$ 3 bilhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)”, a se somarem com R\$ 1 bilhão já prometido “para os municípios da região Sul, atingidos pela seca, para que fosse feita a equalização das dívidas dos agricultores”.

A deputada Kátia Abreu (Faet e CAPADR), também participou da reunião com o presidente Lula e reclamou que as promessas de liberação de recursos não vem sendo cumpridas, “Até agora, o ministro Roberto Rodrigues não conseguiu colocar a mão nem em R\$ 400 milhões. Nós não queremos a boa vontade no verbo, queremos a boa vontade na ação.”¹⁹⁴

O ministro Rodrigues é eximido de qualquer culpa ou responsabilidade, demonstrando a afinidade entre as lideranças patronais e o titular da pasta da Agricultura. Como dito anteriormente, é tido como mais um porta-voz dos interesses da classe perante o governo.

¹⁹² “Lula vai analisar reivindicações dos produtores rurais”. Assessoria de Imprensa do Tratoração, 24/06/05 (<http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6258>).

¹⁹³ “Lula vai analisar reivindicações dos produtores rurais”. Assessoria de Imprensa do Tratoração, 24/06/05 (<http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6258>).

¹⁹⁴ Idem.

O Tratoração foi uma manifestação fruto de experiências recentes e antigas de uma classe em movimento. As especificidades das manifestações das bases, dos perfis das lideranças, das dinâmicas de organização acumuladas e das expectativas em cada estado, foi moldando a programação do *espetáculo* em Brasília.

O próprio nome final expressa essa dimensão processual da mobilização. Até a definição pelo nome *Tratoração – o alerta do campo*, a manifestação era denominada de formas diferentes pelas Federações e lideranças: Alerta no Campo, Tratoração – marcha a Brasília, Marcha a Brasília, Alerta da Agricultura.

CAPÍTULO III

Sensibilizar a sociedade e a classe política: O tempo de Brasília

“na verdade, esse Movimento, é a última coisa que possa se fazer.” (Farsul).

“[...] Todo momento de crise você consegue mobilizar. Quando você está num momento de mercado relativamente tranqüilo ou bom ai, por que ele vai fazer o que ele é apaixonado, produzir. Ele vai pra fazenda, ele fica lá, foi o que ele fez a vida toda.”
(Famasul)

Eu acho que são, complementares, a rua faz pressão e a política busca a efetividade.” (Fearroz).

Neste capítulo se pretende analisar o Tratoração com foco na ocupação física e simbólica da Esplanada dos Ministérios pelos agricultores, suas atividades diárias e os discursos de suas lideranças e porta-vozes.

A busca pelo apoio da “opinião pública” estava presente a todo o momento para os organizadores do Tratoração. A CNA contratou uma assessoria de comunicação para divulgar suas posições e sua própria interpretação da mobilização, promoveu coletivas à imprensa, elaborou material impresso para distribuição à população, e organizou uma programação de atividades que tinha em mente uma dimensão de imagem externa a ser construída (ver **programação** em anexo p. 157).

Foram distribuídos durante o Tratoração, pelo menos, três materiais assinados pela CNA: o documento *Tratoração - O Alerta do Campo: As Razões da Crise*, um *Jornal do Tratoração* e um panfleto. O primeiro era chamado pelas lideranças de *cartilha*, e foi o material mais usado na manifestação para divulgar os seus argumentos.

Analisar as atividades ocorridas, os discursos proferidos na forma destes documentos e falas das lideranças, e o comportamento dos manifestantes, será o foco aqui proposto. Também se quer observar, em especial, quais os interesses que se expressaram, como se expressaram, e contra quem se expressaram.

3.1 A última cartada

“[...] a última cartada para minimizar os efeitos da crise na agropecuária brasileira.”¹⁹⁵

O Tratoração era considerado pelos porta-vozes patronais rurais uma última cartada. Acompanhando a metáfora pode-se dizer que a “mesa” era a Esplanada dos Ministérios em Brasília. Os jogadores principais eram os agricultores de grãos do país, a CNA e Federações da Agricultura, a OCB, a Bancada Ruralista, a CAPADR, o Ministro da Agricultura, da Fazenda, o presidente da República, a mídia e a “opinião pública”. Apostando bilhões de reais em prorrogação de dívidas agrícolas e outros bilhões para políticas setoriais.

Porém, mais do que um jogo de cartas, se estava diante da produção deliberada de um espetáculo, ou seja, uma ação social para causar impressão, que privilegia o “efeito de demonstração exercido sobre os outros”, conforme as palavras de Patrick Champagne (1996:199). Homero Pereira, coordenador geral do Tratoração, afirma, “Esperamos que essa demonstração pública e espontânea das bases com o apoio da opinião pública e do congresso sensibilizem o governo para que possamos voltar logo para casa.”¹⁹⁶

Fica explícita a intenção de obter o apoio da opinião pública e dos parlamentares e pressionar o governo federal, objetivo sutilmente chamado de sensibilização. Pereira ressalta que é uma “demonstração das bases” e que o fim da manifestação, com o retorno dos agricultores às suas casas, depende do governo.

Declarações das lideranças, em particular Homero Pereira e Carlos Sperotto, que caracterizam o *movimento* como uma iniciativa das *bases*, aparecem com frequência nas “notícias” do Tratoração no primeiro dia da mobilização.

“Ninguém consegue maquiagem um movimento como este. Você não consegue induzir as pessoas a vir, se eles não estivessem com um problema muito sério. O problema é grave e por isso as pessoas estão aqui.” (Homero Pereira)¹⁹⁷

“Não tem liderança agrícola que em menos de 15 dias detone um movimento com 20 mil produtores rurais que vem a Brasília por conta própria.” (Carlos Sperotto)¹⁹⁸

¹⁹⁵ “TRATORAÇÃO: Produtores rurais apontam ações para evitar o colapso do setor”. 17/06/05 (acessado em: <http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6159>).

¹⁹⁶ “Frases das lideranças”. Assessoria de Imprensa do Tratoração 27/06/05 (acessado em: <http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6331>).

¹⁹⁷ “Tratoração - Início do movimento dos produtores rurais surpreende”. Ascom-Famato, 27/06/05 (acessado em: <http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6306>).

“Eles estão vindo a Brasília de livre e espontânea vontade, por seus próprios meios”
(idem)¹⁹⁹

Uma outra declaração do coordenador geral do Tratoração demonstra a intenção de causar impacto na *opinião pública* e na *mídia nacional*, reforçando a idéia de espetacularização, onde o *tamanho* é algo muito valorizado.

“Só este primeiro dia (domingo) já dá uma idéia do que vai ser esta movimentação. Brasília nunca viu um movimento deste tamanho e deste formato. Nós vamos causar impacto na opinião pública e na mídia nacional.” (Homero Pereira)²⁰⁰

Como vimos na Introdução, o numero de manifestantes é um fator importante na mensuração da força e legitimidade em uma mobilização (CHAMPAGNE 1997). Durante as atividades na Esplanada, Homero repetia constantemente a idéia de que aquela era a maior mobilização que Brasília já tinha visto. Mais adiante se verá o quanto o número de participantes é considerado importante, a ponto de ser objeto de “disputa”. Os detalhes desse ritual reivindicativo é o que pretendemos descrever e analisar a partir de agora.

A ocupação da Esplanada

O dia considerado e preparado como principal foi a quarta-feira, 29 de junho, data de audiência com o presidente Lula. Portanto, as *caravanas* foram chegando ao longo dos dias 26 e 29.

As primeiras *caravanas* a se fazerem presentes em Brasília vieram de Mato Grosso e Goiás, no domingo dia 26 de junho, e se encaminharam para o parque de exposições da Granja do Torto, onde ficaram acampadas até o dia seguinte. A *comitiva* do Mato Grosso ajudou na montagem das tendas de apoio na Esplanada dos Ministérios.²⁰¹

A ocupação espacial da Esplanada se deu com tratores em duas fileiras das avenidas N-1 e S-1 (ver **Mapa 1**, p.85) na Esplanada dos Ministérios, próximas do canteiro central, a partir da

¹⁹⁸“Frases das lideranças”. Assessoria de Imprensa do Tratoração 27/06/05 (acessado em: <http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6331>).

¹⁹⁹ “Três governadores confirmam presença no Tratoração”. Assessoria de Imprensa do Tratoração 27/06/05 (acessado em: <http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6305>).

²⁰⁰ “Tratoração - Início do movimento dos produtores rurais surpreende”. Ascom-Famato, 27/06/05 (acessado em: <http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6306>).

²⁰¹“Tratoração chega a Brasília”. Assessoria de Comunicação do Tratoração 26/06/05 (acessado em: <http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6276>).

Rodoviária até a Avenida das Bandeiras, em frente ao Congresso Nacional. Inicialmente estacionados na Granja do Torto, os tratores se locomoveram para a Esplanada na noite da segunda-feira (27/06). O restante dos tratores, caminhões e caminhonetes, previstos para ficarem no estacionamento do Teatro Nacional, em frente à sede da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), também ocuparam o canteiro central e estacionamento da Catedral.

Além de tratores, implementos agrícolas e caminhões, os manifestantes montaram um acampamento com barracas de camping, lonas e tendas no canteiro central da Esplanada. O acampamento foi organizado em *caravanas* que correspondiam a um município ou região, coordenadas geralmente por um representante de sindicato rural. As caravanas por sua vez eram vinculadas às Federações estaduais. Segundo um jornal de Londrina/PR o número de pessoas acampadas na Esplanada dos Ministérios foi de 5 mil²⁰².

A organização do Tratorado instalou sanitários químicos e pontos de abastecimento de água no primeiro canteiro central, após a Rodoviária. Ali também foram instaladas duas tendas de circo e uma grande bandeira do Brasil. Uma das tendas contava com um palco, arquibancadas laterais e 2000 cadeiras, local de assembléias e debates.

Estava concluída a alteração da paisagem “natural” da Esplanada dos Ministérios, tratores, máquinas, caminhões, caminhonetes, barracas, tendas de circo, carro-de-som e manifestantes compuseram uma importante parte física das expressões simbólicas desejadas.

²⁰²“Agricultores montam acampamento em Brasília”, Bruno P. Manso. Folha de Londrina/PR 29/06/05, 08:18 (acessado em: http://cna.interjornal.com.br/noticia_imprimir.kmf?noticia=3307480).

Mapa 1: Mapa de apoio às caravanas integrantes do Tratoração

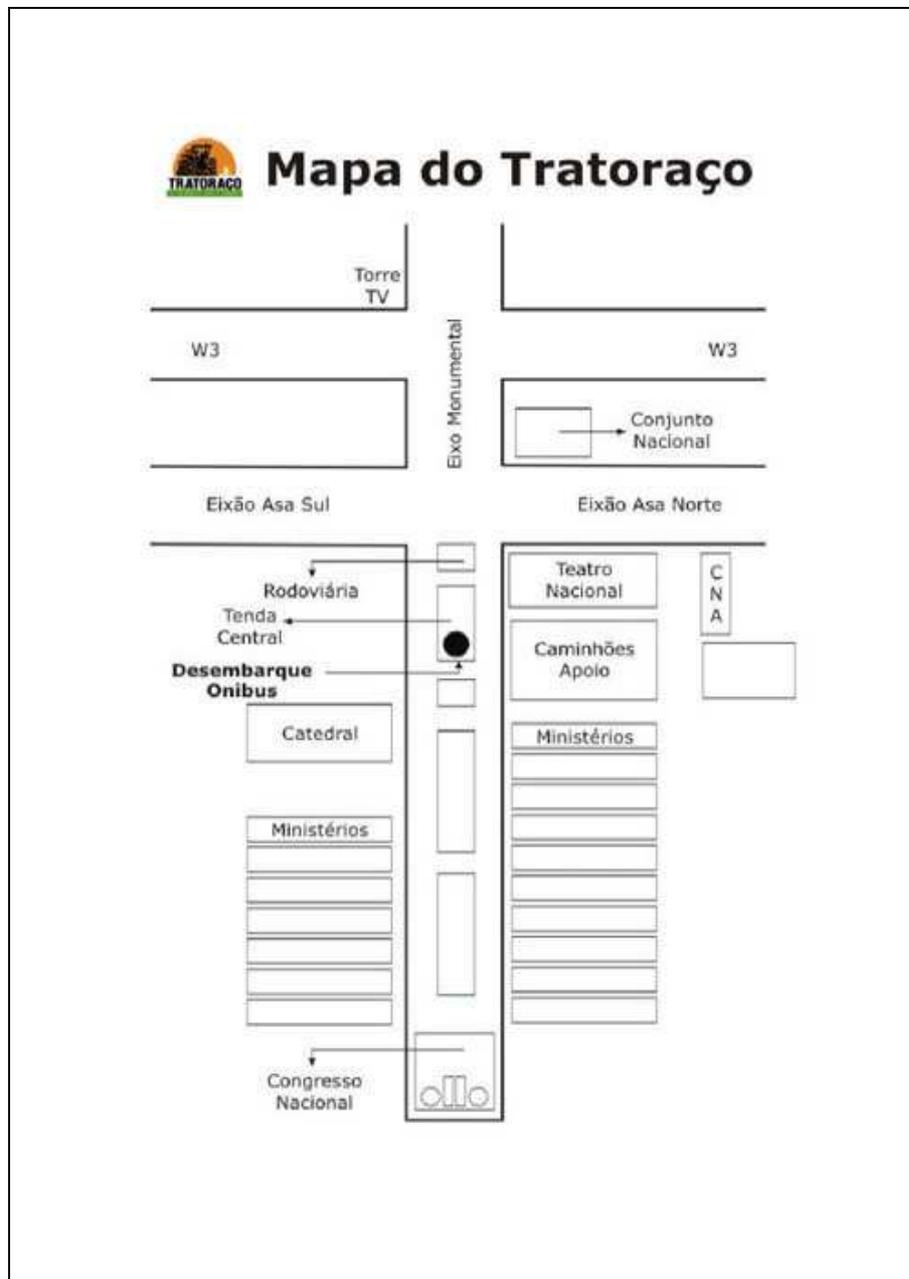


Foto 1: Tenda Central: centro das atividades do acampamento.



Foto: Olavo Carneiro – 27 de junho de 2007

Foto 2 : Tenda Central



Foto: Olavo Carneiro – 27 de junho de 2006

Foto 3 : Acampamento na Esplanada dos Ministérios



Foto Olavo Carneiro – 27 de junho de 2007

A coordenação do Tratoração

Os responsáveis pela coordenação do *Tratoração*, apresentados publicamente²⁰³, foram os presidentes das Federações Estaduais de Agricultura Carlos Rivaci Sperotto (FARSUL-RS), Homero Alves Pereira (FAMATO-MT), Kátia Regina de Abreu (FAET-TO) e Macel Félix Caixeta (FAEG-GO).

Carlos Sperotto é formado em medicina veterinária, natural de Palmeira das Missões, norte do Rio Grande do Sul, e produtor de soja, milho, trigo, sementes de forrageiras e criador de ovinos de carne e bovinos de leite. Antes de assumir a presidência da Farsul em 1997 ocupou por seis anos (dois mandatos) o cargo de diretor-financeiro da entidade. Em 2006 se reelegeu para o quarto mandato consecutivo como presidente da entidade.²⁰⁴

Também preside o Conselho Administrativo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar/RS) e na CNA a Comissão Nacional de Crédito Rural e a Comissão Nacional do

²⁰³ CNA. *Tratoração - O Alerta do Campo - As razões da crise*. 14pp, sd. (Cartilha).

²⁰⁴ Acessado 24.02.09: <http://www.achanoticias.com.br/noticia.kmf?noticia=5715878>.

MERCOSUL. Representante da CNA na Câmara Temática de Financiamento e Seguro do Agronegócio do MAPA. Presidente do Conselho Deliberativo do SEBRAE/RS para a gestão 2007/2008. Membro do GRUPO FARM - Federações das Associações Rurais do Mercosul.²⁰⁵

Homero Pereira, técnico agrícola formado em Presidente Prudente nos anos 1970, iniciou sua atividade profissional em uma cooperativa no interior do Paraná, onde prestava assistência técnica para os agricultores, especialmente nas culturas de soja, trigo, milho, algodão. Foi quando se tornou, inicialmente, arrendatário de 50 hectares em sociedade, cultivando soja e posteriormente trigo e algodão. Ampliou gradativamente a área arrendada até se tornar *grande produtor* e chegou a diretor da cooperativa.

Com 25 anos em 1980 vai para Alto Taquari, Distrito de Alto Araguaia no Mato Grosso, e inicia o cultivo de soja em área adquirida em sociedade, para posteriormente entrar no ramo de produção de sementes. Após 4 anos no Mato Grosso a área de 726 hectares se tornou 3000 hectares de soja e milho. Na seqüência entrou no ramo de armazéns de processamento de grãos. Em 1984, ainda em sociedade, comprou 10.000 hectares para plantar soja no Município de Novo São Joaquim, distante 400 km da área em Alto Araguaia.

No plano político é o momento em que se torna presidente do Sindicato Rural de Alto Araguaia, cargo que ocupa entre 1984 e 1990. Quando “criou” o parque de exposição na cidade, e participou, nessa época, de algumas manifestações, indo a Brasília. Candidatou-se a deputado estadual em 1990, ficando como primeiro suplente. Nesse ano se mudou para Cuiabá e se tornou vice-presidente da Famato, ficando no cargo por doze anos. Nesta condição é que participou de dois *caminhonaços*. Em 2002 se torna presidente da Famato e com a vitória de Blairo Maggi ao governo de Mato Grosso em 2003, assume a Secretaria de Produção.

Homero Pereira foi o principal responsável pela organização da logística da manifestação em Brasília. Nas semanas que antecederam o Tratoração ele permanecia na capital federal nos dias úteis preparando a mobilização a partir da sede da CNA.

Durante o Tratoração o presidente da Famato foi o principal coordenador do acampamento e das atividades da mobilização na Esplanada. Ele conduziu as assembléias, passeatas e atos políticos realizados durante o evento na Esplanada, sendo um “animador”. A exceção foi à passeata no dia 29, como se verá mais adiante.

²⁰⁵ Idem.

Kátia Abreu nasceu em Goiânia/GO e se formou em psicologia. Ficou viúva em 1987 e desde então conduziu os negócios da família no município de Goiás, Aliança do Norte, que passou a se chamar Aliança do Tocantins após a criação do estado do Tocantins em 1989. Pecuarista de corte ganhou projeção entre os produtores ao adotar tecnologias de inseminação artificial, afirma sua biografia. No início da década de 1990 assumiu a presidência do Sindicato Rural de Gurupi (sindicato da região) e em 1995 assumiu a presidência da Federação da Agricultura do Tocantins (Faet), cargo que exerceu até 2005.²⁰⁶

Assumiu pela primeira vez o mandato de deputada federal em 2000 e já no ano seguinte presidiu a Bancada Ruralista (Frente Parlamentar da Agricultura). Reeleita em 2002 com 12,91% dos votos, no ano seguinte assumiu a presidência do PFL Mulher Nacional. No final de 2005 é eleita Vice-presidente de Secretaria da CNA em mais uma chapa de reeleição de Antonio Ernesto de Salvo. Em 2006 foi eleita senadora da República pelo estado do Tocantins, filiada ao Partido dos Democratas (DEM), novo nome do PFL. Em novembro de 2008 é eleita presidente da CNA.²⁰⁷

Kátia Abreu foi a primeira mulher no Brasil a presidir uma Federação de Agricultura, a presidir a Bancada Ruralista, a ser eleita senadora por Goiás/Tocantins e a presidir a CNA.

Além de presidente da Faeg desde 2000, Caixeta presidia na época do Tratoração a Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas. Um dos principais homens da confiança do presidente da CNA era o escolhido para representar a entidade em Audiências Públicas e reuniões quando da impossibilidade do presidente.

Administrador de empresas e natural de Silvânia (GO), Macel Caixeta se torna Pecuarista em 1979 ao herdar 1.175 hectares de terra e 50 cabeças de gado nelore no município de Vianópolis, distante 100 quilômetros de Goiânia²⁰⁸. No ano seguinte ingressa no quadro de associados do Sindicato Rural da cidade.

Contrariando o predomínio da pecuária na região Caixeta inicia em 1991 um empreendimento tido como ousado, o cultivo de trigo irrigado, adquirindo um pivô central para irrigação de quase 600 quilômetros de raio. Com uma produtividade de trigo/hectare entre as mais altas do mundo, ganha uma notoriedade nacional como produtor. Nesse período se especializa em administração pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

²⁰⁶ Acessado em 24/02/09: <http://www.katiaabreu.com.br/>.

²⁰⁷ Idem.

²⁰⁸ Acessado 07/11/09: <http://revistagloborural.globo.com/GloboRural/0,6993,EEC565127-1641,00.html>.

Reconhecido como importante liderança do setor, inclusive nas mobilizações em Brasília como o Caminhonagem-agenda positiva do campo em 1999 e o Tratoração 2006, Maciel Caixeta faleceu em 2008.²⁰⁹

3.2 O argumento da crise da agropecuária

Como vimos ao longo do trabalho, as articulações iniciadas em 2004, que desencadearam no Tratoração, tem como um dos elementos comuns, o argumento de uma *crise da agricultura* (ou *crise da agropecuária* ou *crise do agronegócio*), presente nos discursos e documentos das entidades e lideranças do patronato rural.

O raciocínio de que para entender as reivindicações da mobilização é necessário entender as causas da *crise*, explicitado por uma liderança anteriormente, aparece nas declarações e nos documentos das entidades e lideranças patronais, antes e durante o *Tratoração*.

A cartilha *Tratoração - O Alerta do Campo: As Razões da Crise*²¹⁰ foi distribuída aos manifestantes e à população que transitava na Esplanada, a pé ou de carro, durante os dias da mobilização. Portanto, a principal expressão oficial e pública do Tratoração, durante a sua realização²¹¹.

A *cartilha* da CNA indicava como razões que causaram a crise no campo (ver quadro 4): o aumento de custo de produção; queda dos preços agrícolas; perda da produção por problemas climáticos; ausência de seguro rural; defasagem cambial que reduz o preço recebido; dificuldade de prorrogação dos financiamentos junto aos bancos na negociação caso a caso; falta de instrumentos que possibilitem o alongamento dos prazos de pagamentos das aquisições de defensivos, fertilizantes, máquinas e outros insumos agropecuários junto aos fornecedores privados; deficiência de logística e infra-estrutura para o armazenamento e escoamento da safra; a importação de produtos agrícolas do Mercosul; a proibição dos produtores brasileiros de comprar defensivos mais baratos dos países do Mercosul.

²⁰⁹ Acessado em 24.02.09: <http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=19562>.

²¹⁰ Chamaremos este documento de Cartilha da CNA, Cartilha do Tratoração ou simplesmente Cartilha.

²¹¹ A cartilha era uma publicação oficial da CNA com textos, tabelas e gráficos organizados nas seguintes seções: “Razões da Crise”, “Perda de 18,2 milhões de toneladas”, “Sem Seguro”, “Queda de R\$ 28,6 bilhões no Faturamento Bruto”, “Perda de Renda”, “Preços em Queda e Custos em Alta”, “Relações de Troca”, “Infra-Estrutura Deficiente”, “Defasagem Cambial”, “Conseqüências da Crise”, “Queda do Emprego”, “Objetivos do Tratoração” e “Propostas de Solução”.

Quadro 6: Razões que causaram a atual crise no campo

- 1) o aumento de custo de produção,
- 2) queda dos preços agrícolas,
- 3) perda da produção por problemas climáticos,
- 4) ausência de seguro rural,
- 5) defasagem cambial que reduz o preço recebido,
- 6) dificuldade de prorrogação dos financiamentos junto aos bancos na negociação caso a caso,
- 7) falta de instrumentos que possibilitem o alongamento dos prazos de pagamentos das aquisições de defensivos, fertilizantes, máquinas e outros insumos agropecuários junto aos fornecedores privados,
- 8) deficiência de logística e infra-estrutura para o armazenamento e escoamento da safra,
- 9) a importação de produtos agrícolas do Mercosul,
- 10) a proibição dos produtores brasileiros de comprar defensivos mais baratos dos países do Mercosul.

Fonte: CNA. *Tratoração - O Alerta do Campo: As Razões da Crise*. 2005 (Cartilha), p. 03.

Como se pode notar é bastante diversificada as causas que provocaram a crise no campo, as *razões* dizem respeito à conjuntura internacional, intempéries, políticas agrícolas, política macroeconômica do governo, sistema financeiro, problemas de logística e política e legislação de comércio exterior do país.

Segundo Roberto Rodrigues, houve uma *crise de renda dramática* na agricultura, cujas causas foram: (a) o aumento dos custos de produção; (b) a redução dos preços dos produtos (arroz, milho, trigo, soja e algodão); e (c) a desvalorização do dólar em relação ao real²¹². Problemas climáticos como estiagem na região Sul e Centro-Oeste também compunham as causas da *crise*, para o ministro.

Na argumentação expressa na cartilha, logo em seu início, após pontuar as causas da *crise*, conforme descrito acima, aparece o entendimento sobre a sua “solução”:

“Para resolver a questão, é preciso compatibilizar a redução de receita nessa safra com os vencimentos dos financiamentos junto aos bancos e aos fornecedores de insumos. Esse é o objetivo dos produtores e de suas lideranças, que vêm buscar soluções para enfrentar as dificuldades e evitar novo ciclo de endividamento.”²¹³

²¹² “Acuado, governo volta a ceder a ruralistas”, Humberto Medina. FSP 30/06/05, p. B1.

²¹³ CNA. *Tratoração - O Alerta do Campo: As Razões da Crise*. 2005 (Cartilha), p. 03.

Na discussão da *crise no campo* já aparece com centralidade a questão das dívidas agrícolas, que dizem respeito às dívidas junto aos bancos e fornecedores privados de insumos. A intenção de evitar um *novo ciclo de endividamento* aparece como objetivo dos produtores.

São questões fundamentais para se entender a *crise*, continua a cartilha:

“Quanto os produtores estão perdendo? Por que a receita dessa safra não é suficiente para pagar as contas? Por que é necessário prorrogar os vencimentos dos financiamentos bancários e alongar os prazos de pagamentos junto aos fornecedores de defensivos, fertilizantes, máquinas e outros insumos agropecuários?”²¹⁴

Na suposta resposta a estas perguntas estará “a explicação” da *crise*. Inicialmente é destacada a quebra de safra por problemas climáticos e *problemas climáticos como a seca no Sul e irregularidades de chuvas na região Centro-Oeste*, com perda de 18,2 milhões de toneladas e a projeção de um prejuízo de até R\$ 10 bilhões, estimada pela CONAB.

Alega-se que o problema não seria tão grave caso estivesse em funcionamento o seguro rural conforme a Lei nº 10.823 de 2003, que por *deficiências operacionais e falta de recursos do Governo* não foi colocado em prática. Como não há seguro agrícola, os *produtores* arcam sozinhos com os prejuízos, e *acabam endividados*, alegam os porta-vozes.

Também acrescentam que *além do prejuízo pela perda da produção*, os *produtores* tiveram seu faturamento bruto reduzido em R\$ 28,6 bilhões em relação à safra passada devido a *redução acentuada dos preços de comercialização nessa safra*.

Destacam cinco produtos onde informam o montante da queda do faturamento bruto, assim como os motivos e supostas conseqüências, conforme tabela abaixo.

²¹⁴ CNA. *Tratoração - O Alerta do Campo: As Razões da Crise*. 2005 (Cartilha), p. 03-04.

Tabela 1 Redução do faturamento bruto

| Produtos | Queda do faturamento | % / 28,6 bilhões | Motivos | Conseqüências |
|-----------------|----------------------|------------------|--|---|
| Soja | R\$ 16,1 bilhões | 56,32% | menores preços de comercialização | preços de venda não cobrem o custo de produção |
| Milho | R\$ 3,9 bilhões | 13,63% | preços de comercialização não cobrem as despesas com plantio | produto comercializado com prejuízo |
| Arroz | R\$ 3,1 bilhões | 10,84% | preços baixos e concorrência do arroz do Mercosul | comprometimento da renda dos produtores |
| Pecuária Bovina | R\$ 2,5 bilhões | 8,74% | aumento nos custos de produção e redução nos preços de comercialização | xxxxxxxxx |
| Algodão | R\$ 1,5 bilhões | 5,24% | queda de 35% dos preços médios nacionais | receita será incapaz de quitar os financiamentos de plantio |
| TOTAL | R\$ 27,1 bilhões | 94,75% | xxxxxxxxx | xxxxxxxxx |

Fonte: Cartilha Tratoração - O Alerta do Campo: As Razões da Crise.

A cartilha ainda cita que houve queda de faturamento bruto nas culturas de trigo, mandioca, feijão, frutas e outros produtos, *reduzindo significativamente a capacidade financeira dos produtores*. Nos números da CNA, os cinco produtos representam quase 95% do valor de queda do faturamento. Soja, milho e arroz correspondem a quase 81% do valor da queda de faturamento bruto. A cultura da soja sozinha responde por pouco mais de 56% do montante. Esses dados corroboram a afirmação de que o *Tratoração* foi uma manifestação majoritariamente do setor de grãos.

Com base em projeção feita em parceria com CEPEA/USP, a CNA informava uma queda do PIB da agricultura (sem a pecuária) para 2005 em 10,5%, que significaria uma redução da renda de R\$ 10 bilhões, outra *razão da crise*. Paralelamente indica uma acentuada queda dos preços dos produtos agrícolas em 2005, comparando com o ano anterior, e destaca as culturas de algodão, arroz, trigo, milho e soja. Afirma que os preços de mercado vigentes não cobrem os custos de produção, *causando prejuízo aos produtores rurais*.

Uma piora das relações de troca na agropecuária, uma infra-estrutura deficiente e a defasagem cambial também são fatores indicados como causadores da *crise*. Argumenta-se que a quantidade de produtos necessários para comprar o mesmo volume de adubo ou uma máquina agrícola aumentou; que as deficiências de logística reduzem o preço recebido pelos produtores; e

que a valorização do câmbio levou a prejuízos na comercialização e as dívidas a superarem a receita obtida.

A argumentação em torno da *crise da agricultura* é encerrada com uma abordagem das *conseqüências* da mesma, na qual se afirma que a crise não atinge apenas os *produtores*. Especial atenção é dada para a questão do emprego, “A crise da agropecuária afeta diretamente a geração de empregos no campo, assim como nos setores da economia que fornecem insumos, máquinas e industrializam os produtos.”²¹⁵

Dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) são utilizados: “Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a agropecuária já deixou de contratar, de janeiro a maio, 30,6 mil trabalhadores.”²¹⁶

Pode-se observar que há uma tentativa de legitimação dos produtores e sua mobilização baseada no papel econômico e social das atividades agropecuárias, pois, “a crise da agricultura tem efeito negativo principalmente sobre o PIB nacional; a geração do emprego; os baixos preços dos alimentos; as exportações agropecuárias e a arrecadação tributária”.

Com o início do Tratoração o argumento da *crise* ganha uma nova característica, agora a *crise da agricultura* também é a pior da história. A assessoria de imprensa do Tratoração informa que durante entrevista coletiva à imprensa no dia 27, os representantes da CNA: “[...] defenderam a necessidade do governo federal adotar, com urgência, medidas efetivas e saneadoras, que possam reduzir os problemas causados pela pior crise de todos os tempos.”²¹⁷

O discurso sobre a *pior crise da história da agricultura*, contudo, não se restringiu ao período do Tratoração, pode ser observada, por exemplo, no relatório de atividades da CAPADR referente às suas atividades na 52ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa, de março de 2006.

A realidade de uma “agricultura em crise” foi retratada pela CNA em números cabalísticos, redução no PIB agrícola estimada em 10,5% (ou R\$ 11,8 bilhões em valor bruto da produção em 2005) e perda de 18,2 milhões de toneladas na safra agrícola 2004/2005, com dados de duas instituições públicas - CONAB e IPEA (o instituto divulgou um estudo elaborado com

²¹⁵ “CNA. *Tratoração - O Alerta do Campo: As Razões da Crise*”. 2005 (Cartilha), p. 12.

²¹⁶ *Idem*.

²¹⁷ “Lideranças defendem medidas urgentes para sair da crise. Assessoria de Imprensa do Tratoração”, 27/06/05 (acessado em: <http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6329>).

informações do censo agrícola do IBGE de 1995/1996 e da FGV)²¹⁸. Na imprensa os segmentos mais afetados pela “crise” segundo a própria CNA eram soja, arroz, milho, algodão, trigo, feijão, vinho e gado de corte²¹⁹.

Nessa perspectiva sobre a questão da *crise da agropecuária*, é que a CNA apresenta suas *propostas de solução* (as reivindicações), que serão apresentadas seguir.

3.3 Interesses que unificam e interesses que mobilizam

Nesta seção busca-se refletir sobre as reivindicações dos produtores que geram a sua *disposição de agir*, explorando as declarações de suas lideranças e os documentos públicos das entidades de representação.

A cartilha da CNA explicitava uma pauta de reivindicações dos produtores rurais, chamada de *propostas de solução*. Com isso se tentava construir uma imagem em que os manifestantes e sua entidade de representação eram propositivos e portadores de “soluções”, para um problema que, segundo os agricultores, era de toda a sociedade, como visto na seção anterior.

Importante lembrar que esse grupo social ficou marcado por uma imagem de *caloteiros*, quando assim foram chamados pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (FHC), por ocasião do *Caminhão* em 1995. Assim a imagem de propositivos buscava suplantar essa outra com pesada carga negativa.

As reivindicações do Tratoração foram organizadas na cartilha conforme os seis itens no quadro 5 (p.96), que chamaremos de pontos de pauta. Dentro destes pontos de pauta havia treze demandas, conforme segue abaixo.

Na primeira pauta apresentam a demanda pela “Ampliação da resolução CODEFAT nº. 436 para amparar os produtos com problemas de comercialização”²²⁰, que significava um pedido por mais recursos para pagamento de dívidas dos agricultores, da última safra, com seus fornecedores de insumos.

²¹⁸ “Produtores rurais levam tratores a Brasília para manifestação”, Denise C. Marin. OESP 27/06/05, p. B3

²¹⁹ Idem.

²²⁰ Resolução de 02/06/05 do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador que liberava R\$ 1 bilhão para: “Financiar aquisição de CPRF emitidas por produtores rurais que desenvolvem seus negócios nos municípios objeto de decretação de situação de emergência, em decorrência de seca, reconhecida pelo Governo Federal, e que, em função desta situação, encontram-se em dificuldades de honrarem os títulos emitidos em pagamento de seus fornecedores de insumos da safra 2004/2005” (acesso em 07/07/08 no: <http://www.fiscosoft.com.br/indexsearch.php?PID=131639#>).

Sugerem como fontes complementares os recursos alocados e não aplicados conforme a Lei 11.011, de 20/12/04 (estimados pela CNA em R\$ 1,5 bilhão) e recursos dos Fundos Constitucionais (estimados em R\$ 500 milhões). Afirmam que será *preciso disponibilizar outras fontes* para o atendimento da necessidade total de negociação.

Nas reuniões com o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e com o presidente Lula, na semana anterior ao Tratoração, as lideranças expuseram o pleito por mais R\$ 4 bilhões para estes fins²²¹. Como a “solução” apresentada identifica de onde tirar R\$ 2 bilhões, é preciso outras fontes de recursos, sem sugestão de quais.

A CNA segue o que me parece uma exigência moral-institucional, aparentemente intensificada a partir da década de 1990, em que uma reivindicação por recursos ao Estado precisa estar acompanhada da indicação das fontes dos mesmos. Ou seja, não basta reivindicar, é preciso dizer de onde vem o dinheiro.

Além da questão do montante de verba reivindicada, a demanda também era por acesso irrestrito aos recursos, sem nenhum tipo de critério, como a resolução de 02 de junho impunha, ao definir os recursos para áreas de calamidade em função das chuvas. Um tipo de pleito que contribui para aglutinar mais agricultores à mobilização.

Quadro 7: Pontos de Pauta de reivindicações no Tratoração

| Propostas de Solução |
|--|
| 1- Compras a prazo junto aos fornecedores de insumos e máquinas |
| 2- Financiamentos de custeio e investimento das safras 2003/2004 e 2004/2005 |
| 3- Dívidas do PESA e Securitização, entre outras |
| 4- Seguro rural e orçamento para a agricultura |
| 5- Aumentar a competitividade da agropecuária |
| 6- Plano de safra 2005/2006 |

²²¹ Ver capítulo II, seção 2.3.

O segundo ponto da pauta, Financiamentos de custeio e investimento das safras 2003/2004 e 2004/2005, trás duas demandas:

“Inclusão das dívidas de custeio e investimento dos produtores que tiveram frustração ou dificuldade de comercialização na safra 2003/2004 no elenco das medidas de prorrogação já adotadas para a safra atual. Procura-se com essa medida atender aos produtores com duas safras em dificuldade de produção e comercialização.”

“Criação de instância recursiva com a participação dos órgãos de classe, Ministério da Agricultura e representantes das instituições financeiras para a avaliação das solicitações de prorrogação indeferidas pelos agentes financeiros ou aquelas atendidas parcialmente, sem condições adequadas de pagamento.”

Uma demanda é ampliar os privilégios de prorrogação de dívidas dos *produtores*, permitindo “renegociações” também dos financiamentos da safra anterior (2003/2004), além da safra atual (2004/2005).

A demanda pela criação de mais uma instancia decisória no MAPA, mais um espaço para defender seus interesses dentro do Estado, visa constituir melhores condições políticas para pressionar os agentes financeiros a “renegociarem” as dívidas dos *produtores*. Na verdade trata-se de uma tentativa de alterar a configuração da arena de negociação dos empréstimos entre agricultores e bancos. Nessa nova arena estaria o aparelho de Estado onde a classe possui mais influência - o Ministério da Agricultura.

O terceiro ponto de pauta, que em seu título traz textualmente *Dívidas do PESA e Securitização, entre outras*, também trata de uma demanda por “renegociação”: “Readequação nos contratos de crédito já pactuados do cronograma das prestações de acordo com a capacidade de pagamento dos produtores afetados por problemas climáticos e de comercialização”.

Nessa pauta a conhecida prorrogação de dívidas, que vêm sendo renegociadas desde a década de 1990, vira “readequação nos contratos de crédito já pactuados”. A Securitização foi uma prorrogação de dívidas agrícolas por meio da Lei 9.138/95, após *caminhão* em 1995. Segundo Leite (2007) os contratos acima de R\$ 200 mil correspondiam a 71% do estoque da dívida na época da renegociação.

O PESA (Programa Especial de Saneamento de Ativos), foi uma “renegociação” de dívidas agrícolas em 1999, também após um *caminhão* em Brasília. Segundo Leite (2007) os contratos acima de R\$ 200 mil correspondiam a 98% do total da dívida na época.

Pelo perfil da grande maioria dos contratos prorrogados, acima de R\$ 200 mil, pode-se ver que não se trata de agricultores familiares ou camponeses. O perfil destes agricultores também pode ser percebido pela quantidade de pick-up no acampamento do Tratoração (ver foto 4), tipo de veículo no meio rural comum entre latifundiários e empresários rurais.

Entretanto, esses automóveis não são apenas expressões de poder, mas uma expressão dos muitos simbolismos que perpassam a identidade deste grupo social, enquanto constituintes de uma classe social, como também identificou Ramos (1995:215) ao pesquisar os integrantes da UDR no Rio Grande do Sul.

Foto 4: Acampamento no Tratoração, presença de muitas pickups.

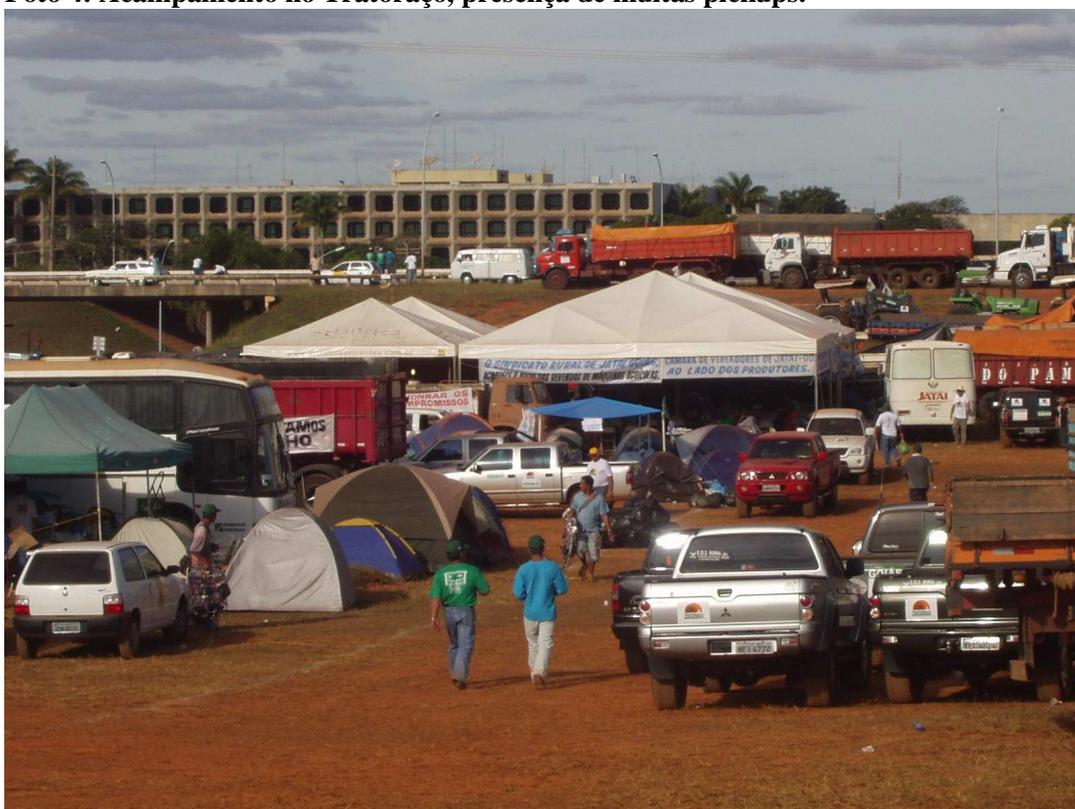


Foto: Olavo Carneiro

O quarto ponto de pauta, *Seguro rural e orçamento para a agricultura*, possui três demandas. A primeira diz respeito a:

Implantação do seguro rural nos moldes da Lei 10.823, de 2003, contemplando todas as culturas e regiões, mediante a modalidade de seguro da renda.;

A segunda demanda se refere a:

Recomposição do orçamento do Ministério da Agricultura, especialmente para os serviços de defesa agropecuária, fiscalização e pesquisa agropecuária.;

E finalmente a terceira demanda, fala da:

Alocação de recursos no orçamento das Operações Oficiais de Crédito (2OC) para atender as políticas da PGPM (Política de Garantia de Preço Mínimo).

Essas demandas podem ser resumidas em: (a) defesa de recursos para o MAPA cumprir funções de interesse dos *produtores*; e (b) reivindicação de políticas agrícolas – seguro rural e Política de Garantia de Preço Mínimo – que passam necessariamente por recursos públicos.

Na seqüência da pauta de reivindicações vem o ponto *Aumentar a competitividade da agropecuária*, com cinco demandas. Duas delas envolvem regulação estatal de relações comerciais internacionais, especialmente no âmbito do Mercosul:

Autorização, por medida provisória ou lei, em caráter de urgência, a importação de agroquímicos genéricos, principalmente aqueles relacionados no acordo do Mercosul.

Proibição das importações predatórias de produtos agrícolas, principalmente do Mercosul.

Outras duas demandas pleiteiam a criação ou ajuste de algumas políticas setoriais:

Autorização para regime de drawback a todos os produtos agropecuários destinados à exportação, mesmo para pessoas físicas que realizam operações com as tradings e cooperativas, mediante a importação de fertilizantes, agroquímicos, outros insumos, máquinas e implementos utilizados na produção agropecuária.

Reajuste do preço de exercício dos contratos de opções.

Por fim, para aumentar a competitividade reivindicava-se a constituição de mais um espaço de representação e negociação dentro do Estado, particularmente no MAPA: “Criação de Câmara Setorial da Competitividade, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), para elaborar planilhas de custos viáveis e compatíveis com a atividade econômica.”

Importante lembrarmos que as Câmaras Setoriais pressupõem a participação de representantes das entidades de classe, patronais e dos trabalhadores, e representantes do Estado.

No caso do MAPA, a participação das entidades do patronato rural é bastante significativa nas suas atuais 24 Câmaras Setoriais e 6 Câmaras Temáticas²²², todas com representantes patronais do campo.²²³

O último ponto de pauta das reivindicações explicitadas na *cartilha* durante o Tratoração demanda a “Implantação da proposta apresentada pelo setor produtivo privado para o Plano Agrícola e Pecuário 2005/2006.”

Na proposta para o Plano Safra 2004/2005, assinada pela maioria das entidades do Conselho Rural Brasil, foram pleiteados R\$ 81 bilhões, e o governo definiu R\$ 40 bilhões.

Reivindicações que mobilizam

A pauta reivindicatória, em grande medida, expressava a unificação dos interesses diferenciados dos segmentos promotores e participantes da manifestação, que passava por diferenças regionais, por produto e pelo perfil das dívidas.

No decorrer do Tratoração, conforme vai se aproximando o momento de negociação com o presidente Lula, algumas declarações definem prioridades de reivindicações de grupos, culturas e estados. Homero Pereira informa sua compreensão do que seriam as reivindicações prioritárias ao dizer o que seria o *básico do básico* para ser atendido:

Os gaúchos não podem sair de Brasília sem elevar o preço mínimo da saca do arroz para pelo menos R\$ 24,50, o Centro-Oeste não pode ficar mais sem ter acesso aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para saldar dívidas vencidas e a vencer com os agentes privados, e em geral, toda agricultura brasileira necessita urgentemente da revisão dos valores do seguro rural para a nova safra e da liberação da importação dos agroquímicos do Mercosul, para reduzir custos das lavouras²²⁴.

Segundo o coordenador geral do Tratoração, os *produtores* do Rio Grande do Sul tinham como prioridade a elevação do preço mínimo da saca do arroz, e os *produtores* da região Centro-Oeste tinham como prioridade acessar recursos do FAT para pagar as suas dívidas com os fornecedores de insumos. Como demandas *básicas* de *toda a agricultura brasileira* foram ressaltadas o Seguro Rural e a importação de agrotóxicos do Mercosul.

²²² <http://www.agricultura.gov.br/>, acessado em 07/06/08.

²²³ Sobre Câmaras Setoriais como espaço de negociação ver Diniz e Boschi (1994).

²²⁴ “Hoje é dia “D” para ruralistas que vão discutir crise com Lula, Mariana Peres”. Diário de Cuiabá 29/06/05 (acessado em: www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=222482).

É importante lembrar que a região Sul já tinha sido atendida pelo governo no início do mês de junho de 2005 com R\$ 1 bilhão para refinanciamento das dívidas de custeio da safra 2004/2005, o que nos parece que permitia aos arroteiros e demais *produtores* da região focar na questão do preço mínimo da saca do arroz.

Já a região Centro-Oeste, especialmente o estado do Mato Grosso – maior produtor nacional de soja – tinha no refinanciamento das dívidas agrícolas da safra 2004/2005 sua demanda principal.

Pode-se deduzir que os arroteiros do Rio Grande do Sul e os sojicultores do Mato Grosso, tinham reivindicações prioritárias distintas. Incorporar essas diferenças construía a unidade necessária para a manifestação.

Perfil das Dívidas

Como visto anteriormente, uma reivindicação foi por recursos públicos para pagamento das dívidas com os agentes privados fornecedores de insumos. Outra pedia a prorrogação das dívidas com os bancos oficiais, das safras 2003/2004 e 2004/2005. E uma terceira reivindicação foi por “renegociação” de dívidas prorrogadas, pela primeira vez, na década de 1990.

Declaração do presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski, há uma semana do Tratoração, explicitava que as dívidas agrícolas objeto de reivindicações por “renegociação” tinham dois perfis no que tange aos credores, as dívidas junto aos agentes públicos (ou bancos oficiais) e aos agentes privados, necessitando de políticas governamentais distintas. Afirmava que no Paraná apenas 30% da produção é financiada com recursos do crédito rural: “O presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski, pondera que a prorrogação do vencimento dos contratos de custeio e investimento contempla apenas o crédito rural, mas a maior parcela do plantio é custeada com recursos de mercado”.²²⁵

A menor participação dos agentes públicos no financiamento das atividades agropecuárias também foi ressaltada por Homero Pereira ao informar que o governo só disponibiliza dinheiro para financiar de 20% a 25% das necessidades dos produtores do Centro-Oeste para cultivo da safra²²⁶.

Essa diferença de perfil também aparece no montante de recursos de cada tipo de dívida, segundo representantes da Bancada Ruralista:

²²⁵ “Ocepar considera apoio insuficiente”. Valor 21/06/05, p. B-14.

²²⁶ “Tratoração espera 15 mil em Brasília, Fabíola Salvador”. OESP 28/06/05, p. B6.

O setor reclama de falta de condições para quitar dívidas contraídas junto a bancos oficiais e a fornecedores privados. Segundo os parlamentares, há um montante não pago estimado em R\$ 12 bilhões. Dívidas consideradas ‘novas’ – não computadas no montante anterior – chegariam a R\$ 6 bilhões.²²⁷

O múltiplo perfil das dívidas a serem renegociadas e a forte pressão contrária a renegociação gerava tensões e mediações nas declarações públicas. Retomando a declaração de Homero Pereira sobre a pauta mínima, ou o *básico do básico* das reivindicações, essa tensão e mediação se explicita: “Como pode-se (sic) ver, nossa pauta mínima nada tem a ver com prorrogações das dívidas, e sim, com soluções para que o prejuízo da safra passada não se avolume sobre a nova”²²⁸.

Nesta declaração o coordenador público do Tratoração qualifica as dívidas da última safra como *prejuízo da safra passada*, e confere ao termo *prorrogações das dívidas* uma exclusividade das *dívidas antigas*, que não estariam na pauta mínima. Com isso ele tentava tirar do centro das reivindicações da manifestação a questão da rolagem de dívidas já renegociadas.

Durante o Tratoração tive oportunidade de conversar com um produtor de soja no Mato Grosso. Ele relatou que o pedido de renegociação das dívidas dizia respeito às dívidas de custeio e investimento da safra agrícola que se encerrava, e às dívidas que vêm sendo roladas desde a década de 1990, também denominadas por ele de *dívidas antigas*.

O que indica, em certa medida, um entendimento comum das lideranças e das bases sobre a diversificação das reivindicações em torno das dívidas. É possível identificar as prioridades dos grupos sociais mobilizados, mas não é possível afirmar que o *produtor* interessado em “crédito estatal” para pagar fornecedores também não tenha dívidas da securitização a “renegociar”. Nem que um beneficiário do PESA não tivesse dívidas da última safra que quisesse prorrogar.

Importa destacar que essa diversificação de reivindicações contribuía para o fortalecimento da mobilização pela capacidade de agregar um maior número de manifestantes, organizações e forças sociais, que se unificavam na pressão junto ao Estado para o atendimento das demandas.

²²⁷ “Fazenda nega mais dinheiro para agricultor, Luciano Pires”. Correio Brasiliense, 22/06/05, p. 15.

²²⁸ “Declaração de Homero Pereira, principal figura pública do Tratoração: “Hoje é dia “D” para ruralistas que vão discutir crise com Lula”, Mariana Peres. Diário de Cuiabá 29/06/05 (acessado em: www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=222482).

3.4 As primeiras iniciativas

Apresentação para a mídia e as críticas dos opositores

A semana do Tratoração inicia com varias reuniões entre lideranças patronais e entre elas e representantes do governo cujo objetivo era a discussão dos “últimos detalhes” e reiterar as dificuldades do setor e o interesse. Uma primeira reunião contou com a participação de presidentes de doze Federações da Agricultura²²⁹ para discutir *os últimos detalhes da manifestação*, na manhã do dia 27 de junho, segunda-feira²³⁰. Além disso, uma reunião com o ministro Rodrigues e outra com o vice-presidente da República, José Alencar, também aconteceram.

À tarde os presidentes das federações de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso, Homero Pereira, de Mato Grosso do Sul, Léo Brito; de Goiás, Macel Caixeta; do Rio Grande do Sul, Carlos Sperotto; da Paraíba, Mário Borba e o presidente da CNA, Antonio Ernesto de Salvo, concederam uma entrevista coletiva à imprensa, na sede da CNA em Brasília.

A CNA destaca que *o setor agropecuário brasileiro enfrenta necessidades financeiras que chegam a cerca de R\$ 8 bilhões*, anunciado por Homero Pereira. A mídia corporativa também destacou uma declaração do presidente da Farsul de que os agricultores, “[...] passam por maus momentos e já contabilizam diferenciais de custos que podem levar ao alto endividamento”. E do Macel Caixeta, “[...] produtores não estão em Brasília para pedir perdão nem prorrogação das dívidas e sim para terem condições de cumprir com as suas responsabilidades”.²³¹

Em comum nos destaques aparece a questão das dívidas agrícolas, inclusive de forma aparentemente contraditória. De um lado números bilionários sobre as *necessidades financeiras* da agropecuária nacional, de outro uma afirmação contundente de que a manifestação não trata de *perdão* ou *prorrogação* das dívidas. No meio um argumento que diz ser o *alto endividamento* uma possibilidade.

Nesse momento, juntamente com os “preparativos iniciais” do Tratoração, ganha maior visibilidade as críticas as reivindicações e a mobilização patronal rural. Enquanto os dirigentes da

²²⁹ São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás, Minas Gerais, Maranhão, Bahia, Tocantins, Santa Catarina, Distrito Federal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

²³⁰ “Tratoração: Produtores Rurais de todo país chegam em Brasília, De Brasília - Eudete Petelinkar. Assessoria de Imprensa Famasul”, 27/06/05 (acessado em: <http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6307>).

²³¹ “Lideranças defendem medidas urgentes para sair da crise. Assessoria de Imprensa do Tratoração”, 27/06/05 (acessado em: <http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6329>).

CNA se concentravam na sede da entidade, um seminário na Câmara dos Deputados promovido pela Via Campesina fazia “uma radiografia da dívida e da relação desigual entre os recursos e subsídios garantidos pelo governo e pelas empresas estatais para o agronegócio e para a agricultura camponesa e reforma agrária.”²³²

Na ocasião o deputado estadual Frei Sérgio Görden (PT-RS) apresentou dados de que as dívidas contraídas pelos grandes produtores no período anterior a 1995 somavam R\$ 26,6 bilhões. Deste montante, R\$ 8 bilhões já estão vencidas e não foram pagas. Em 2004, só de juros, para rolar esta dívida, o governo pagou mais de R\$ 3,38 bilhões.

A reportagem demonstra que a entidade promotora do seminário possui certo grau de conhecimento detalhado da situação de endividamento agrícola de grandes agricultores do país:

Segundo dados da Via Campesina, as dívidas já vencidas totalizam R\$ 8.113.656.680,00, o que corresponde a 29.840 contratos. Considerando que há devedores com vários contratos, a Via Campesina calcula que o número de produtores em débito com o Estado não ultrapasse 20 mil, sendo a média das dívidas vencidas por contrato e por devedor cerca de R\$ 270 mil e R\$ 400 mil, respectivamente. Além da rolagem e subsídios para o refinanciamento, existem R\$ 1.733.372.280,00 em dívidas não renegociadas, sobre os quais não há notícias de inclusão destes devedores na dívida ativa da União (o que impediria a possibilidade de obtenção de novos financiamentos) e de execução por parte do poder judiciário.²³³

Também foi criticada “a desproporção entre a destinação de recursos para os grandes e pequenos produtores”, ao destacar que na safra 2004/2005 foram destinados aos grandes fazendeiros R\$ 39,5 bilhões, 5,6 vezes o montante recebido pelas pequenas propriedades, R\$ 7 bilhões. O anúncio do governo para o Plano Safra 2005/2006 de liberar R\$ 9 bilhões para a agricultura camponesa e R\$ 45 bilhões para os grandes proprietários, engrossam o questionamento.

A crítica a essa *desproporção* se intensifica, na análise apresentada no seminário, ao se afirmar que, segundo dados do IBGE, a pequena propriedade corresponde a 56,8% da atividade agrícola brasileira, enquanto a grande e a média representam, respectivamente, 13,6% e 29,6%. E que os recursos reservados para a Reforma Agrária em todo o país neste ano somam R\$ 3,4

²³² “Movimentos sociais reagem ao “tratoração” do agronegócio, Jonas Valente”. Carta Capital, 28/06/05 (acessado em: <http://agenciartamainor.uol.com.br//agencia.asp?coluna=reportagens&id=3215>).

²³³ “Movimentos sociais reagem ao “tratoração” do agronegócio, Jonas Valente”. Carta Capital, 28/06/05 (acessado em: <http://agenciartamainor.uol.com.br//agencia.asp?coluna=reportagens&id=3215>).

bilhões, enquanto quase o mesmo valor, R\$ 3,38 bilhões está sendo pago somente em juros das dívidas dos grandes proprietários contraídas antes de 1995.

Romário Rosseto do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) recuperou os dados que apresentou durante seminário sobre dívida agrícola realizado na Câmara dos Deputados, em 2003, onde demonstrava que dez grandes grupos econômicos multinacionais obtiveram R\$ 4,3 bilhões do Banco do Brasil, quase o mesmo valor acessado por 1,3 milhão de camponeses (R\$ 4,5 bi). Conclui então que além da *desproporção*, a gestão de recursos voltados à política agrícola é marcada pela concentração e favorecimento ao capital internacional.

Trazendo dados mais recentes, a Via Campesina informou que no ano passado, R\$ 4,6 bilhões do Banco do Brasil financiaram 27 grandes grupos econômicos, dos quais cinco são empresas transnacionais: a Cargill (R\$1,157 mi); ADM (R\$ 662 mi); Bunge (R\$ 604 mi), Souza Cruz (R\$ 300 mi); e Fert. Hering (R\$ 143 mi), totalizando R\$ 2,86 bilhões para corporações estrangeiras.

Outro aspecto explorado pela Via Campesina no seminário foi a questão da inadimplência nos financiamentos do crédito rural. Segundo os seus dados os atrasos de pagamento do Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar (Pronaf) são inferiores a 2% enquanto que a inadimplência nas dívidas renegociadas do agronegócio é superior a 90%, sem detalhar se o percentual é sobre o número de contratos ou o volume de recursos.

Nesta disputa por recursos públicos e prioridades junto ao Estado, há concomitantemente uma disputa em torno dos números da produção agrícola nacional e conseqüentemente do suposto peso econômico da agricultura familiar e do agronegócio na economia do país. Em confronto direto com um dos argumentos mais recorrentes das entidades e lideranças patronais para legitimar as reivindicações do Tratoração pode-se destacar esta declaração:

Com 200 bilhões de reais circulando sem pagar é claro que estes setores vão ter peso na economia, sem falar que eles colocam toda a agricultura, que é majoritariamente sustentada pelos pequenos produtores, na sua conta. (deputado Frei Sérgio Görden).²³⁴

O questionamento busca demonstrar que *o argumento do “peso do agronegócio” é falso, pois a participação dos latifundiários é fabricada a partir de recursos do próprio Estado.*

²³⁴ “Movimentos sociais reagem ao “tratoração” do agronegócio, Jonas Valente”. Carta Capital, 28/06/05 (acessado em: <http://agenciaportal.uol.com.br/agencia.asp?coluna=reportagens&id=3215>).

Os argumentos dos movimentos sociais rurais populares, expressos no seminário no primeiro dia do Tratoração, se respaldam e recorrem a dados sobre a produção agropecuária por tipo de agricultura (familiar x grandes produtores) e volume e destinação do crédito rural e sua taxa de retorno expressa na adimplência.

Segundo a reportagem da Carta Capital, a Via Campesina se posicionou frente às reivindicações do Tratoração defendendo

[...] a troca das dívidas vencidas dos grandes produtores por terra para a Reforma Agrária, a inserção de todos os grandes devedores inadimplentes na dívida ativa da união, a não renegociação e a cobrança na justiça de todas as dívidas vencidas do agronegócio, e o direcionamento de todos os instrumentos de política agrícola para a Reforma Agrária e para os pequenos e médios agricultores.²³⁵

Ou seja, há uma preocupação com a reforma agrária e a democratização da propriedade da terra, e uma penalização dos devedores. Em contraposição ao patronato rural, reivindicava outra política agrícola e agrária para o país, enfatizando que o atendimento às demandas do Tratoração significaria uma contradição por parte do governo,

[...] se o Ministério da Fazenda atender a reivindicação dos fazendeiros, será um incoerência com o discurso da ‘austeridade fiscal’, responsável pelos cortes nas verbas para a reforma agrária, e a demonstração de uma opção clara por um modelo equivocado de política agrícola e projeto nacional.²³⁶

Em comum entre as entidades patronais promotoras do Tratoração e os movimentos organizados na Via Campesina era a identificação do Ministério da Fazenda como a instância estatal central para as políticas agrária e agrícola, portanto a instância a ser prioritariamente pressionada.

O lugar das bases e das lideranças: a rua e os corredores do “poder”

O segundo dia do Tratoração é marcado pelas ações das bases patronais na Esplanada e a ação de lideranças no Congresso. A programação oficial divulgada no período ainda de mobilização dos agricultores nos estados previa um *tratoração*²³⁷ e uma audiência pública conjunta

²³⁵ “Movimentos sociais reagem ao “tratoração” do agronegócio, Jonas Valente”. Carta Capital, 28/06/05 (<http://agenciacartamaior.uol.com.br/agencia.asp?coluna=reportagens&id=3215>).

²³⁶ Idem.

²³⁷ Por *tratoração*, com “t” minúsculo, entende-se o deslocamento de tratores como forma de protesto. Essa é a concepção dos manifestantes.

das Comissões de Agricultura da Câmara e do Senado. Além de algo denominado *Painéis demonstrativos da crise: relações de troca no campo* e *Programação cultural noturna*. A manifestação tinha em sua programação a realização de três *tratorações* na Esplanada.

A utilização de tratores como referência física e simbólica principal em protestos do patronato rural data de pelo menos meados da década de 1980, como informa a biografia do deputado Luiz Carlos Heinze (PP/RS). Ele informa que foi da *Comissão Central que organizou o Tratoração a Porto Alegre*, em 1986²³⁸.

Segundo declaração de Homero Pereira o trator é uma expressão do trabalho do *produtor rural*: “O trator é um instrumento de trabalho dos produtores rurais e é por isso que 12 estados produtores de grãos estão participando do Tratoração - O Alerta do Campo, em Brasília (...)”²³⁹. Ele passou a representar mais um símbolo de poder, *status* e identidade para o patronato rural, especialmente após o processo de *modernização da agricultura*. Ocorrido nos anos 1960/1970, foi um período de muitos incentivos governamentais para aquisição de máquinas e implementos agrícolas, considerados como parte de um ideal de modernidade no campo. Na prática essa política de Estado ocorreu privilegiando os grandes proprietários de terra, grandes empresários rurais e agroindustriais e o capital financeiro (GRAZIANO DA SILVA 1982; DELGADO, 1985; GONÇALVES NETO 1996).

Foi com esse sentimento que os manifestantes foram para Brasília, andar na Esplanada, símbolo do poder político nacional, e ameaçar o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto com uma de suas principais expressões de poder, *status* e identidade – o trator. Um tipo de operação simbólica materializada na máquina.

A programação distribuída no dia 28 detalhava as ações planejadas para toda a mobilização. A primeira atividade seria o almoço na *Área de Apoio* ao meio dia. Em seguida uma panfletagem às 14h no Anexo IV da Câmara, nos gabinetes dos deputados e senadores, mas apenas pelo *GAP - grupo de Articulação Política*. Para as três horas da tarde previa-se um *tratoração* na Esplanada e no mesmo horário uma Audiência Pública²⁴⁰ das Comissões de

²³⁸ Documento produzido em 29/08/2005 11:16:13 (SILEG - Módulo Deputados) (acessado em: <http://www.camara.gov.br>).

²³⁹ “Produtor alertou Governo sobre crise. Assessoria de Imprensa do Tratoração”, 27/06/05 (acessado em: <http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6328>).

²⁴⁰ No relatório de atividades da CAPADR não consta a reunião no Tratoração como uma audiência da Comissão, é classificada como outros eventos.

Agricultura, com transmissão por telão na Tenda Central. Os *Painéis Demonstrativos* estavam previstos para 17h30, e às 19h a *Programação Cultural regional*, na Tenda Central.

Em vez de *tratoração* ocorreu um *apitação*, que consistia em uma passeata onde os participantes tinham apitos e que um trator seguia na frente, em direção ao Congresso Nacional²⁴¹. Tudo indica que a idéia inicial da organização era que as bases fariam um primeiro protesto e depois assistiriam à audiência no telão da tenda central, enquanto as lideranças participavam da audiência no plenário 6 da Câmara dos Deputados.

O que ocorreu foi que o *apitação* foi parar no gramado e no espelho d'água do Congresso Nacional, com onze tratores. Os manifestantes promoveram um ato e queriam entrar para assistir a audiência. Houve impasse com a polícia e parlamentares foram falar com os manifestantes.²⁴²

Três parlamentares membros da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, Aberlardo Lupion (PFL/PR), Luis Carlos Heinze (PP/RS) e Julio Semeghini (PSDB/SP), foram até os manifestantes, fizeram uso da palavra no carro de som e tentaram acalmar os agricultores.²⁴³

Outro deputado que parece ter ido foi Waldemar Moka (PMDB/MS), que segundo a assessoria de imprensa da CNA foi *designado* por Caiado para a “apaziguar os ânimos” dos manifestantes.²⁴⁴

A mobilização inesperada provocou a mudança da Audiência para a tenda central na Esplanada²⁴⁵, onde cabia mais de 2000 pessoas em comparação com a capacidade para 200 do plenário 6. Em seu relatório anual de atividades de 2005, divulgado no final do ano, a CNA atribui à Ronaldo Caiado, presidente da CAPADR, a proposta de mudança de local da audiência²⁴⁶.

²⁴¹ “Produtores rurais realizam apitação na Esplanada dos Ministérios. Assessoria de imprensa do Tratoração”, 28/06/05 (acessado em: <http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6367>).

²⁴² “Presidente da CNA pede calma aos participantes do Tratoração, Plugar Comunicação-Assessoria do Tratoração”. *Jornal do Tratoração*, 29/06/05.

²⁴³ “Parlamentares manifestam apoio aos produtores. Assessoria de Imprensa do Tratoração”, 28/06/05 (acessado em: <http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6374>).

²⁴⁴ “Parlamentares querem tratamento digno para os agricultores. Assessoria de Imprensa do Tratoração”, 28/06/05 (acessado em: <http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6401>).

²⁴⁵ “Presidente da CNA pede calma aos participantes do Tratoração, Plugar Comunicação-Assessoria do Tratoração”. *Jornal do Tratoração*, 29/06/05.

²⁴⁶ CNA - RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2005.

Enquanto a audiência era transferida da Câmara para a tenda central, os manifestantes ainda realizaram mais um protesto na entrada do Ministério da Fazenda, com tentativa frustrada de serem recebidos pelo ministro Antonio Palocci. Por fim caminharam para a tenda central.²⁴⁷

A audiência promovida, conjuntamente, pela CAPADR e Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, teve como tema “Crise na Agropecuária Brasileira: (Endividamento, Seca, Estiagem, Seguro Rural, Defasagem cambial, baixos preços dos produtos agropecuários, Recursos, importação e exportação etc)”. Participaram desta “audiência” os presidentes das duas Comissões, Ronaldo Caiado (PFL/GO) e o senador Sérgio Guerra (PSDB/PE), e vários parlamentares ruralistas²⁴⁸.

A audiência teve como centro das discussões a prorrogação das dívidas agrícolas, com uma apresentação de Ronaldo Caiado sobre o projeto de lei 5507/2005, “que propõe repactuação e alongamento de dívidas originárias de operações de crédito rural, com o objetivo de extinguir a inadimplência do setor e, em consequência execuções judiciais, dar condições ao produtor para adquirir novos financiamentos”²⁴⁹. A apresentação de Caiado trata de prazos para pagamento, taxas de juros, bônus por adimplência, descontos para liquidação antecipada e períodos de carência para dívidas rurais²⁵⁰.

Nesse segundo dia da mobilização representantes da CNA se reuniram com Roberto Rodrigues, panfletaram nos gabinetes dos parlamentares, realizaram protestos na frente do Congresso Nacional e do Ministério da Fazenda e participaram de “audiência pública” das Comissões de Agricultura da Câmara e do Senado.

Entretanto isso se deu com um aumento das tensões internas entre lideranças e base. Na “audiência”, que só terminou a noite, o presidente da CNA, Antonio Ernesto de Salvo, declarou:

“Eu peço a vocês que mantenham a postura de firmeza, de não se acomodar, de não aceitar migalhas, de não aceitar trocos da sociedade civil. Mas peço, encarecidamente,

²⁴⁷ “Parlamentares manifestam apoio aos produtores”. Assessoria de Imprensa do Tratoração, 28/06/05 (acessado em: <http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6374>).

²⁴⁸ Os deputados Aberlardo Lupion (PFL/PR), Luis Carlos Heinze (PP/RS), Kátia Abreu (PFL/TO) Julio Semeghini (PSDB/SP), Waldemar Moka (PMDB/MS), e os senadores Osmar Dias (PDT/PR) e Arthur Vigílio (PSDB/AM), entre outros.

²⁴⁹ Relatório de Atividades da CAPADR 52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa, 29/06/06 (acessado em: www2.camara.gov.br).

²⁵⁰ O deputado trata de dívidas fruto de renegociações anteriores como a Securitização na Lei 10437/2002, PESA, Pesinha, Recoop, Funcafé. Também aborda condições de renegociação de dívidas oriundas do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer), Fundos Constitucionais do Norte e do Centro-Oeste, Cédula de Produto Rural (CPR).

que isso seja feito dentro da lei e da ordem [...] Temos que dar à Nação brasileira uma idéia de que somos capazes de produzir, de pleitear, de criticar, dentro da lei.”²⁵¹

A retórica de Salvo enfatiza repetidamente a idéia de respeito às leis e à ordem.

Parece que os acontecimentos inesperados do dia provocaram uma necessidade de incorporar ou intensificar esses elementos nas falas de lideranças e porta-vozes, como nesta fala de um membro da bancada ruralista durante audiência: “Vamos protestar pacificamente e sair daqui com tranqüilidade, demonstrando claramente que só queremos crédito para continuar gerando condições de ajudar o país a crescer” (deputado federal Waldemar Moka).²⁵²

Evocar a condição de movimento ordeiro e pacífico se torna constante nas falas de lideranças durante as atividades a partir de então, como se verá mais adiante.

3.5 O grande dia

O terceiro dia do Tratoração, 29 de junho, era o principal dia da manifestação, pois haveria audiência com o presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, e se esperava daí os primeiros resultados da pressão exercida. Nessa perspectiva algumas “caravanas” se organizaram para participar apenas neste dia, especialmente agricultores de Goiás e do Distrito Federal, pela proximidade geográfica.

A programação de atividades ilustra como o dia 29 foi concebido pela organização do Tratoração como o ápice da manifestação. Pela manhã estavam previstos inúmeras atividades: “Culto Ecumênico” na tenda central, “Manifesto das Produtoras” na tenda central e “Panfletagem das Produtoras” no semáforo S1, “Pronunciamentos de lideranças” na tenda central, “tratoração” na Esplanada, “Passeata até o Palácio do Planalto” pela Esplanada, “Audiência com o presidente da República” no Palácio do Planalto, “Ato público” no Congresso Nacional, “Panelão gaúcho” na tenda central (almoço). No período da tarde estava programado: “Pronunciamento de lideranças” na tenda central e “Despedida das caravanas de ônibus”.

Essa programação contou com um trio elétrico contratado pela CNA e mais dois carros de som, um de grande porte com uma faixa dizendo *Sindicato dos Caminhoneiros* e outro menor.

²⁵¹ Presidente da CNA pede calma aos produtores rurais que participam do Tratoração. Assessoria de Imprensa do Tratoração, 28/06/05 (acessado em: <http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6406>).

²⁵² Parlamentares querem tratamento digno para os agricultores. Assessoria de Imprensa do Tratoração, 28/06/05 (acessado em: <http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6401>).

Um “locutor” do carro de som maior em dado momento anunciou que o carro era um apoio do governador Roriz [Joaquim Roriz, governador do DF pelo PMDB] ao movimento, através da Emater, que “apóia as cooperativas”.

Essa programação sofreu significativas mudanças, especialmente na parte da tarde.

Manifesto e Panfletagem das Produtoras

O Manifesto e Panfletagem das Produtoras aconteciam ao mesmo. Enquanto aproximadamente vinte (20) mulheres (jovens e senhoras) distribuía rosas brancas com um exemplar da cartilha do Tratoração no sinal da Esplanada em frente à Catedral, outras proferiam discursos em cima do trio elétrico, para um público unisex²⁵³.

Entre as falas, destaco duas em especial. Primeiro o discurso de Roseli do Mato Grosso do Sul, *produtora* e presidente da ONG Recovê *que atua na promoção da convivência pacífica entre os produtores rurais e índios*.²⁵⁴

Em tom extremamente agressivo, elitista e desqualificador ela atacava o presidente da República, “Nosso boné não é para andar na cabeça de irresponsável, e sim na cabeça de quem produz... Ou ele vira estadista ou sai daquele lugar [presidência] [...] Nem para gari serve esse homem [Lula] [...]”.

A referencia ao *boné na cabeça* fazia relação com o fato de que há pouco mais de um mês, o presidente Lula simbolicamente colocou o boné do MST por ocasião da marcha protagonizada por aquele movimento. O gesto, segundo a representante patronal, o torna um irresponsável e, em oposição a *quem produz*, classificação comum entre o patronato para se auto definir e para desqualificar os trabalhadores sem-terra.²⁵⁵

A fala de Roseli explicita um preconceito com a escolaridade de Luiz Inácio, os poucos anos de estudo formal significa incompetência e incapacidade. A visão do trabalhador como incapaz é um traço constante na maior parte das classes dominantes no campo, visão exacerbada no Tratoração.

Kátia Abreu foi a última a falar no *Manifesto das Produtoras*, e a primeira no *Pronunciamento de Lideranças*. Não deixa de ser sugestivo, sobre as relações de gênero no

²⁵³ Durante pesquisa de campo em Brasília pela pesquisa *Grupos de Solidariedade*, um informante ligado à CNA disse que foi uma “luta” para que Ronaldo Caiado não falasse.

²⁵⁴ Questões indígenas ganham palco no tratoração, Eudete Petelinkar e Mirela Ramos Assessoria de Imprensa Famasul. Time Comunicação 30/06/05 07:22:54 (acessado em: www.famasul.com.br).

²⁵⁵ Na ocasião do gesto do presidente a grande mídia comercial veiculou significativas matérias com ataques de conteúdo semelhante.

interior da representação política do patronato rural, os nomes das atividades, onde se separa as mulheres da condição de lideranças.

Talvez por ser Kátia Abreu uma liderança, ela tenha sido escolhida para falar por último em uma atividade e também ser a primeira da atividade seguinte. Também é sugestivo que ela em sua fala comece por menosprezar diferença de gênero, “[...] não importa a calça ou a saia que se usa, mas a disposição de luta (...) as mulheres ali presentes não estavam como outros fazem para ir na frente com crianças porque a polícia não bate [...]”

Interessante que a alusão à participação feminina no Tratoração é acompanhada de comparação com esta participação nas ações dos opositores, em especial às ocupações de terra e manifestações promovidos pelo MST, acusando-os de usar mulheres e crianças como “proteção”.

Kátia Abreu destacou sua condição de única mulher na Bancada Ruralista e única mulher a presidir uma federação estadual, para afirmar uma não diferenciação de gênero. Trata a sua condição de exceção, que indica o pouco espaço real feminino na representação patronal rural, para desprezar uma diferença de possibilidades de participação devido o gênero.

Na parte final de seu discurso Kátia Abreu criticou o que classifica de cartel dos defensivos e fertilizantes, a MP 232 (*que aumenta impostos*), e a importação do arroz do Mercosul. Pareceu fazer uma verdadeira transição para o *Pronunciamento das Lideranças*.

Pronunciamento das Lideranças

Esta atividade da programação ocorreu imediatamente após o ato das *produtoras*, com falas de parlamentares e governadores. Paralelamente ocorria doação de sangue atrás do trio elétrico onde os discursos eram proferidos.

Fizeram uso da palavra três governadores²⁵⁶, o secretário de agricultura do RS, sete deputados federais²⁵⁷, um deputado estadual²⁵⁸ e foram anunciadas outras autoridades²⁵⁹. Foi o momento de mostrar prestígio e apoio político, e isso significava apoio da sociedade política.

²⁵⁶ do Mato Grosso (Blairo Maggi/PPS), Goiás (Marconi Perillo/PMDB) e da Bahia (Paulo Sotó/PFL).

²⁵⁷ Murilo Zauith/PFL-MS, Aberlardo Lupion/PFL-PR, Ronaldo Caiado/PFL-GO, Luis Carlos Heinze/PP-RS, Leonardo Moura Vilela/PMDB-GO, Waldemir Moka/PMDB-MS, Julio Semeghini/PSDB-SP.

²⁵⁸ Deputado estadual Jerônimo Goergen PP/RS.

²⁵⁹ Presenças anunciadas: Deputado Estadual Humberto Bosaipo (PFL/MT), vice-governador de Minas Gerais (governador Aécio Neves/PSDB) e Deputado Estadual Padre Ferreira (PSDB/GO). Como se pode ver, a única mulher a falar foi Kátia Abreu.

Na maioria dos discursos havia uma grande preocupação com a “disciplina” dos manifestantes, vide o ocorrido no dia anterior quando o *apitaço* saiu do controle da organização do Tratoração (ver seção 3.4):

“Somos capazes de reivindicar e fazer política.”

“Não vamos nos comparar aqueles cabeças vermelhas que vieram aqui e quebraram vidros do Congresso.”

Nesse contexto de tensão em relação às bases e um “medo” de que os manifestantes se descontrolassem, um inimigo (MST) é evocado como referência do que não se devia fazer.

O MST também é lembrado para diferenciar positivamente o Tratoração e para a crítica ao governo federal: “Nosso movimento não tem governos bancando, com rapazes e moças pagos para fazer turismo.” [...] “Stédile foi processado e é recebido aqui.” [...] “Esse governo que dá dinheiro para aqueles de boné vermelho para invadir nossas propriedades”²⁶⁰.

As falas também buscam realçar a diferenciação sobre o papel de cada classe social para o desenvolvimento do país, onde a afirmação de si é a negação do outro, “São os bonés e bandeiras verdes que produzem. [...] “Aqui está o Brasil que produz, gera emprego, paga impostos, responsável pelo crescimento.”

Cabe observar que dificilmente citavam o nome dos opositores, os nominavam por adjetivos de conotação pejorativa, para o patronato, como *cabeças vermelhas*, *bonés vermelhos*. Acompanha esta nomenclatura alusões a condição de improdutivos e dependentes do governo.

Sob outra perspectiva, mas ainda buscando apaziguar os “ânimos” dos manifestantes, algumas falas ressaltavam que o principal papel dos agricultores foi ir até Brasília, apoiando e sustentando os que “de fato” conquistam as reivindicações, os parlamentares. Um deputado de bastante prestígio assim falou, “Deixem a luta para nós deputados [...] Nós vamos trazer as soluções.”. Corroborando, diz um governador: “o grande instrumento dos produtores são esses deputados que podem trancar a pauta.”

²⁶⁰ Estava em andamento no Congresso Nacional os trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, mais conhecida como CPMI da Terra. Proposta e hegemônica pela bancada ruralista, tinha como objetivo *realizar um amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (...), assim como os movimentos de proprietários de terra (...)*. Mais detalhes ver Reforma Agrária Quando? CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil, deputado João Alfredo Telles Melo (org.), Brasília 2006.

Outro deputado anuncia a ação da Bancada Ruralista com recorte partidário, “O PFL vai buscar mais aliados e pedir obstrução até ter medidas concretas.”

Estas falas demonstravam as formas de articulação entre a ação dos agricultores através da manifestação de rua e a ação da Bancada Ruralista no fazer valer de seus interesses junto ao Estado.

Foto 5: Pronunciamento das Lideranças



Foto: Olavo Carneiro – 29/06/05

As falas, entretanto, traziam outros elementos além da preocupação em manter o “controle” das *bases* e a diferenciação com opositores. Explicitaram as tensões desse patronato rural com outros grupos dominantes, como os banqueiros e as multinacionais fornecedores de insumos.

“Esse governo só sabe alimentar banqueiro”.²⁶¹

²⁶¹ Fala do mesmo parlamentar que acusou o governo de financiar as ocupações de terra dos de *boné vermelho*.

“Essa dívida não é do produtor, foi imposta pela ganância dos bancos e do cartel de insumos”.

“Ontem banqueiros em SP, após reunião com Palocci, elogiaram a política econômica” (governador).

“60% dos agricultores e pecuaristas não têm acesso aos empréstimos [oficiais] [...], [os agricultores] são explorados pelas CPR’s, pelas multinacionais”.

“Banqueiros e grandes empresários dizem que a economia vai bem, só o que vai bem é o sistema financeiro”.

Distante quase um ano e meio das eleições para presidente, governador, deputados estadual e federal e para senador, que ocorreriam em outubro de 2006, várias falas exaltavam a sua importância: “Ano que vem será o nosso ano. [...] Ano que vem vamos fazer a maior mobilização cívica desse país, vamos tirar esse pessoal do planalto.”

E não faltaram discursos de valorização da agricultura e da mobilização:

“Esse movimento não é apenas dos agricultores, mas sim de quem pensa o futuro do país” (governador).

“Mais forte que meu discurso, é vocês na Esplanada”.

No seu conjunto as falas exaltavam o papel da agricultura para a economia do país, e conclamavam por uma *união da classe* nas eleições de 2006. Valorizavam a importância da participação dos *produtores* na manifestação, mas defendiam que cabia aos deputados conduzir a pressão e negociação.

A construção da identidade de classe se fazia na oposição dos *produtores rurais* às ocupações e ações dos *bonés vermelhos*, leia-se MST, e também na tensão entre produtores e aqueles por eles considerados “exploradores”, os bancos e as multinacionais fornecedoras de insumos.

No bojo destas duas relações conflituosas, uma em torno da defesa do monopólio da propriedade da terra e a outra em torno da apropriação dos lucros das atividades produtivas primárias, é que aparece o antagonismo ao presidente Lula e seu partido, o PT. O governo federal é visto como financiador das lutas por terra e privilegiador dos interesses dos bancos e multinacionais.

A passeata

Na programação se previa a realização de um *tratoração* e em seguida uma passeata concomitante à realização da audiência com o presidente da República e o ministro da Agricultura. Após o *Pronunciamento das Lideranças* os manifestantes se dirigiram para os tratores estacionados ao lado dos canteiros centrais e ligaram as máquinas. Com o passar de meia hora se soube que não haveria mais *tratoração*, apenas a passeata.

Neste período fiquei em cima de um trator esperando o início do *tratoração* como outras pessoas e iniciei conversa com um senhor ao lado. Era um produtor de soja, algodão e milho no município de Nova Maringá (MT), que saiu do sul do país para viver no Centro-Oeste. Perguntei se ele achava que Lula daria o que queriam, no que me respondeu não saber, pois era muito difícil governar o país e considerava que Lula não estava preparado.

Sua fala não tinha o teor agressivo contra o presidente da República, como nos discursos no trio elétrico, parecia até possuir simpatia em relação ao mesmo, destoando do sentimento e postura da grande maioria dos manifestantes. Contudo, demonstrava uma descrença na capacidade de governar do presidente.

A passeata foi organizada de maneira que na frente, “puxando” a passeata, estavam dez tratores²⁶², simbolizando a presença dos tratores em Brasília e seu encontro, ou confronto, ao Palácio do Planalto. Depois dos tratores havia um aglomerado só com mulheres carregando rosas brancas, como se fossem a expressão das *produtoras rurais*, presentes na manifestação. (ver foto 6)

Na seqüência vinham milhares de manifestantes, alguns carregando placas confeccionadas pela organização do *Tratoração*. Essas placas continham o título *Pragas da Agropecuária*, no rodapé a suposta praga e no centro um desenho que tivesse relação com a queixa denominada de praga (ver desenho abaixo). As *pragas da agropecuária* retratadas nas placas eram cinco: custos elevados, importações predatórias, juros de mercado, falta de infraestrutura e falta de seguro agrícola. As placas também estavam penduradas no trio elétrico.

²⁶² Segundo a assessoria de comunicação foram doze tratores, com flores e faixas. (“Caminhada abre segundo dia do *Tratoração*”. Assessoria de Imprensa do *Tratoração* 29/06/05 (acessado em: <http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6446>)).

Foto 6: Tratores e mulheres “puxando” a passeata até o Palácio do Planalto



Foto: Olavo Carneiro – 29/06/05



Fonte: www.cna.org.br

No meio da passeata ficou o trio elétrico usado durante as atividades da manhã, com dirigentes da CNA observando e um narrador de rodeio do Mato Grosso do Sul, que animava a caminhada citando os estados presentes, lendo as faixas expostas, falando das reivindicações e repetindo várias vezes que a mobilização era a primeira daquele tipo e a maior que Brasília já tinha visto (ver foto 7, abaixo). Depois do trio elétrico havia mais alguns milhares de manifestantes, entre cortados por um carro de som de porte médio e outro pequeno.

A passeata seguiu do Eixo Monumental, na altura da Catedral, até o Palácio do Planalto, onde acontecia a audiência com o presidente Lula e o ministro da Agricultura. Ao chegarem se depararam com alambrados e policiais para impedir qualquer aproximação com a porta de entrada da sede do Poder Executivo federal. Permaneceram protestando por alguns minutos, segurando bandeiras do Brasil, estendendo faixas e gritando palavras de ordem como *Lula Fora!* (foto 8, abaixo).

Foto 7: Trio elétrico com dirigentes do sistema CNA e narrador de rodeio



Foto: Olavo Carneiro – 29/06/05

Pode-se dizer que os tratores, os bonés verdes (que trazem também a logomarca da CNA) e a bandeira do Brasil eram símbolos muito presentes e conscientemente levados para a manifestação. Os tratores expressavam um ideal de força e riqueza, os bonés verdes eram significados como expressão do grupo social que produz em oposição ao vermelho, cor de sangue, dos bonés e bandeiras dos sem-terra incapazes e violentos. A bandeira do Brasil como expressão de um grupo comprometido com o desenvolvimento nacional com o seu trabalho.

Foto 8: Protesto na frente do Palácio do Planalto



Foto: Olavo Carneiro - 29/06/05

Panelão Gaúcho

O almoço na Esplanada no dia 29, após passeata e ato público no Palácio do Planalto, foi mais um, entre outros, momento de sociabilidade e de construção de identidade coletiva. Uma primeira indicação de sua singular importância, é que diferente dos almoços dos outros dias, este recebeu um nome próprio e o *status* de parte da programação – o *Panelão Gaúcho*.

Foto 9: Panelão Gaucho



Foto: Olavo Carneiro

O *panelão* consiste em uma pequena construção de 5 metros de diâmetro e um metro de altura, que simula uma panela com o intuito de preparar o chamado arroz de carreteiro ou apenas carreteiro. Esse prato do cardápio brasileiro é feito basicamente de arroz e uma carne de segunda, o que o torna prático e barato, principalmente quando se trata de um grande número de pessoas.

O *panelão* no Tratoração foi pensado e planejado pela organização da manifestação no início da decisão da programação, pois, como bem disse o presidente da Comissão Nacional de Grãos da CNA e vice-presidente da Farsul, Francisco Shardong, é usado em todas as grandes manifestações de agricultores²⁶³. Além de possibilitar uma refeição mais econômica, tornou aquele almoço um momento de intercâmbio cultural, e fortaleceu política e simbolicamente os arroteiros gaúchos.

²⁶³“Tratoração terá almoço especial na Esplanada dos Ministérios”. Imprensa CNA, 21/06/05 - 04:55 (acessado em: http://www.farsul.org.br/pg_informes.php?id_noticia=10229).

Como disse o dirigente da Farsul, o *panelão* era muito comum nas grandes manifestações, contudo, talvez pela logística demandada, não seja utilizado em mobilizações “menores”. Nesses casos o carreteiro parece ser mantido como “refeição”, mas preparado sem a mesma pompa.

Para se ter idéia de como o *panelão* e o carreteiro constituem uma prática social intrínseca destes grupos sociais, em 2005, antes do *Tratoração*, os agricultores gaúchos já tinham promovido o *panelão* em duas mobilizações em Porto Alegre, o *SOS Rural* no 31 de maio e durante o *Caldeirão do Mercosul* no final de janeiro.

Quando da saída da caravana do Rio Grande do Sul, da cidade de Passo Fundo, houve um almoço coletivo a base de *carreteiro*. Isso se repetiu ao longo da viagem das caravanas do Sul à Brasília, por exemplo, em Campo Mourão/PR, participaram 2000 pessoas²⁶⁴. Geralmente, antes ou depois de carreatas nas cidades, para chamar a atenção e angariar apoio da população, assim como motivar a adesão de mais *produtores*. O lugar preferencial para esses almoços eram os Parques de Exposição ou nos Centro de Tradições Gaúchas (CTG). Almoçar o carreteiro era mais do que uma simples refeição, constituía quase uma tradição.

No *Tratoração* promover o *panelão gaúcho*, era uma forma de manter os manifestantes próximos, como informou Vitor Alberto Simão, integrante da comissão central do *Tratoração*: “Caso a coordenação do *Tratoração* decida promover qualquer ato, os manifestantes estarão sempre juntos”²⁶⁵

O objetivo de manter os agricultores juntos e prontos para qualquer ato realmente foi alcançado, a coordenação só não esperava o que viria acontecer após a interrupção da reunião com o presidente da República, como se verá adiante.

Audiência com o presidente da República

A audiência no Palácio do Planalto com o presidente Lula e o ministro da Agricultura, contou com a presença de governadores, bancada ruralista e lideranças patronais rurais²⁶⁶.

²⁶⁴“Gaúchos passam pelo Paraná e engrossam movimento rumo a Brasília”, FAEP. Assessoria de Comunicação Social, 27/06/05 (acessado em: <http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6309>).

²⁶⁵“Tratoração terá almoço especial na Esplanada dos Ministérios”. Imprensa CNA, 21/06/05 - 04:55 (http://www.farsul.org.br/pg_informes.php?id_noticia=10229).

²⁶⁶“Agricultores terão crédito de R\$ 3 bi do BNDES”, Eliana Oliveira. O Globo 30/06/05, p. 27.

Primeiro o presidente se reuniu com ministros, depois com governadores – entre eles Blairo Maggi do Mato Grosso, para então receber os representantes das entidades patronais²⁶⁷.

Entre as lideranças das entidades presentes no encontro estavam o presidente da CNA, Antonio de Salvo, e o presidente da OCB, Márcio Freitas. Presente na manifestação, o presidente da UDR, Luiz Antonio Nabhan, ficou excluído das negociações com o presidente Lula: “Nabhan foi barrado nos dois encontros que Lula teve com as lideranças dos produtores rurais. Ele tentou articular sua participação, mas ficou fora das negociações.”²⁶⁸. Nas atividades programadas e realizadas no acampamento do Tratoração Nabhan não foi uma figura a ser notada, o que sinaliza para um isolamento da UDR e seu representante.

Na audiência ficou acordada a liberação de R\$ 4 bilhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para o pagamento dos credores privados a juros de 8,75% ao ano; e autorização pelo governo federal para que os produtores possam importar agroquímicos para reduzir os custos de produção, conforme divulgado pela CNA.²⁶⁹

O governo também se disse disposto a subvencionar 1/3 do prêmio do seguro rural e, concordou com a criação de um fundo de catástrofe que teria R\$ 62 milhões para a próxima safra, chegando a R\$ 200 milhões em três anos. Acenou com a possibilidade de liberar as garantias oferecidas pelos produtores por ocasião do Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa) e da securitização para que eles possam acessar os recursos do novo plano agrícola e pecuário.²⁷⁰

Entretanto, o endividamento da atual safra (2004/2005) e a definição do preço de comercialização do arroz, ficou sem definição²⁷¹, até que o encontro foi interrompido pelo presidente às 13h e remarcado para recomeçar às dezoito horas²⁷².

Coube a Homero Pereira informar aos agricultores a situação das negociações, quando também pediu um voto de confiança aos companheiros e conclamou a todos que fizessem uma

²⁶⁷ “Presidentes de Federações de Agricultura aguardam para serem recebidos pelo Presidente Lula”, Gislaíne Balbinot. Casa Rural (Famasul, Senar e Funar)/ Time Comunicação, 29/06/05 - 13:28:46 (www.famasul.com.br).

²⁶⁸ “Barrada, UDR reclama da ausência de questões políticas”, B.P.M.. OESP 30/06/05, p. B4. A matéria não informa quem barrou a UDR.

²⁶⁹ “Palácio suspende audiência e marca novo encontro para o final da tarde”. Assessoria de Imprensa do Tratoração, 29/06/05 (acessado em: <http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6439>).

²⁷⁰ “Produtores fazem balanço positivo do Tratoração”. Assessoria de Imprensa do Tratoração, 29/06/05 (acessado em: <http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6464>).

²⁷¹ “Palácio suspende audiência e marca novo encontro para o final da tarde”. Assessoria de Imprensa do Tratoração, 29/06/05 (acessado em: <http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6439>).

²⁷² “Insatisfeitos com resultado de audiência produtores rurais bloqueiam avenidas da esplanada”, De Brasília - Eudete Petelinlar. Time Comunicação 29/06/05 - 16:17:57 (acessado em: www.famasul.com.br).

vigília na tenda central até que os pontos da agenda proposta fossem atendidos²⁷³. Mas uma nova tensão entre as lideranças e as *bases* se instalou a partir de então.

Radicalização

Por volta das 14h a manifestação parece começar a sair do controle da CNA: “Até às 14h movimento estava organizado, quando alguns atos isolados causaram pequenos tumultos. Carros de autoridades chegaram a ser apedrejados numa das vias de acesso à Esplanada dos Ministérios”.²⁷⁴

À revelia da coordenação da CNA, manifestantes insatisfeitos com a interrupção da reunião com o presidente da República, fecham uma das vias da Esplanada dos Ministérios.

Revoltados com a falta de uma posição do governo, os produtores começam a interromper o tráfego, com bloqueios nas principais avenidas. Um oficial da Polícia Militar orienta o pessoal a ter cautela mas (sic) reconhece que a manifestação é legítima e por isso diz que não vai impedir.²⁷⁵

O presidente da Famasul, Leôncio Brito, tenta demover da iniciativa os agricultores mais exaltados, mas sem sucesso:

Léo Brito, está nesse momento tentando contornar a situação e pedindo paciência aos produtores, visto que no fim da tarde a coordenação do movimento, voltará a negociar com o presidente e ministro da agricultura. Para Brito, para quem esperou até agora, não custa ter um pouco mais de paciência.²⁷⁶

Por volta das quatro horas da tarde, cerca de dois mil participantes estavam na tenda central assistindo ao jogo da seleção brasileira de futebol, quando agricultores, alguns com camisas da associação dos arroseiros de Bagé/RS, convocaram a todos a fazer um *tratoração* até o Congresso Nacional. “Estamos todos jogando aqui nossas vidas, não podemos voltar para casa casas de mãos vazias, não dá para ficar esperando, temos que fazer alguma coisa.”, diziam.

²⁷³ “Palácio suspende audiência e marca novo encontro para o final da tarde”. Assessoria de Imprensa do Tratoração, 29/06/05 (acessado em: <http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6439>).

²⁷⁴ “‘Tratoração’ vira protesto na frente do Congresso”, Fernando Itokazu. FSP 30/06/05, p. B1.

²⁷⁵ “Insatisfeitos com resultado de audiência produtores rurais bloqueiam avenidas da esplanada”, De Brasília - Eudete Petelinlar. Time Comunicação 29/06/05 - 16:17:57 (acessado em: www.famasul.com.br).

²⁷⁶ “Insatisfeitos com resultado de audiência produtores rurais bloqueiam avenidas da esplanada”, De Brasília - Eudete Petelinlar. Time Comunicação 29/06/05 - 16:17:57 (acessado em: www.famasul.com.br).

Várias pessoas se dirigiram andando e tratores²⁷⁷ foram conduzidos até a beira do espelho d'água do Congresso Nacional. Alguns dirigentes da CNA tentaram demover os manifestantes da iniciativa de modo que retornassem à tenda central e se fizesse a vigília proposta pela coordenação do Tratoração. Conseguiram convencer alguns, mas a grande maioria não só permaneceu como entrou no espelho d'água, repetindo o que já tinha ocorrido no dia anterior.

Um grupo de parlamentares foi ao encontro dos manifestantes pela rampa do Congresso. O grupo era formado pelos senadores Heloísa Helena (PSOL-AL), Eduardo Suplicy (PT-SP), Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Jonas Pinheiro (PFL-MT), e o deputado federal Babá (PSOL-PA)²⁷⁸. Três parlamentares eram da esquerda partidária e sem histórico de relação de representação com estes grupos sociais. O senador Guerra era o presidente da Comissão de Agricultura do Senado e ligado aos interesses patronais, e Jonas Pinheiro um político de longa trajetória no Mato Grosso e de defesa dos interesses ruralista. A “conversa” não surtiu efeito, permanecendo tratores e agricultores na frente do Congresso Nacional, enquanto a mídia corporativa da CNA divulgava as conquistas do movimento.²⁷⁹

Alegando a radicalização do movimento o presidente Lula cancela reunião marcada para as 18h e não mais participa diretamente das negociações. O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e o líder do governo no Senado, Aloísio Mercadante, se tornam os interlocutores do governo federal para as negociações. Mercadante declara a negociação ainda ser possível:

Sempre há espaço para buscar uma solução. Há uma crise no setor agrícola e o Estado precisa intervir no sentido de preservar a renda agrícola e continuar impulsionando a agricultura, que tem tido um desempenho extraordinário no Brasil batendo todos os recordes de produção, saldo comercial e geração de empregos. (Aloísio Mercadante)²⁸⁰

O senador também identifica os “entraves” das negociações: “Há somente dois pontos pendentes: o preço do arroz e o problema da prorrogação das dívidas”. (Aloísio Mercadante)²⁸¹.

²⁷⁷Segundo um jornal eram 50 tratores (“Lula se irrita com ‘Brasília sitiada’”, Tânia Monteiro. OESP 30/06/05, p. B4).

²⁷⁸“Tratoração” vira protesto na frente do Congresso, Fernando Itokazu. FSP 30/06/05, p. B1.

²⁷⁹“Produtores fazem balanço positivo do Tratoração”. Assessoria de Imprensa do Tratoração, 29/06/05 (acessado em: <http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6464>).

²⁸⁰“Reunião no Ministério da Agricultura deve concluir negociações do Tratoração”. Assessoria de Imprensa do Tratoração, 29/06/05 (acessado em: <http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6466>).

²⁸¹Idem.

Os ministros Palocci e Rodrigues, o senador Mercadante e lideranças rurais se reuniram à noite e marcaram novo encontro para o dia seguinte às 10h²⁸².

Da pauta das dívidas o governo atendeu parcialmente a que pedia verbas para quitarem seus empréstimos com os fornecedores de insumos. A “renegociação” das dívidas da última safra e as do PESA e securitização não avançou. O impasse permaneceu também para o preço do arroz, onde os manifestantes *exigiam* R\$ 25,00 e o governo acenou com R\$ 23,00.

Segundo a grande imprensa, o ponto mais polêmico das reivindicações dos *produtores rurais* era a renegociação das dívidas²⁸³. O governo no máximo aceitava criar um grupo de trabalho para estudar a situação,

O governo aceitou apenas criar um grupo de trabalho para avaliar a negociação das dívidas que vencem em 2005, para produtores que estavam em dia com pagamentos até 31 de dezembro de 2004. Rodrigues estima que esses débitos cheguem a R\$ 300 milhões.²⁸⁴

Com as promessas de: (1) R\$ 3 bilhões do FAT para quitarem as dívidas com os fornecedores de insumos, somados ao R\$ 1 bilhão aprovado no início de junho; (2) liberação da importação de produtos químicos pelos agricultores; (3) o governo arcar com 1/3 do prêmio do seguro rural e criação de um fundo de catástrofe que teria R\$ 62 milhões para a próxima safra, chegando a R\$ 200 milhões em três anos; (4) diminuição da carga tributária dos agrotóxicos; (5) estudar a possibilidade de liberar as garantias oferecidas pelos produtores por ocasião do Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa) e da securitização; a coordenação do Tratorado se prepara para o encerramento da manifestação.

Além das tensões internas oriundas das reivindicações não atendidas, havia uma insatisfação de parte da *base* pela não realização dos *tratorados* programados, e uma insatisfação em alguns estados com a radicalização, que terminou na madrugada com tratores dentro do espelho d’água do Congresso Nacional²⁸⁵, manifestantes presos e um trator desaparecido. Esse é o “clima” no acampamento em 30 de junho.

²⁸² “Lula se irrita com ‘Brasília sitiada’”, Tânia Monteiro. OESP 30/06/05, p. B4.

²⁸³ Idem.

²⁸⁴ “Tratorado rende R\$ 3 bilhões ao campo”, Fabíola Salvador. OESP 30/06/05, p. B4.

²⁸⁵ Segundo um informante a certa altura da noite, um manifestante ao tentar manobrar o trator para retonar aos arredores da tenda central, errou a marcha e foi parar dentro do espelho d’água. Outros considerando uma ação deliberada resolveram fazer o mesmo.

Fora de Brasília

Além da mobilização na Esplanada na quarta-feira do dia 29, é digno de nota que também ocorreu manifestação fora da capital federal, como por exemplo, na cidade de Santo Ângelo no Rio Grande do Sul, em que *produtores* estacionaram tratores e caminhões na rodovia RS-344 e distribuíram panfletos: “Uma das reclamações dos agricultores da região é quanto à concorrência do trigo gaúcho com o argentino e uruguaio. Os produtores reivindicam também condições para pagar dívidas com empresas privadas.”²⁸⁶

De certo modo, era mais uma demonstração da centralidade da audiência com o presidente Lula, e da dimensão da mobilização.

Como se pode ver no informativo da Farsul, o estado gaúcho também tinha interesses envolvendo dívidas agrícolas, além de sua demanda em relação à importação de produtos agropecuários do Mercosul, aspecto normalmente secundarizado nas falas das lideranças.

3.6 Começar um movimento é fácil, difícil é terminar

Retomando o controle

O dia 30 de junho exigiu das lideranças manter uma capacidade de pressão ao governo federal, pois ainda teriam negociações com Palocci e Mercadante, e exigiu um esforço para retomar as rédeas do acampamento. A retomada do “controle” das *bases* era um imperativo para continuar pressionando o governo, evitar maiores problemas para a imagem pública do *setor* e para diminuir as tensões internas às caravanas dos estados.

Durante assembléia iniciada as 10h na tenda central, com a presença de 2500 a 3000 manifestantes, o coordenador geral do Tratoração, Homero Pereira, informou que desde as seis horas da manhã dirigentes da CNA percorriam as caravanas para *explicar* os ganhos do dia anterior, pois havia um entendimento de que a reunião com o presidente não teve resultados.

Para além das avaliações reais das lideranças sobre a audiência, se tornou obrigatório construir uma interpretação que permitisse “acalmar” os agricultores mobilizados e que possibilitasse encerrar a manifestação com um sentimento de vitória, importante para legitimar as entidades e lideranças promotoras da ação perante as *bases* e para manter o instrumento da

²⁸⁶“Produtores do interior gaúcho fazem tratoração”. Farsul, 29/06/05 (<http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6474>).

manifestação de rua como uma medida eficaz e passível de ser novamente utilizada, que para tal necessita da disposição dos agricultores.

A condução da assembléia foi feita pelo próprio Homero Pereira, pelo presidente da Famasul, Leôncio Brito e pelo presidente do Instituto Riograndense do Arroz (IRGA), Pery Sperotto Coelho. Homero inicia a assembléia enfatizando que o último dia teria um carro de som único, pois no dia anterior foram cometidos erros. Com isso ele está se referindo basicamente ao carro de som não contratado pela CNA e onde se proferiam discursos por diversos manifestantes, inclusive de críticas à CNA. Talvez sejam estes agricultores os *infiltrados* na mobilização, outra explicação dada para a radicalização.

É informada a presença de Ronaldo Caiado na tenda, que ele faria um repasse sobre a situação das negociações, e que depois iria com outras lideranças para a reunião com o ministro Palocci. O presidente da CAPADR ao pegar o microfone foi aplaudido com entusiasmo. Sua fala destaca a necessidade da prorrogação das dívidas agrícolas, que seu projeto de lei regulamenta essas prorrogações, e que a bancada ruralista pedira urgências urgentíssima para o projeto. Também critica os bancos e as taxas de juros e diz que as multinacionais e as indústrias terão que assinar o compromisso de arcar com os 5% de juros nos empréstimos que o governo prometeu liberar com recursos do FAT. Orienta para que os *produtores* levem aos bancos suas dívidas para negociar com os gerentes, e que não deixem de enviar informações das negociações para a Comissão de Agricultura, por ele presidida, para acompanhamento. Por fim promete voltar para informar o resultado da reunião com o ministro Palocci.

Na seqüência também falou o deputado Luiz Carlos Heinze, vice-presidente da CAPADR. Seu discurso começou com críticas ao governo federal:

“Este governo é oposição à produção”,

“Quando o MST ocupou o Ministério da Fazenda, sentaram na cadeira do Palocci, levaram R\$500 milhões, e não produzem nada”,

“Rosseto conseguiu para a sua turma, os pequenos, R\$600milhoes para o seguro para o pessoal da seca, Para os produtores comerciais foi cortado pelo Palocci”.

A crítica explicita um descontentamento em relação a um suposto privilegiamento por parte do ministro da Fazenda ao MST e ao MDA. Talvez tenha sido a única fala durante o

Tratoração que tenha identificado como opositores os pequenos produtores, estes representados pela figura do ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto.

O parlamentar também demonstrou preocupação com a organização dos *produtores* nas entidades, assim como Homero Pereira, e com a importância da pressão e articulação com parlamentares:

“Não vamos fazer vigília todo ano, mas atuar no sindicato e pressionar os parlamentares é importante”;

“É preciso vocês nos municípios, juntos com o sindicato, cooperativas, associações comerciais para pressionar as indústrias”;

“A CNA e federações estão fazendo sua parte ao cobrar, pressionar, vocês precisam fazer a sua parte. Usem os vereadores, prefeitos, entidades para pressionar o banco. Se organizem na base”.

A tensão entre os agricultores e as multinacionais também ganharam destaque na fala de Heinze: “Vêm todo momento na nossa propriedade vender semente, insumos, agora quando precisamos não temos parceiros.”. Na seqüência do discurso, relata que: “[...] em reunião da Abag chamaram a gente de chorões, caloteiros, que tem renda e não querem pagar.”

No plano da representação política a Associação Brasileira de Agribusiness (Abag) apareceu como a entidade representante das multinacionais. Em mais uma explicitação de tensões o parlamentar traz a acusação aos agricultores mobilizados como *caloteiros*. Termina abordando as eleições de 2006, conclamando o voto de classe: “Fui eleito pelos produtores, independente de Partido, elejam seus representantes, os trabalhadores elegeram um presidente.”

Evoca o antigo discurso do interesse e representação parlamentar acima dos partidos políticos, onde os *produtores* devem eleger seus próprios representantes, em oposição aos *trabalhadores* que, por exemplo, elegeram o presidente Lula, identificado como seu representante: “Não esqueçam que ano que vem tem eleição, temos que tirar esses caras do poder, se os trabalhadores fizeram isso, nós que temos 40% da força de trabalho também podemos.”

O voto de classe é acompanhado ao sentimento de oposição ao governo Lula, expresso também nos discursos nos atos ocorridos nos dias do Tratoração, assim como nas faixas estendidas.

Há na afirmação uma visão que remete ao voto de cabresto típico do coronelismo²⁸⁷, ou seja, os trabalhadores da agricultura patronal devem expressar eleitoralmente as escolhas dos grandes proprietários de terras e empresários rurais.

A preocupação com as eleições do ano seguinte e com o controle do voto dos *peões* de suas propriedades foi objeto de conversa entre dois manifestantes ao meu lado. Um agricultor indagou ao outro - *Como conscientizar os peões a não votar na reeleição?*. Outro responde que a sua preocupação é com as favelas e as cestas básicas.

Foto 10 : Assembléia na tenda central



Foto: Olavo Carneiro 30/06/05

O coordenador do Tratoração retoma a coordenação da assembléia e desenvolve uma fala em que diz que a pauta é extensa e que não vão conseguir tudo, por isso que o sindicato é importante, e que quem não está satisfeito deve mudar o sindicato a federação, mas não pode atuar só quando aperta.

²⁸⁷ Ver, especialmente, Vitor Nunes Leal (1975).

Sua retórica inicia a preparação das *bases* para as reivindicações que não seriam atendidas, mas que ainda sim se justificaria o término da mobilização em função das *conquistas*. Ao mesmo tempo aproveita para “chamar” os agricultores para maior participação no sindicalismo patronal e cobrar um tipo de participação só conjuntural.

Na seqüência do convite para que um representante de cada estado subisse ao palco para ajudar na organização das atividades do dia, volta a falar da radicalização – *Ontem, no final da noite aconteceram episódios que não são do feitio do produtor rural*. E busca responsabilizar o presidente Lula pelos acontecimentos - *Se a presidência da república tivesse apresentado soluções nada teria acontecido*.

Mas era notório e tão sério o sentimento de perda de controle que Homero era obrigado a falar justamente o contrário - *Não perdemos o controle, mas (...)*. E trouxe a questão dos tratores rebocados e gente presa para dizer - *Nós não podemos ir para o confronto, transgredir, pois nós temos a razão*. Demonstrando preocupação com o restante do dia, enfatiza - *Não pode ser igual à ontem, para não mostrar fraqueza*.

Já pensando no ato que seria realizado, Homero enfatiza a necessidade de todos saírem juntos, pois o número de manifestantes será menor, mas não deixa de repetir que o Tratoração foi a maior passeata que o Distrito Federal já viu. Antes de iniciar os preparativos para aquele que seria o último ato público da mobilização, o coordenador geral parece endurecer com os mais exaltados - *Quem veio achando que ia resolver tudo, veio enganado*. E contraditoriamente com o discurso da importância do sindicato e da participação, enfatiza a ação dentro da sua própria propriedade - *Resolver principalmente dentro da propriedade*.

Tentando criar um “clima” de participação das *bases* nas decisões, talvez pelas críticas às entidades feitas no ensejo da própria radicalização, Homero convida voluntários que *gostam de escrever*, para a elaboração de uma *carta do Tratoração*.

O presidente do IRGA, Pery Coelho²⁸⁸, então assumiu a condução da assembléia reforçando que *o movimento deve ser feito com as com as federações e a Confederação*. Aparentemente também com o intuito de constituir uma área de participação das *bases*, pergunta em tom de animação de auditório se os agricultores querem “levar” o trio elétrico para o Congresso Nacional durante o ato ser realizado ou deixar nos arredores da tenda central. Pareceu-

²⁸⁸ É bom lembrar que a radicalização foi protagonizada principalmente pelos arroteiros gaúchos. Pery Coelho em 2007 era o presidente da Caixa Econômica Federal do RS.

me uma pergunta retórica visando aumentar a legitimidade da coordenação da manifestação. Todos foram favoráveis ao trio elétrico. Em seguida promove uma votação entre a realização de uma *passeata* ou um *tratoração* na Esplanada dos Ministérios. Os quase 3000 manifestantes presentes levantam as mãos de forma massiva pela segunda opção.

A CNA, como principal responsável pela mobilização, parece ter adiado a realização de um *tratoração* na Esplanada até onde foi possível. Com a radicalização sua legitimidade ficou ameaçada, tanto perante as *bases*, quanto para “fora”. É nesse contexto que a assembléia se realiza e que a coordenação da mobilização se vê obrigada a fazer um *tratoração*.

A assembléia tinha, em boa medida, o desafio de recuperar pelo menos parte da legitimidade abalada. Deste modo é que a decisão sobre o último ato parece ter sido pensada com cuidado, expresso nas falas de Homero Pereira e Petri, que entre outras coisas, apontavam para a opção pela *passeata*. Mas a decisão precisava ser das *bases*, para não correr o risco de um maior questionamento à entidade e suas lideranças.

No contexto de ameaça e perda de legitimidade e “controle” da coordenação do *Tratoração* perante alguns segmentos de manifestantes é que se pode entender, em parte, a presença permanente nas falas de lideranças e porta-vozes durante as atividades na Esplanada, da comparação da manifestação e seus participantes com os *sem-terra* e suas iniciativas, especialmente a *Marcha pela Reforma Agrária* e seu “confronto” com a polícia no mês anterior.

Essa leitura é reforçada se tomarmos a “disciplina” como justificada e até mesmo fundamentada na luta, “basta invocar a luta real ou potencial, e até mesmo reavivá-la de modo mais ou menos artificial, para restaurar a legitimidade da disciplina” (BOURDIEU 1989:200).

Um tratoração da CNA para recuperar legitimidade

O último ato de protesto do *Tratoração* levou em torno de uma hora para começar, pois além de organizar a disposição dos tratores, os dirigentes precisaram convencer delegações de agricultores de alguns estados a participarem. Grupos de Goiás e Mato Grosso do Sul se mostraram indignados com a radicalização e foram taxativos - *A manifestação acabou, estamos envergonhados*. Também reclamavam da comunicação - *sem-terra usavam rádio e da CNA não funciona*.

Um *tratoração* na Esplanada em fim acontecia, apesar de um tanto confuso, pois iniciava enquanto ainda havia dirigente convencendo delegação de participar. Os tratores desfilaram em fila dupla fazendo uma volta na Esplanada dos Ministérios, na frente ia o trio elétrico com alguns poucos dirigentes em cima e sob a coordenação de Homero Pereira, coordenador geral do Tratoração.

Durante todo o trajeto Homero Pereira foi a único a fazer discurso. Repetiu várias vezes ser aquele um movimento ordeiro e pacífico, como que para convencer a si próprios, além de projetar uma imagem externa. Na medida em que avistava o prédio de um Ministério sua fala a ele se referia diretamente ou abordava um tema afim.

Homero elogiou a atuação do ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, apesar de ter um orçamento *pífio* para o MAPA, insinuando que isso se dava por ele não ser um ministro do PT. E na seqüência fez críticas ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, questionando elementos da política econômica executada e o *baixo* orçamento da Agricultura: “Palocci insensível, só pensa em superávit, ajuste fiscal, juros, dá apenas 0,18% do orçamento para o MAPA.”

Também faz críticas ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), quando em frente ao último, identificados como promotores de conflitos no campo: “MMA e MDA que querem conflito entre pequenos e grandes, entre com e sem terra.”

Homero Pereira coloca em foco as eleições de 2006, ao afirmar mais de uma vez - *Vamos tirar esse governo*. Ao mesmo tempo em que elogia o vice-presidente da República, José Alencar, pelas suas críticas aos juros altos.

Na frente do MMA diz que defendem o meio ambiente, que o cultivo de soja contribui no combate ao aquecimento global. Apresenta os *produtores* como defensores da Amazônia e que ela tem que produzir para o povo.

O *tratoração* termina com a afirmação em torno da insensibilidade da equipe econômica do governo, com quem um grupo de lideranças negociava naquele instante, e que os *produtores* continuarão organizados e mobilizados. Todos são convidados a aguardar o resultado da negociação na tenda central²⁸⁹.

²⁸⁹ Até as 15h ainda não havia nenhuma notícia na tenda central sobre as últimas negociações com o ministro da Fazenda, quando tive que ir embora para o aeroporto.

Um traço comum à grande maioria dos *produtores* reunidos no Tratoração era um forte sentimento anti-Partido dos Trabalhadores e anti-Lula, este percebido como um representante dos trabalhadores de modo geral, dos sem-terra, dos peões e dos favelados, conforme as falas das lideranças e manifestantes de base.

A CNA e um primeiro “balanço” do Tratoração

Como visto acima, desde a quarta-feira dia 29/06, dirigentes da CNA, em especial Homero Pereira, principal coordenador do acampamento e atividades de rua do Tratoração, anunciam avaliações do *movimento* em Brasília. No dia 30/06 a manifestação é dada oficialmente como encerrada pela coordenação.

No dia seguinte são divulgados pela mídia corporativa da CNA os resultados das negociações com o governo e as avaliações da manifestação, nos documentos *As demandas do Tratoração*²⁹⁰ e *Tratoração: Lideranças rurais têm avaliação positiva, mas esperam novos avanços*²⁹¹.

Sobre as negociações o documento “As demandas do Tratoração”, traz pontualmente o que foi reivindicado com o respectivo resultado da negociação. Destaca que

“Após várias rodadas de negociação com a participação da CNA, Federações Estaduais da Agricultura, OCB, Senadores, Deputados e Sindicatos rurais, foram obtidos os seguintes compromissos, no dia 29 de junho de 2005, em audiência com o Presidente da República.”

Pode-se ver que a representação dos interesses envolvidos no Tratoração foi realizada pelas entidades patronais, especialmente CNA e OCB, e por senadores e deputados, corroborando a interpretação da atuação conjunta e complementar entre as entidades de representação e a bancada ruralista.

O trecho reforça a audiência com o presidente da República como o momento definidor das negociações entre *produtores* e governo federal, apesar das reuniões ocorridas posteriormente com o ministro da Fazenda, o líder do governo no Senado e o ministro da Agricultura.

O documento lista como reivindicações atendidas:

²⁹⁰ As demandas do Tratoração, CNA. 01/07/05 (acessado em: <http://www.cna.org.br/cna/publicacao/noticia.wsp?tmp.noticia=6495>).

²⁹¹ Tratoração: Lideranças rurais têm avaliação positiva, mas esperam novos avanços. CNA, 01/07/05 (acessado em: <http://www.cna.org.br/cna/publicacao/noticia.wsp?tmp.noticia=6490>).

(1) *R\$ 3 bilhões do FAT/BNDES, que serão utilizados para pagamento de dívidas com os agentes privados fornecedores de insumos e máquinas agrícolas;*

(2) *Reavaliar os bens e títulos oferecidos como garantias das dívidas da securitização, do Pesa e outros, assim os produtores poderão adquirir novos empréstimos. Um grupo de trabalho com a participação da CNA seria instituído para estabelecer os critérios e implementar a medida;*

(3) *Alocar volume de recurso suficiente para subvenção de 1/3 do prêmio do seguro rural e criação do Fundo de Catástrofe;*

(4) *Modificar a Lei de registro de agroquímicos para possibilitar a importação direta pelos produtores de agroquímicos genéricos do Mercosul em atendimento à decisão do painel de arbitragem do Mercosul, alegam que isso gerará uma enorme diminuição dos custos de produção;*

(5) *Autorizar o regime de drawback para todos os produtos agropecuários destinados à exportação, mesmo para pessoas físicas que realizam operações com tradings e cooperativas, mediante a importação de fertilizantes, agroquímicos, outros insumos, máquinas e implementos utilizados na produção agropecuária;*

(6) *Suspensão das execuções judiciais das dívidas renegociadas por 30 dias, até que se ache uma solução para o endividamento.*

São indicados no documento como parcialmente atendidos: (1) *Renegociação de dívidas antigas ou Readequar nos contratos de crédito, Securitização, PESA, Recoop, Fundos Constitucionais e outros, o cronograma das prestações de acordo com a capacidade de pagamento para os produtores que foram afetados pela seca e problemas de comercialização. Considerada uma reivindicação atendida com restrição por limitar a renegociação à produtores adimplentes até 31/12/2004, ou em outras palavras, vedar aos inadimplentes das dívidas já prorrogadas;*

(2) *Corrigir os limites de financiamento de custeio e de comercialização considerando os aumentos nos custos de produção, verificados nas diversas regiões. O governo concordou aumentar em até 15% os limites de financiamentos para os recursos controlados do crédito rural para o custeio, para os projetos que tenham plano de recuperação de matas siliares e reserva legal. A reivindicação era por um limite de R\$ 700 mil para as lavouras de algodão, arroz irrigado, milho, feijão, mandioca, trigo, soja e sorgo e de R\$ 250 mil para as demais lavouras e pecuária.*

Por fim, como reivindicações em situação *indefinida* foram citadas:

(1) *Prorrogar as parcelas vencidas e vincendas em 2005 pelo prazo de até 5 anos.* Reunião entre governo e representantes patronais rurais foi marcada para tratar do assunto no dia 05 de julho próximo;

(2) *Fixar o preço de exercício do contrato de opção arroz irrigado em R\$ 25,00/50kg, para assegurar a comercialização de 1,5 milhão de toneladas.* O governo propôs R\$ 23,00/50kg, permanecendo um impasse, o documento afirma que as negociações continuam.

O documento *Tratoração: Lideranças rurais têm avaliação positiva, mas esperam novos avanços*, explicita como porta-vozes da mobilização Carlos Sperotto e Homero Pereira, apresentados como coordenadores gerais do Tratoração. Ao trazer falas dos dois o documento informa algumas avaliações sobre os significados e resultados da manifestação na capital federal.

“Para Carlos Sperotto, vice-presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), as medidas de apoio anunciadas pelo Governo até agora demonstram que houve “um atendimento satisfatório” das reivindicações dos produtores e o setor espera que até a próxima terça-feira várias outras soluções para a crise da agropecuária sejam anunciadas pelo Governo. “Foi isso que nos prometeu o líder do Governo no Senado, Aloísio Mercadante”, afirmou Sperotto, um dos coordenadores gerais do movimento, junto com Homero Pereira Alves [...]”.

Além das reivindicações o documento retrata, através das supostas falas dos dois dirigentes sindicais, a importância da manifestação para um fortalecimento da CNA: “O sistema CNA sai fortalecido, demonstrando nossa capacidade de organização e poder de barganha” (Homero Alves Pereira, da Famato).

Também faz menção a importância da mobilização para a continuidade das negociações:

Dessa forma, o Alerta do Campo não se dissolve, pois temos muitas questões pendentes a serem resolvidas. (Carlos Sperotto)

Para o dirigente [Homero Pereira], a dimensão da mobilização “credencia o sistema CNA a exigir a implementação das novas medidas de apoio ao setor”.

A valorização do número de manifestantes aparece como elemento legitimador da existência da tão propalada *crise da agricultura*, “Não conseguiríamos trazer tanta gente a Brasília se não houvesse, efetivamente, uma crise instalada no campo”. (Homero Pereira).

Vinte dias depois (21/07) destas avaliações a CNA divulgava que o governo não cumpriu a maioria dos acordos do Tratoração²⁹². Em alguns locais as manifestações continuaram em 2006, no Mato Grosso “surgiu” um movimento denominado *Grito do Ipiranga*²⁹³, e houve um clamor por nova manifestação em Brasília, o que não ocorreu.

A continuidade de ações, tanto das bases quanto das entidades e bancada ruralista, em torno das reivindicações do *Tratoração* necessita de maiores estudos, o que não foi possível para esta dissertação. Contudo, é possível dizer que um de seus desdobramentos é o anúncio pelo governo federal em 2008 da renegociação de R\$ 75 bilhões de dívidas agrícolas²⁹⁴.

²⁹² Governo não atende demandas do Tratoração e frustra setor rural. Departamento de comunicação da CNA, 21/07/05 (acessado em: <http://www.cna.org.br/cna/publicacao/noticia.wsp?tmp.noticia=6663>).

²⁹³ Relatos e material sobre o *Grito do Ipiranga* foram coletados durante o trabalho de campo no Mato Grosso da pesquisa *Grupos de solidariedade, Frentes Parlamentares e Pactos de Unidade e Ação. Em pauta o fortalecimento e a disputa pela representação patronal no campo*, Regina Bruno (coord.), Olavo Carneiro e Janaína Sevá (assistentes de pesquisa), convênio REDES-NEAD/MDA, 2006/2008.

²⁹⁴ Em 27 de maio de 2008 os ministros da Fazenda e da Agricultura anunciaram “um pacote de valor recorde, de 75 bilhões de reais, para renegociar as dívidas dos agricultores inadimplentes e ampliar os prazos de pagamento. Há até a possibilidade de quitação do débito com 80% de desconto” (O pacote meia-boca. Carta Capital ano XIV, nº. 498, p. 18, 04 de junho de 2008).

CONCLUSÃO

Como vimos, a manifestação de rua configura um importante elemento constitutivo da representação patronal no campo, na medida em que possui um papel particular para visibilidade da classe, de seus interesses e demandas. Também contribui na construção de uma imagem para a população, para a mídia, para os agentes do Estado e para si mesma, seja na pressão por reivindicações junto ao poder público, seja no fortalecimento ou enfraquecimento político de entidades de representação, e conseqüentemente, nas disputas por hegemonia entre as frações das classes e grupos sociais patronais rurais e agroindustriais no Brasil, e entre estas e as classes e grupos sociais de trabalhadores.

Entretanto, na pesquisa sobre representação patronal rural e agroindustrial²⁹⁵ foi possível perceber concepções diferenciadas sobre mobilizações e manifestações de rua como prática social. Uma concepção que vê a mobilização como a “última peça”, o “último recurso” a ser acionado; outra que a concebe como uma ação ineficaz e atrasada e, também a concepção de que a manifestação é um meio natural de expressão de interesses e reivindicações. Veremos que existe uma forte tensão, em alguns momentos com aparente contradição intrínseca, na representação social dos porta-vozes patronais rurais sobre o papel desta prática social.

A concepção que considera a mobilização como a “última etapa”, o “último recurso” argumenta que a manifestação de rua não é a melhor forma de representar os interesses do “setor”, mas é necessária em determinados momentos.

Para o representante da OCB²⁹⁶ o modo mais eficaz de defesa dos interesses patronais é *argumentação técnica* e não a mobilização:

Pesquisador: Quais seriam as formas mais eficazes setor para defender seus interesses?

Entrevistado: Técnica; discussão técnica. Números, dados, impacto econômico; argumentação técnica.” (OCB)

²⁹⁵ BRUNO, R.; CARNEIRO, O.B. e SEVÁ, J.T. (2007). **Relatório Final de Pesquisa**. “Grupos de Solidariedade, Frentes Parlamentares e Pactos de Unidade e Ação. Em pauta o fortalecimento da representação patronal no campo”. Convênio REDES/CPDA/MDA/NEAD, 240 pp.

²⁹⁶ Entrevista concedida em 22 de junho de 2007.

Segundo ele existe uma racionalidade e uma lógica nas reivindicações dos *produtores*, ou seja, uma razão, que se constitui como elemento capaz de convencer os representantes das instâncias do Estado da justiça dos pleitos patronais. Nessa situação, a ciência e a técnica substituem ou podem excluir a luta política e as disputas por interesses. Ou seja, opera um deslocamento do lugar da luta política, a disputa de interesses é travestida de cientificidade, por meio da construção de um discurso *técnico e qualificado*.

Todavia, para o representante da OCB a manifestação de rua também não está descartada como forma de ação. Ele informa que quando a *argumentação técnica* não é o suficiente para *convencer* os agentes do Estado, parte-se então para *passos* seguintes acionando outros espaços de representação,

“Isso é só no extremo; quando você não consegue sensibilizar pela via técnica. Se você argumenta, você negocia, mas você não consegue trazer as suas idéias... aí você entra no Congresso – é um segundo passo – mobiliza Deputado, trava, vai até os pontos de negociação que a bancada ruralista utiliza – a FRENCOOP não utiliza tanto – mas é... trava pauta e tal, para tentar chamar o Governo à negociação. Aí queimou essas etapas todas; não está conseguindo viabilizar, você faz algum tipo de mobilização.” (OCB)

Essa primeira negociação se dá entre as entidades de representação e as instituições estatais. São audiências com ministros de Estado. Não obtendo êxito, como informa o entrevistado, acionam-se os parlamentares, especialmente a Bancada Ruralista. E por último lança-se mão das manifestações de rua.

O representante da Famasul²⁹⁷ por sua vez, avalia as manifestações de rua como uma prática que não conduz a maiores *resultados*, e que produz uma imagem negativa da classe:

“[...] E não as vejo com resultado, e elas acabam no fim passando uma imagem muito distorcida. Por que a hora que nós conseguimos realmente alguns minutos de fama, mas essa fama acaba sendo pejorativa.” (FAMASUL)

Contudo, ele considera que as manifestações são, em algumas situações, necessárias como instrumento de pressão junto ao governo. Ele também reconhece que as manifestações possibilitam um espaço na mídia e conseqüentemente uma maior visibilidade fundamental para pressionar as instâncias do Estado:

²⁹⁷ Entrevista concedida em 28 de março de 2007.

“Há um momento [...] que tem que ser caminhonço mesmo, tem momento que o Maio Verde pode trazer um determinado espaço de mídia que nos ajuda a negociar benefícios junto ao governo do estado, com o Governo federal [...]” (FAMASUL)

A ACRISSUL²⁹⁸ se colocou categoricamente contrário às manifestações, reconhecendo que são situações limites tanto para a sua categoria quanto para o Governo:

“Pesquisador: Qual sua opinião, por exemplo, das manifestações de rua da classe como forma de defender seus interesses?

Entrevistado: Eu sou totalmente contra, fiz, liderei, fui com eles pra rua dado o momento em que o governo passou a só tomar decisão mediante pressão de rua, que é um absurdo, não é.” (ACRISSUL)

Novamente aparece a idéia de um momento de “necessidade” da manifestação de rua. A sua posição contrária à manifestação não passa por considerá-la ineficaz, como vimos no caso da FAMASUL:

“Elas são eficazes, elas foram mais eficazes na época da Constituição. A Constituição nossa não é tão ruim, ela seria pior ainda a nossa Constituição se não fosse os movimentos que nós fizemos na oportunidade, nós conseguimos mudar vários pontos da Constituição.” (ACRISSUL)

Segundo ele as manifestações de rua implementadas pelo patronato rural foram eficazes em especial na segunda metade dos anos 1980, durante o processo Constituinte em 1988 quando o debate sobre o direito à propriedade da terra e a reforma agrária, seguramente um dos elementos mais conflituos na Assembléia Nacional Constituinte²⁹⁹. O porta-voz da ACRISSUL está se reportando, sem se referir abertamente, às manifestações patronais em defesa do monopólio da propriedade da terra em contraposição às propostas pró reforma agrária no período. Sua fala demonstra a tentativa permanente de evitar a visibilidade dos conflitos fundiários, ao evocar a *vitória*, sem dizer em relação ao que e a quem.

Corroborando o representante da OCB e FAMASUL, ele também afirma que a manifestação não é a forma mais adequada para reivindicar: “Eu acho que nós temos meios mais civilizados de reivindicar, não tem porque eu agredir os outros para reivindicar.” (ACRISSUL).

²⁹⁸ Entrevista concedida em 29 de março de 2007.

²⁹⁹ Sobre patronato rural e Constituinte de 1988, ver Bruno (1997 e 2002) e Mendonça (2006).

A manifestação é entendida como uma *agressão*, um meio para reivindicar pouco civilizado, sugerindo, talvez, uma associação entre manifestação e violência.

Já ABAG³⁰⁰ expressa um posicionamento de absoluta recusa à manifestação como forma de defesa de interesses e demandas, para o seu representante a manifestação de rua é um “movimento antigo”, daqueles que “querem manter a reserva de patrimônio” em oposição ao *agribusiness* que significaria “uma adesão à coisa moderna; uma organização moderna; a aplicação de tecnologia; a aplicação de gestão”.

A ABAG, ao discorrer sobre o perfil de quem aciona as manifestações de rua se remete ao papel do Estado e do “mercado” na sociedade. Segundo o seu porta-voz são as leis de mercado que regulam (ou devem regular) as relações econômicas, e as manifestações de rua são promovidas, sobretudo, por aqueles que ainda consideram o Estado responsável pelos problemas do *setor*.

“Só que eles ainda têm visão, que vem a mão do Estado, o Tesouro vem e cobre a sua dívida. Eles não têm a noção de que vem um e compra e o business continua; que vem um que está mais capitalizado, mais preparado e a coisa anda.” (ABAG)

O representante da entidade também defende que os conflitos devem ser resolvidos, prioritariamente, nos espaços de conciliação, como por exemplo, as “câmaras de arbitragens”, e não através do enfrentamento direto, onde a manifestação é considerada uma de suas expressões:

“A importância de você criar câmaras de arbitragens; soluções de conflito e controvérsia. Então, você amadureceu o debate. Não adianta. Você vai fazer... vai ganhar no peito e na raça? Tratoração? É um movimento antigo. É um movimento que não convence mais e não agrada a sociedade.” (ABAG)

Seu argumento explicita uma concepção de manifestação como uma ação que busca resolver “conflito e controvérsia” pela força, e que se tornou ineficaz porque não “convence” e “não agrada a sociedade”.

O representante da ABAG também argumenta que as manifestações de rua foram eficazes em momentos anteriores, por exemplo, nos anos 1980; hoje, “é um “movimento antigo” e não “convence mais”, ou seja, foram importantes, já convenceram e já tiveram o seu lugar político. Essa interpretação fica evidente quando ele fala sobre a Frente Ampla da Agricultura Brasileira

³⁰⁰ Entrevista concedida em 26 de abril de 2007.

(FAAB)³⁰¹ na Nova República, momento em que a mesma protagonizou algumas manifestações (ver tabela 1):

Pesquisador: A FAAB? É isso?

Entrevistado: Em 1985, 1986, 1987, Roberto Rodrigues... esse daí foi um grande movimento de liderança, inteligente. É o Roberto Rodrigues, é o Alysson Paulinelli. O Roberto Rodrigues pela Sociedade Rural Brasileira; o Alysson Paulinelli pela Confederação Nacional da Agricultura e o Flávio Menezes... o Flávio Menezes que é Sociedade Rural; o Roberto era OCB.” (ABAG)

É importante destacar que a negação das manifestações do porta-voz da ABAG está fortemente voltada para o Tratoração de 2005. Nesse período o MAPA, apesar de aliado, foi bastante pressionado, como vimos neste estudo. O Ministério possuía entre seus principais quadros ex-diretores e fundadores da ABAG, a começar pelo então ministro Roberto Rodrigues, ex-presidente da entidade, e o Secretário de Política Agrícola, uma das mais importantes secretarias na estrutura interna do MAPA, Ivan Wedekin.

Para o representante do Departamento do Agronegócio da Federação da Indústria de São Paulo (DEAGRO/FIESP)³⁰² *toda a ação, ela tem que ter uma efetividade prática, senão ela não vale*, sugerindo que a legitimidade está diretamente condicionada à “eficácia”. Ele informa que são as *situações conjunturais de mercado*, especialmente os preços internacionais, que determinam o *agronegócio* brasileiro, e não a manifestação, que é incapaz de *produzir estabilidade na cadeia*, de *levar alguma proposta efetiva*:

“[...] eu acho que toda a ação, ela tem que ter uma efetividade prática, senão ela não vale. [...] Mas vem cá, a melhora que teve do agronegócio esse ano, foi pela mobilização do setor? Não, não foi; foi por uma melhora dos preços internacionais. Então se o preço internacional volta a cair esse ano o setor vai sofrer os mesmos problemas dos quais ele estava se queixando lá. Ele conseguiu produzir estabilidade na cadeia? Ele conseguiu levar alguma proposta efetiva? Não, não conseguiu! Não conseguiu. Então quer dizer, a gente, infelizmente, no agronegócio, a gente vive de situações conjunturais de mercado.” (DEAGRO/FIESP)

O Deagro corrobora a concepção da ABAG detalhando que o “mercado” de que falam é o mercado das *commodities* agrícolas, a ponto de afirmar que o melhor ministro da Agricultura é aquele que exerce a função quando os preços no mercado internacional estão altos.

³⁰¹ Ver Bruno (1997)

³⁰² Entrevista concedida em 26 de abril de 2007.

A União da Indústria de Cana-de-Açúcar (ÚNICA), por meio da assessora do presidente³⁰³, considera a mobilização de rua um *universo à parte* do setor sucro-alcooleiro, pois não é uma forma necessária de defesa de seus interesses, já que as motivações dessas manifestações são as dívidas agrícolas com as instituições públicas, que não seria o caso do *setor*:

“Pesquisador: [...] como a ÚNICA enxerga as mobilizações de rua como instrumento para defender os interesses de classe?

Entrevistado: Decididamente não é o universo da ÚNICA. [...] Tem nada a ver. E os fornecedores de cana, também têm pouca dependência do dinheiro público. Não adianta fazer Tratoração. Para que? As dívidas, problemas que assolam o setor agrícola brasileiro em geral, que motivam esse tipo de manifestação, não são o perfil desse setor.”

Diferentemente da ABAG e Deagro/FIESP, a ÚNICA não “reprova” as manifestações em si como um instrumento de defesa de interesses, apenas pondera que no seu caso não é necessário.

Outra concepção que emerge das falas é a de que a manifestação de rua é um meio legítimo de fazer representar os interesses do patronato rural. A FAMATO, FARSUL, APROSOJA e AMPA foram entidades que expressaram esta concepção.

Para a FAMATO a manifestação de rua com o “instrumento de trabalho”, no caso o trator, é o único meio de se fazer representar e demonstrar uma atuação “muito forte” perante o Estado e a “classe política”:

“[...] e se a gente não se fizesse representar ou se não tivesse uma atuação muito forte, você acabava não sendo ouvido, e pra fazer isso, infelizmente, como nós somos dispersos no Brasil inteiro, não somos como uma fábrica, que a pessoa vai e fecha a fábrica e para a linha de produção, então a gente tem que se mobilizar, uma das formas que nós achamos é usar o instrumento de trabalho que nós temos, no caso foi caminhão, no primeiro momento, depois tratores, pra gente levar pra Brasília, e lá chamar a atenção das autoridades, e assim por diante.” (FAMATO)

Ele ressalta a “dispersão dos produtores” e a condição de ser um grupo social “não ouvido”, portanto, natural que se promovam as mobilizações, diferente de uma fábrica, sugerindo um entendimento de que os produtores possuem menor poder de pressão em comparação à indústria.

³⁰³ Entrevista concedida em 25 de abril de 2007.

A FARSUL³⁰⁴ também compreende a manifestação como uma forma de representar os interesses dos produtores e de influenciar o poder público, em contraposição a indústria que seria poderosa o suficiente e prescindiria da mobilização como forma de pressão, atuaria mais com lobby no Legislativo e Executivo: “É como o setor industrial: tem o poder econômico, tem força pra fazer pressão sobre isso, o lobby é forte”.

O porta-voz gaúcho acrescenta que os produtores de algodão, café e cana-de-açúcar também já possuem um poder de “representação” que prescinde da manifestação: “E tem muita gente que escuta esse pessoal. E é a mesma coisa na cana-de-açúcar; não é diferente. O algodão - como falava - na cana-de-açúcar, no café. Então tem... são alguns segmentos... já têm força de representação”. Segundo ele os produtores de grãos necessitam se unir para “mostrar” a sua situação.

A Associação de Produtores de Soja do Estado do Mato Grosso (APROSOJA)³⁰⁵ enfatiza a legitimidade de uma manifestação como o Tratoração, uma ação natural na defesa de seus interesses:

“[...] Então o que aconteceu lá foi uma manifestação legítima do produtor, sentindo aquele problema na pele, que precisava fazer alguma coisa; que ele precisava se manifestar, para mostrar a indignação dele. Então, eu vejo como uma manifestação totalmente, altamente legítima do produtor rural.” (APROSOJA)

O representante da Associação Mato-Grossense dos Produtores de Algodão (AMPA)³⁰⁶, uma entidade de poucos e grandes produtores de algodão do Mato Grosso, vê a manifestação como um “um desabafo que eu senti e para sensibilizar a classe política, foi um gesto que eles se pronunciaram”. Ou seja, estabelecendo uma posição de alteridade em seu discurso, o porta-voz dos algodoeiros apóia e reconhece a mobilização como justa e normal.

As entrevistas com representantes políticos do patronato rural e agroindustrial demonstraram diferentes opiniões sobre o papel das manifestações de rua como forma de representação de interesses destes grupos sociais. Dizer-se ou se colocar contrário às manifestações não implica em não organizar, participar ou apoiar às mesmas. As significações podem inclusive mudar conforme o momento histórico dependendo dos interesses em jogo e dos sujeitos em disputa.

³⁰⁴ Entrevista concedida em novembro de 2007.

³⁰⁵ Entrevista concedida em 13 março de 2007.

³⁰⁶ Entrevista concedida em 14 de março de 2007.

Como vimos, desde o início da preparação e construção do Tratoração, a Bancada Ruralista e a CAPADR se fizeram presentes como instâncias de articulação e representação dos interesses e reivindicações dos produtores. Nas semanas que antecederam a mobilização em Brasília, as negociações com o governo federal tinham no presidente e vice-presidente da CAPADR personagens de destaque, e projetos de lei sobre renegociação de dívidas tiveram sua tramitação acelerada.

Durante o Tratoração a participação dos parlamentares ruralistas foi intensa nas assembléias na tenda central, nos atos na Esplanada e nas reuniões de negociação com o governo. Uma audiência pública da CAPADR foi realizada no primeiro dia da manifestação, na qual deputados federais e senadores fizeram uso da palavra.

Podemos assim dizer que a Bancada Ruralista fortalece e é fortalecida pelas manifestações de rua. Ao observarmos alguns dos principais personagens do Tratoração esse mútuo fortalecimento da representação de classe na sociedade política fica mais evidente.

Dentre os quatro coordenadores do Tratoração, Carlos Sperotto (Farsul) e Marcel Caixeta (Faeg) não foram candidatos nas eleições de 2006, permanecendo como presidentes de suas Federações Estaduais. Kátia Abreu, então deputada federal, foi eleita senadora da República no ano seguinte. Homero Pereira, que até então só tinha concorrido a deputado estadual sem se eleger, em 2006 foi o segundo candidato a deputado federal mais votado no Mato Grosso (100.114 votos).

Ronaldo Caiado, presidente da CAPADR durante o Tratoração, recebeu 152.895 votos para deputado federal, a segunda maior votação do estado. Também foi o segundo candidato mais votado (205.734 votos) no Rio Grande do Sul para deputado federal, o vice-presidente da CAPADR Luis Carlos Heinze.

Um processo eleitoral envolve múltiplas questões e inúmeros elementos necessitam serem observados para a sua análise. O desempenho eleitoral dos principais porta-vozes do Tratoração sugere que essa mobilização se constituiu em um dos elementos de fortalecimento da representação política do patronato rural, em especial da Bancada Ruralista.

A representação de interesses do patronato rural e agroindustrial parece manter uma lógica de divisão de tarefas conforme indicada por Regina Bruno, ao estudar a UDR e a Nova República,

“Eles estabeleceram uma divisão de tarefas. A UDR deveria ‘intermediar as reivindicações do campo junto ao governo e aos parlamentares, sobre a reforma agrária, que beneficie quem gosta de trabalhar na terra, seja pequeno, médio ou grande produtor’. As cooperativas ‘continuariam buscando soluções econômicas e melhores condições de vida para os seus associados’. E os sindicatos patronais ‘atuariam na defesa dos agricultores como entidades reivindicatórias, protestando, gritando contra as medidas do governo na área agrícola’” (BRUNO 1997:92).

No período estudado por Bruno o parlamento vivia a transição da ditadura militar para a retomada de seu funcionamento autônomo e livre. Pode-se dizer que estava em seu início uma “reorganização” do Congresso Nacional, suas comissões e bancadas.

O que o Tratoração parece demonstrar é que o Congresso Nacional, e mais especialmente uma Bancada Ruralista organizada e uma Comissão de Agricultura por ela hegemônica, transformaram-se, ao longo dos últimos anos, em espaços com participação significativa na divisão de tarefas na representação dos interesses das classes e grupos dominantes no campo.

Vários podem ser os interesses e as reivindicações que engendram as mobilizações de rua do patronato rural no Brasil, mas na grande maioria das vezes podem ser enquadrados no que estou denominando *agenda fundiária* e *agenda do financiamento* (ou *da manutenção dos lucros*). São manifestações que expressam uma das inúmeras formas de ação coletiva que grandes proprietários de terra e empresários rurais lançam mão para a defesa do monopólio da propriedade da terra e para a manutenção, em suas mãos, dos lucros das atividades agropecuárias.

As manifestações de rua deste grupo social se inserem em um campo de conflitividade marcado por tensões e conflitos distintos. Na *agenda do financiamento* está em jogo a sua reprodução social na medida em que eles se sentem ameaçados em seus lucros, por agentes da própria classe dominante – os bancos, as multinacionais e as agroindústrias. Nas manifestações em torno desta *agenda*, como o foi o Tratoração, se percebe o quanto o termo *agronegócio* é uma palavra política para o exercício de um poder simbólico.

Nas manifestações de rua da *agenda fundiária*, em que as da década de 1980 são emblemáticas, também está em jogo a reprodução de grupo social como tal, a manutenção de sua posição de poder, mas a natureza do objeto de disputa e contra quem se disputa é completamente diferente. Inclusive nesta *agenda*, os agentes sociais em tensão na *agenda do financiamento*, aqui estão unificados na defesa absoluta da propriedade da terra e contra os trabalhadores rurais e camponeses.

Importante observar que nas manifestações da *agenda do financiamento*, apesar das tensões entre os diversos agentes das classes dominantes no campo, busca-se sempre no Estado o lugar da resolução do suposto conflito onde a “vitória” de um grupo não significa a “derrota” do outro. O mesmo dificilmente ocorre na *agenda fundiária*.

Um exemplo claro da afirmação acima foi a linha de crédito com recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) acordada pelo governo durante o Tratorço, para que os agricultores de grãos quitassem suas dívidas com os fornecedores de insumos (multinacionais e agroindústrias). O governo estabeleceu naquele momento que os fornecedores de insumos arcassem com parte dos custos com juros bancários da transação, demonstrando que nas relações de poder entre os grupos dominantes, os bancos dificilmente têm seus interesses se quer questionados.

Enfim, o Tratorço permitiu observar, dentre outros aspectos, o modo como se mobiliza e se organiza um determinado grupo social; suas reivindicações, a explicitação de seus interesses e como se fazem representar. Em 2004 quando a mobilização em Brasília ainda não estava no horizonte, a Comissão de Agricultura da Câmara (CAPADR) promovia audiências públicas para discutir o endividamento, a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) promovia encontros e reuniões entre seus dirigentes e destes com membros da sociedade política sobre o mesmo tema, e as bases realizavam manifestações de rua locais.

Aos poucos esses interesses se articulam entre si constituindo uma identidade do grupo social em “oposição” aos interesses de outros grupos, possível em boa medida por suas experiências comuns nas relações de produção que se inserem. Esse processo de articulação de interesses em dado momento assumi uma representação unificada em argumentos, porta-vozes e instâncias, reivindicações, aliados e opositores.

Uma articulação possível uma vez que aquelas experiências comuns são encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias, e formas institucionais, e assim ganham consciência de classe (THOMPSON 2004). Tem-se a construção de um *nós*, um verdadeiro *fazer-se classe*.

Aparece a força de uma visão tradicional onde o grupo social mobilizado se enxerga e se apresenta como representante de toda a agricultura nacional. Por sua vez uma agricultura vista e sentida como o *motor* da economia de um país com uma vocação agrícola que não se concretiza. Uma agricultura não valorizada pela população urbana e por um Estado *preconceituoso*.

Nessa visão de mundo a *agricultura* e o *produtor* são o que há de mais importante econômica, política e socialmente no país, responsáveis pelo superávit primário, 37% do PIB, 40% dos empregos. Logo Estado e sociedade devem garantir os seus lucros, resignificados em *condições para produzir*, e o direito incondicional da propriedade privada da terra.

Além dessa visão de mundo comum, a construção de um *nós* no Tratoração perpassou a constituição de uma pauta de reivindicações que unificasse diferentes interesses e os sintetizasse em um ponto comum de resolução – o Estado e as políticas públicas agrícolas. Perpassou pela constituição de adversários, que exploram os *produtores* ao se apropriarem da maior parte dos lucros de suas atividades, e de inimigos, que ameaçam o monopólio fundiário. E também perpassou pela construção e reconstrução de símbolos e pelas sociabilidades engendradas no processo de mobilização e deslocamento até a capital federal, assim como nos dias em que ali estiveram acampados. Indivíduos com experiências comuns e também particulares se encontravam nas carreatas e atos nas cidades em que passavam e se reuniam nos Parques de Exposição, nas sedes dos sindicatos rurais ou nos Centros de Tradição Gaúcha. Bebiam chimarrão e tereré na tenda central na Esplanada e ali discutiam as técnicas de plantio, as formas de comercialização, as mudanças climáticas, as “invasões” de suas terras e o pouco valor dado para a agricultura pelos governos e a população da cidade.

O Tratoração foi uma mobilização de produtores de grãos, que partilham a experiência de uma constante disputa com as multinacionais e os bancos pela apropriação dos lucros de suas atividades. Também possuem como experiência comum, herdada e partilhada, a defesa da concentração fundiária e o enfretamento aos trabalhadores que almejam uma reforma agrária. Um grupo social acostumado ao crédito subsidiado pelo Estado nos 1970, a enquadrar a sociedade política contra a reforma agrária nos anos 1980 e a prorrogar dívidas junto ao governo nos anos 1990, esse grupo é que se fez ver no Tratoração, essa fração da classe dominante no campo chamada patronato rural.

O Tratoração trouxe tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais peculiares. Velhas e novas significações emergiram construídas e construtoras das relações com “outros”. Esse outro é o sistema financeiro que, segundo eles, os explora com suas altas taxas de juros; são os fornecedores de insumos agrícolas que *não são parceiros nesse momento de crise*. O outro é um Estado que não dá as condições necessárias para exercerem sua função de *produtores*

de alimentos para o Brasil e para o mundo. São os Sem-Terra e o MST com suas bandeiras e bonés, vermelhos como o sangue e a violência que provocam no campo.

O pagamento dos empréstimos adquiridos e a liberação da importação de insumos agrícolas por parte dos agricultores compõem algumas das tensões que cercam as relações destes produtores de grãos, em sua maioria para exportação, com as multinacionais, indústrias e bancos em períodos de menores lucros.

Os produtores comercializam a sua produção com multinacionais de forma subordinada, e se vêem vulneráveis e reféns dos interesses de bancos e principalmente das empresas fornecedoras de insumos. Contudo, a resolução passa pela intervenção do Estado, este com a função de garantir os ganhos de todos.

Uma visão arraigada do direito à propriedade privada da terra, concebido como um direito absoluto, se fez presente no Tratoração, mesmo não estando na pauta reivindicações relativas a questões fundiárias. Ataques ao MST e a relação do governo com este movimento social, permearam falas e discursos das lideranças e das bases patronais rurais, reafirmando o valor da defesa do monopólio fundiário como um dos traços importantes da sua identidade coletiva.

O patronato rural representa seus interesses por meio de símbolos; das entidades; da ocupação de cargos públicos; das reuniões e encontros que promovem entre si e com autoridades políticas; por meio dos cafés, almoços e jantares com e para representantes do poder público; de audiências públicas nos parlamentos; de congressos e seminários “científicos”; manifestações de rua; e etc.

O Tratoração como processo permitiu a observação desse conjunto de práticas sociais, integrantes das estratégias de sua reprodução social como classe. Um momento de representação de classe sintetizado na figura do trator, símbolo escolhido para (e por) representar o seu capital econômico, político e social. Os *produtores rurais* reconhecem no trator o poder que atribuem a si próprios, uma força objetiva objetivada na máquina (BOURDIEU 1989: 188-189).

A manifestação vista em seu processo de organização e nas relações dos grupos sociais que a promoveram, reforça a interpretação de que “a construção da identidade de um grupo constitui-se numa prática material e simbólica que visa a autopreservação do grupo, sendo mediada pela realidade vivenciada” (RAMOS 1995).

Na realidade brasileira o que parece ser uma das principais distinções de *lógicas de ação coletiva* entre as classes e grupos dominantes no campo e os setores populares não é a oposição

entre gerar *disposição de pagar* dos seus membros ou gerar *disposição de agir*, mas a necessidade e a prioridade que se dá para cada forma de sanção à luz das conjunturas políticas, econômicas e sociais.

BIBLIOGRAFIA

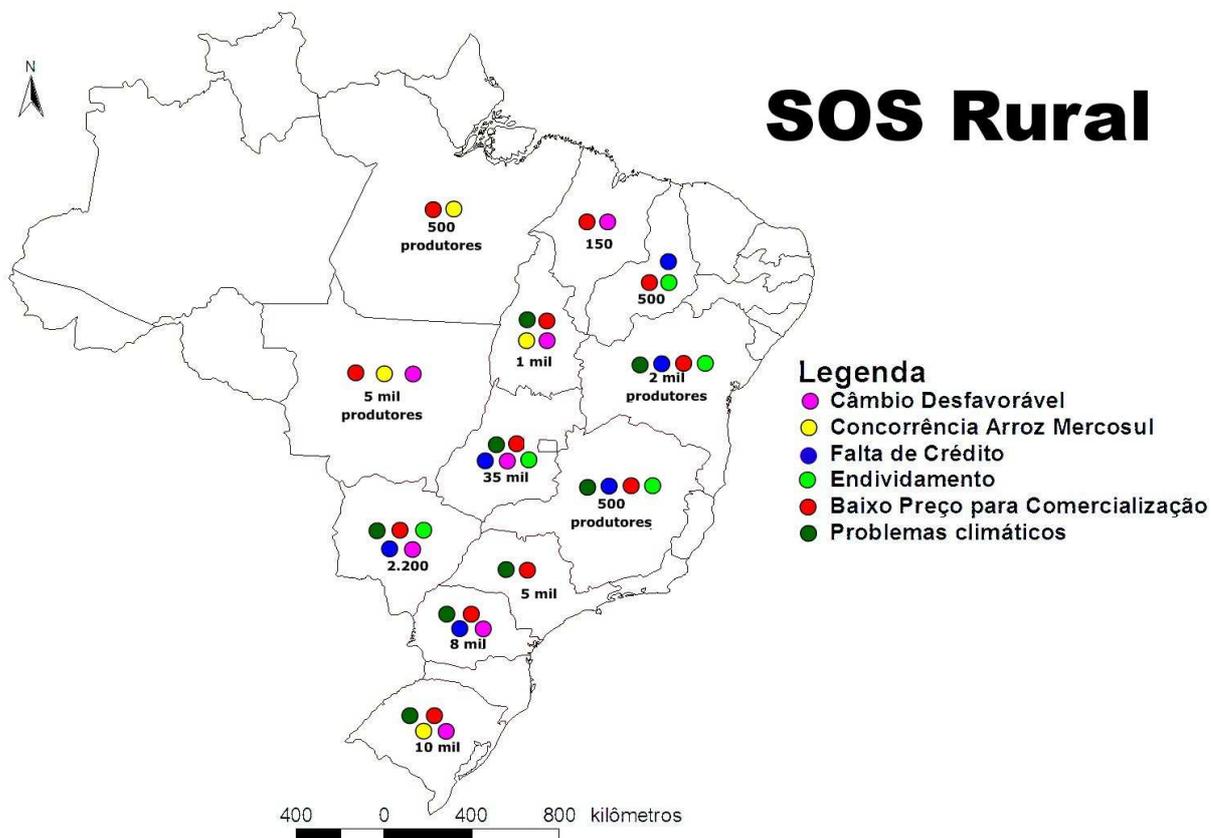
- BAIARDI, Amilcar *et al.* (2008). O “Tratoração” e a vulnerabilidade do monocultivo de grãos na agricultura brasileira. Apresentação Oral no XLVI Congresso da SOBER, 2008, Rio Branco/Acre. In: www.sober.org.br/palestra/9/728.pdf.
- BECKER, H. (1993). **Método de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec.
- BONELLI, Moema (2005) “Proposições Legislativas sobre Desenvolvimento Rural” (Brasília: Edições do NEAD Ed.) MDA/NEAD-IICA 100 p.
- BOURDIEU, Pierre (1998) **O poder simbólico** (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil).
- BRUNO, R. **Senhores da Terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil**. Rio de Janeiro. Forense Universitária/EDUR, 1997.
- BRUNO, Regina (2002a) **O ovo da serpente. Monopólio da terra e violência na Nova República**. Tese de doutorado em Ciências Sociais. IFCH/UNICAMP, 316 p.
- BRUNO, Regina (2002b) “Com a boca torta pelo uso do cachimbo: Estado e empresários agroindustriais no Brasil” In: Moreira, Roberto et al. (orgs.) *Mundo Rural e Cultura* (Rio de Janeiro:Forense Universitária-Edur/Ufrj).
- BRUNO, R. (2002c) **Nova República: A violência patronal rural como prática de classe**. Anais Alas-Ru (artigo).
- BRUNO, R. e CARNEIRO, O.B. (2005). **Relatório Final de Pesquisa Quem são os “novos” ruralistas no governo Lula?**, convênio REDES/CPDA-NEAD/MDA.
- BRUNO, R.; CARNEIRO, O.B. e SEVÁ, J.T. (2007). **Relatório Final de Pesquisa**. “Grupos de Solidariedade, Frentes Parlamentares e Pactos de Unidade e Ação. Em pauta o fortalecimento da representação patronal no campo”. Convênio REDES/CPDA/MDA/NEAD, 240 pp.
- BRUNO, Regina (2007) “Redes de Sociabilidade. Redes de Poder. Sobre a Bancada Ruralista no Congresso Nacional” **Anais do II Encontro Nacional da Rede de Estudos Rurais**. Rio de Janeiro. Disponível em meio eletrônico.
- CHAMPAGNE, P. (1996). **Formar Opinião: o novo jogo político**. Petrópolis: Editora Vozes.
- CNA. (2001). **CNA Brasil - 50 anos**/escrito por Mariângela Herédia.- - Brasília:CNA Brasil,. 108p.:il. (Coletânea Gleba; 16).
- CNA (s/d). Tratoração - O Alerta do Campo: as razões da crise CNA. 14pp. (cartilha)
- DA ROS, C. A. (2007). O movimento “vistoria zero” e as ações de resistência do patronato rural as políticas de assentamento no Rio Grande do Sul entre os anos de 1999 e 2002. Anais do **XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**, Recife/PE.
- DELGADO, G. (1985). **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo/Campinas: Ícone/Unicamp.
- DELGADO, G. (2005). Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. In: Ramos Filho, L.O.; Aly Júnior, O. (eds.) **Questão Agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual**. São Paulo: Incra/Embrapa.
- DINIZ, Eli. e BOSCHI, Ronaldo (1991) Empresários e projeto neoliberal na América Latina: uma avaliação dos anos 80. **Dados. Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro:Iuperj, vol. 34 n.3 pp.349-378.

- DINIZ, Eli. e Boschi, Ronaldo (1994) Reformas econômicas e democracia no Brasil dos anos 90: as Câmaras Setoriais como fórum de negociação. **Dados. Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 37, n.2, pp. 277-316.
- FERNANDES, Florestan (1981) **A revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro:Zahar.
- GOLDENBERG, M. (2004). **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativamente em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record.
- GONÇALVES NETO, W. (1997). **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960 – 1980**. São Paulo: Hucitec.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (1982). **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar.
- GRAZIANO DA SILVA, José (1991) As representações empresariais da agricultura brasileira moderna: as disputas na transição para a democracia. Campinas, **XXIX Congresso Brasileiro de Economia Rural. Anais da Sober**.
- HIDALGO, Antonio (1991) **La burguesia agrária: organización de clase y representación de intereses en Brasil (1964-1988)**. Tese de doutorado apresentada no FCPS/UNAN. México.
- HEINZ, Flavio (1991) **Representação Política e formação de classe: as organizações da burguesia agrária gaúcha na oposição a reforma agrária**. Porto Alegre, dissertação de mestrado UFRGS.
- LAMOUNIER, Bolivar (org.) (1994) Determinantes políticos da política agrícola: um estudo de atores, demandas e mecanismos de decisão. Estudo de Política Agrícola (Brasília: IPEA) n. 9.
- LEAL, G. F. (2002). **Guardiões da propriedade: organizações da burguesia agrária e reforma agrária – um estudo sobre a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA (1995-2001)**. Unicamp (Dissertação de Mestrado).
- LEAL, G. F. (2004) “O novo e o velho nas práticas e discursos das organizações de grandes proprietários e empresários rurais na virada do milênio” **XXVIII Encontro Anual da ANPOCS**. Disponível em meio eletrônico.
- LEAL, Victor Nunes. (1975 2ª edição). **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1949.
- LEITE, S. (2007). Dilemas do Financiamento da Agricultura Brasileira. **Boletim nº. 04/2007 do Observatório de Políticas Públicas para Agricultura (OPPA)**.
- LERRER, D. (2003). **Reforma Agrária: os caminhos do impasse**. São Paulo, Editora Garçonni.
- LOURENCO, F.A. (2001). **Agricultura ilustrada: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira**. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- MARTINS, J.de S. (1981). **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis, Vozes. (cap. 1, “Os camponeses e a política no Brasil”).
- MARTINS, J. de S. (1994) **O poder do atraso. Ensaio de sociologia da história lenta**, São Paulo: Hucitec.
- MARTINS, J.de S. (2001). O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. *In Estudos Avançados/Universidade de São Paulo*. Instituto de Estudos Avançados, vol. 15, nº. 43, São Paulo: IEA.
- MEDEIROS, L. S. de. (1982). **A questão da reforma agrária no Brasil 1955-1964**. Dissertação de Mestrado.
- MEDEIROS, L. S. de (1989) **Historia dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro:FASE.

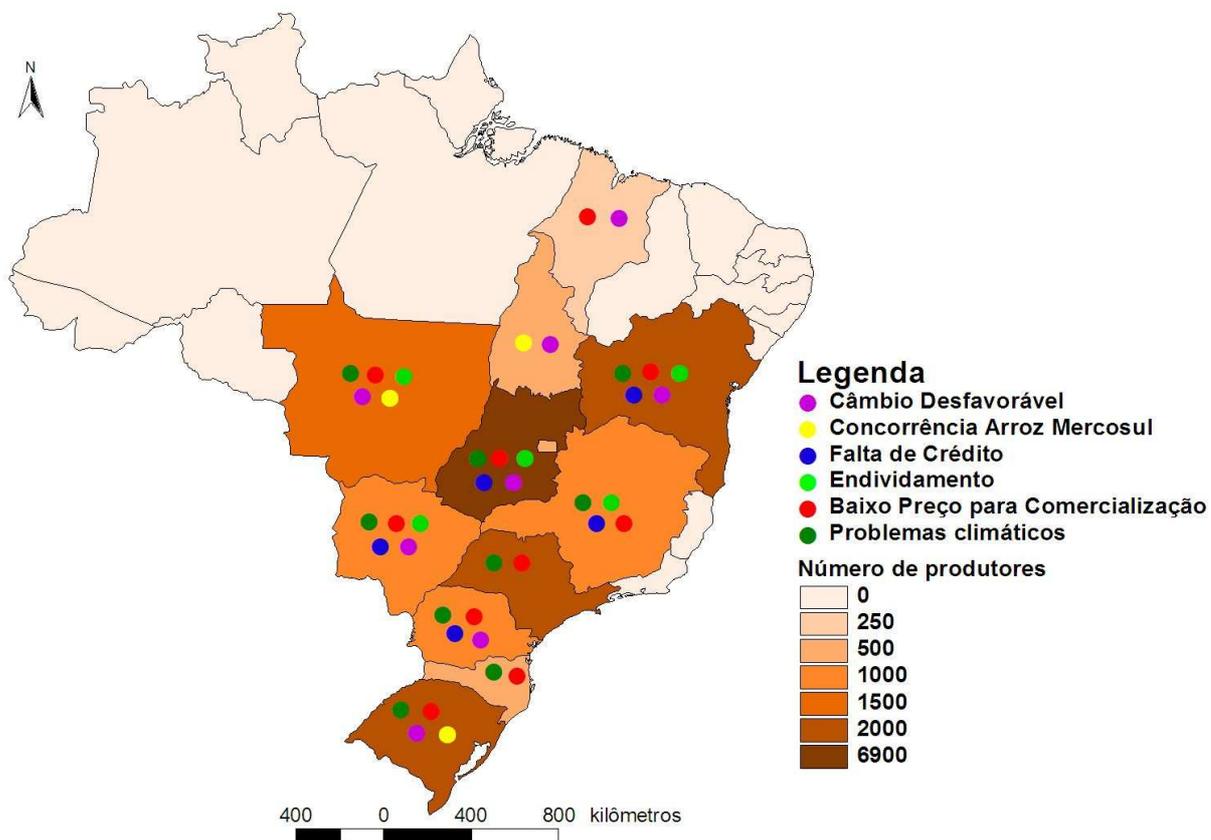
- MEDEIROS, L. S. de. (2002). **Movimentos Sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil**. Rio de Janeiro, UNRISD e Edur/UFRuralRJ.
- MEDEIROS, L. S. de. (2007). Marcha das Margaridas: novas nuances nas lutas por direitos no campo. **Boletim nº. 06/2007 do Observatório de Políticas Públicas para Agricultura (OPPA)**.
- MENDONÇA, S. R. de (1997) **O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)**. São Paulo:Hucitec.
- MENDONÇA, S.R. de (2002). **A Sociedade Nacional de Agricultura: representação empresarial e reforma agrária no Brasil dos anos 1980**. Anais Alas-Ru (pp 2639-2648).
- MENDONÇA, S. R. de (2006a) A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento – 1964-1990. Stedile, J.P. (org.), São Paulo: Expressão Popular.
- MENDONÇA, S. R. de (2006b) A nova hegemonia do patronato agrário brasileiro: da Organização das Cooperativas Brasileiras à Associação Brasileira do Agribusiness. *Antítese - Marxismo e Cultura Socialista*. nº. 02, maio de 2006.
- MORAES, P. G. (1987). Algumas observações para o estudo das Classes Dominantes na Agropecuária Brasileira. **Revista Reforma Agrária**. Campinas, ano 17, nº 2, pp 17-33, ago/nov.
- NEVES, D.P. (1998). Exposições Agropecuárias: Redimensão Social dos Pecuaristas. *In: Carneiro et al (orgs.) O campo aberto: O Rural no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- NOVAES, Regina (1997) **De Corpo e Alma. Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo**. Rio de Janeiro: Graphia.
- OFFE, C. (1980). Dominação Política e Estruturas de Classes: contribuição à análise dos sistemas sociais do capitalismo tardio. *In: Vogt, W., Frank, J. e Offe, C. Estado e Capitalismo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro – série estudos alemães.
- OFFE, C. (1984). **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- Ortega, Antonio César (1995) “A representação de interesses patronais na agricultura brasileira”. Publicações da SOBER. **Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Curitiba.
- PALMEIRA, M. e LEITE, S. “Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas”. *In: COSTA, L.F. e Santos, R. (orgs.) Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro, Mauad, 1998.
- PERROT, M. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª edição, 2001 (1998).
- SEVERINO, Cláudio Francisco (2003) “Espaço, modernidade e modernização em discursos da ABAG e do MST. Conflitos, consonância e dissonâncias”. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense.
- SEVERINO, Cláudio Francisco (2004) “Novas estratégias de organização política dos empresários: o caso da ABAG”. **XXVIII Encontro Anual da ANPOCS**, disponível em meio eletrônico.
- SIMON, C. G. B. (1998). **Os campos dos senhores: UDR e elite rural – 1985/1988**. Londrina, Ed. UEL.
- TOURRAINE, A. (1999). **Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes**. Petrópolis: Vozes.
- ZYLBERSZTAJN, Décio (1998) **Ações coletivas - o papel das associações de interesse privado no agribusiness**. São Paulo:PENSA. Setembro, 15 pp. disponível em www.pensa.usp.br.

ANEXOS

Mapa 2: SOS Rural – estados mobilizados, número de manifestantes e “problemas” de cada estado.



Mapa 3: Tratoração – expectativa da CNA quanto ao número de manifestantes por estados e número de máquinas mobilizadas; e os “problemas” de cada estado.



Mapa 4: Cidades mobilizadas no SOS Rural.

Municípios de origem das entidades participantes do "Tratoração"



Fonte cartográfica: IBGE - Mapa de divisões territoriais, modificado.

Programação do Tratoração.

CONFIRA A PROGRAMAÇÃO EM BRASÍLIA*:

26-27/06 - Concentração dos tratores e veículos nos arredores de Brasília para desembarque e organização do tratoração:

- * Granja do Torto (Rod. BR-060 acesso Goiânia);
- * Setor de Oficinas Sul - SOF/SUL (Rod. BR-040 acesso Luziânia);
- * Granja do Torto (Rod. BR-251 acesso Unaí);
- * Granja do Torto (Rod. BR-020 acesso Formosa).

28/06 - Realização do tratoração:

- * Passeata e estacionamento das máquinas na Esplanada dos Ministérios em locais determinados pela organização;
- * Tratoração;
- * Audiência pública conjunta das Comissões de Agricultura da Câmara e do Senado;
- * Painéis demonstrativos da crise: relações de troca no campo;
- * Programação cultural noturna;
- * Plantão para recepção das caravanas.

29/06 - Manifestação dos produtores - O alerta do campo. Eventos amplos:

- * Recepção das caravanas;
- * Culto Ecumênico;
- * Manifesto das produtoras rurais;
- * Pronunciamentos de lideranças;
- * Tratoração;
- * Passeata pela Esplanada dos Ministérios;
- * Audiência com o Presidente da República;
- * Ato público em frente ao Congresso Nacional;
- * Pronunciamentos de lideranças;
- * Doação de sangue.

Eventos restritos às lideranças:

- * Audiência Pública da Comissão de Agricultura da Câmara e Senado;
- * Visitas às lideranças políticas no Congresso Nacional;
- * Audiência com o Presidente da República;
- * Audiência com o Presidente da Câmara;
- * Audiência com o Presidente do Senado.

30/06 - Manifesto dos produtores:

- * Tratoração;
- * Distribuição de alimentos para entidades assistenciais;
- * Avaliação do manifesto e elaboração de documentos.

01/07: Início do embarque das máquinas.

* www.cna.org.br

Fotos do Tratoração.

Foto 11: Banner da ABRAPA com apoio ao Roberto Rodrigues.



Foto 12: Agricultores começam a andar espontaneamente de mãos dadas no canteiro central da Esplanada durante a passeata do dia 29/06/05.



Foto 13: Ataque ao Partido dos Trabalhadores (PT)



Foto 14: Encerramento do Tratoração com cantos e declamações contra o presidente Lula.

